

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS
– PPGCIFA

JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA

**CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DE GUARANÁ EM UMA COOPERATIVA NO
AMAZONAS**

MANAUS – AM

2024

JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA

**CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DE GUARANÁ EM UMA COOPERATIVA NO
AMAZONAS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, área de concentração em conservação da natureza da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Vítor Figueiredo Cardoso Rodrigues

MANAUS – AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436c Pereira, Jeysila Edieny Rabelo
Certificação ambiental e seus impactos no desenvolvimento sustentável da produção de guaraná em uma cooperativa no Amazonas / Jeysila Edieny Rabelo Pereira . 2024
130 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: João Vítor Figueiredo Cardoso Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Certificação orgânica. 2. Fairtrade international. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Indicadores. 5. Cooperativa Agrofrut. I. Rodrigues, João Vítor Figueiredo Cardoso. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA

**CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DE GUARANÁ EM UMA COOPERATIVA NO
AMAZONAS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, área de concentração em conservação da natureza da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de mestre.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 02/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Vítor Figueiredo Cardoso Rodrigues- UFAM
Orientador

Prof.^a Dr.^a Suzy Cristina Pedrosa da Silva - UFAM
Avaliadora

Prof. Dr. Ademar Roberto Martins de Vasconcelos - UFAM
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui exigiu muitas transformações, crescimento e conhecimento. Houve acertos, erros, insegurança, coragem, lágrimas e sorrisos.

Obrigada, Senhor, pelos teus caminhos e pensamentos serem maiores que os meus.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor João Victor Figueiredo Cardoso Rodrigues, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho.

Quero agradecer aos meus pais, meus irmãos, meus amigos pelo apoio incondicional que me deram e os meus cachorros Ralphy, Lola e Luna pelo apoio emocional.

Agradeço aos meus colegas de mestrado do PPGCIFA, José Wilson, Ibanez Munhoz, Lana Morais, Thayse Muniz, Sabrina, Ana Laura, Ailton e Hermes Gregório, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos e aos meus professores.

Desejo igualmente agradecer a UFAM e o programa PPGCIFA, além da cooperativa AGROFRUT em Uruará, cooperados e aos clientes externos pela participação na pesquisa.

À FAPEAM pela bolsa concedida para realizar a minha pesquisa do mestrado.

Finalmente, a minha gratidão a todos que ajudaram direto ou indiretamente com a realização deste trabalho.

RESUMO

A certificação ambiental tem sido um forte instrumento comercial frente às pressões da sociedade moderna. Neste trabalho foi analisado o impacto das certificações ambientais nos pilares do Desenvolvimento Sustentável - econômico, social e ambiental - nas atividades da Cooperativa Agropecuária AGROFRUT em Urucará-AM. Além disso foi avaliado o vínculo do regulamento que rege a sociedade cooperativas no Brasil com a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito econômico e social; os indicadores utilizados pelas certificadoras nas auditorias das certificações orgânicas e *Fairtrade International* e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável; e a análise do desenvolvimento sustentável na percepção dos 18 cooperados, diretor administrativo e 03 maiores clientes externos da AGROFRUT, a partir da aplicabilidade do modelo de avaliação *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives-SAAC*. O estudo se dividiu em duas etapas: análise documental e aplicação de entrevistas semi-estruturadas. A análise documental compreendeu o regulamento jurídico, enquanto as entrevistas abordaram questões sobre desempenho da sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental, social, indicadores específicos das cooperativas e relações comerciais. Como resultado a cooperativa é considerada uma sociedade beneficente com forte valor cultural, embora tenha um propósito econômico que não busca o lucro em si, mas sim a valorização do trabalho do cooperado. A legislação a reconhece como promotora de atividade econômica, com a participação ativa dos cooperados na gestão de seus interesses, regulamentada pela Lei n.º 5.764/71, aplicando-se os artigos referentes às sociedades simples e alinhada aos princípios contemporâneos de sustentabilidade. As certificações obtidas trouxeram vantagens para a permanência nesse mercado econômico, pois mostram que os produtos que estão sendo vendidos são de confiança e de qualidade, trazendo maior retorno financeiro aos cooperados, além de colaborar para uma produção que garante a sustentabilidade e promove a consciência ambiental dos cooperados.

Palavras-chave: Certificação orgânica; *Fairtrade international*; desenvolvimento sustentável; indicadores; cooperativa Agrofrut.

ABSTRACT

Environmental certification has been a strong commercial instrument in the face of the pressures of modern society. In this work, the impact of environmental certifications on the pillars of Sustainable Development - economic, social and environmental - in the activities of the Agriculture Cooperative AGROFRUT in Urucará-AM was analysed. In addition, the linkage of the regulation governing cooperative society in Brazil with the promotion of sustainable development in the economic and social sphere was assessed; the indicators used by the certifiers in the audits of organic certifications and Fairtrade International and their relations with promoting sustainable growth; and the analysis of sustainability in the perception of the 18 cooperatives, managing director and 03 major external customers of AGROFRUT, based on the applicability of the assessment model Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives-SAAC. The study was divided into two stages: documentary analysis and the application of semi-structured interviews. The documentary analysis understood the legal regulation, while the interviews addressed issues about sustainability performance in the economic, environmental, social dimensions, cooperative-specific indicators and trade relations. As a result, the cooperative is considered a charitable society with strong cultural value, although it has an economic purpose that does not seek profit in itself, but rather the appreciation of the cooperative's work. The legislation recognizes it as a promoter of economic activity, with the active participation of the cooperatives in the management of their interests, regulated by Law n.º 5.764/71, applying the articles concerning simple societies and aligned with contemporary principles of sustainability. The certifications obtained have brought advantages for staying in this economic market, as they show that the products that are being sold are of trust and quality, bringing greater financial return to the cooperatives, in addition to collaborating for a production that guarantees sustainability and promotes the environmental awareness of the cooperates.

Keywords: Organic Certification; Fairtrade international; sustainable development; indicators; Agrofrut cooperative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Urucará,AM	32
Figura 2 - Vista aérea do município de Urucará no Amazonas	33
Figura 3 - Organograma da estrutura organizacional da cooperativa Agrofrut	34
Figura 4 - Croqui da propriedade no Município de Urucará no Amazonas	35
Figura 5 - Foto dos produtores da Agrofrut no 1º Seminário sobre produção agroquímica e orgânica do guaraná em Urucará	36
Figura 6 - Foto da plantação do guaraná do agricultor Dário	36
Figura 7 - Foto do fruto guaraná na plantação do agricultor Dário.....	37
Figura 8 - Modelo para avaliar o desempenho em sustentabilidade, denominado <i>Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives</i>	40
Figura 9 - Índices de liquidez geral e de endividamento geral extraídos do balanço patrimonial da Cooperativa	52
Figura 11 - Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto motivo da associação.....	54
Figura 12 - Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto econômico- parte 1.....	55
Figura 13 - Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto econômico- parte 2.....	56
Figura 14 - Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto ambiental parte 01.....	58
Figura 15 - Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto ambiental parte 02.....	59
Figura 16 - Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto ambiental parte 03.....	60
Figura 17 - Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto ambiental.....	62
Figura 18 - Trechos das respostas nas entrevistas dos CL2 e CL3 no contexto desenvolvimento sustentáveis.....	63
Figura 19 - Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto dimensão social.....	66

Figura 20 - Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto dimensão social.....	68
Figura 21 - Trechos das respostas nas entrevistas dos CL2 e CL3 no contexto responsabilidade social.....	69
Figura 22 - Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto específicos da cooperativa	72
Figura 23 - Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto relações comerciais.....	74
Figura 24 - Trechos das respostas nas entrevistas do CL1 no contexto relações comerciais.....	76
Figura 25 - Trechos das respostas nas entrevistas do CL2 no contexto relações comerciais.....	77
Figura 26 - Trechos das respostas nas entrevistas do CL3 no contexto relações comerciais.....	78

Lista de tabelas

Tabela 1 – Normas aplicáveis pela IBD.....	24
Tabela 2 - Princípios da dimensão econômica da sustentabilidade	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGROFRUT	Cooperativa Agrofrutífera dos Produtores de Uruará
CF/88	Constituição Federal de 1988
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CL1	Cliente externo 1
CL2	Cliente externo 2
CL3	Cliente externo 3
COOP	Cooperados
DIR	Diretor administrativo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLO	<i>Fairtrade Labelling Organizations International</i>
IBD	Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
ISSO	Organização Internacional para Padronização
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	16
2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
A)	IDENTIFICAR O VÍNCULO DO REGULAMENTO QUE REGE A SOCIEDADE COOPERATIVAS NO BRASIL COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO ECONÔMICO E SOCIAL;	16
B)	APRESENTAR OS INDICADORES UTILIZADOS PELAS CERTIFICADORAS NAS AUDITORIAS DAS CERTIFICAÇÕES ORGÂNICAS E <i>FAIRTRADE INTERNATIONAL</i> E SUAS RELAÇÕES COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; E	16
C)	AVALIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS, DIRETOR ADMINISTRATIVO E 03 MAIORES CLIENTES EXTERNOS DA AGROFRUT, A PARTIR DA APLICABILIDADE DO MODELO DE AVALIAÇÃO <i>SUSTAINABILITY ASSESSMENT FOR AGRICULTURE COOPERATIVES - SAAC</i>	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	ASPECTOS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
3.2	ASPECTO GERAL SOBRE A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	22
3.2.1	Certificação Orgânica.....	24
3.2.2	Certificado <i>Fairtrade International</i>.....	26
3.3	A PRODUÇÃO DO GUARANÁ NO ESTADO DO AMAZONAS	28
3.4	LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A SOCIEDADE COOPERATIVAS NO BRASIL.....	29
4	METODOLOGIA.....	31
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	37
4.2	TIPO DE PESQUISA	37
4.3	DA AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA AOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS -CEP/UFAM.....	38
4.4	DA TÉCNICA DE COLETA DE DADOS NA PESQUISA EM CAMPO.....	39

4.5 DA ANÁLISE DOS DADOS.....	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
5.1. SOCIEDADE COOPERATIVAS NO BRASIL E SEU REGULAMENTO JURÍDICO.....	45
5.2. DOS INDICADORES UTILIZADOS NAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS.....	45
5.2.1 Da relação dos indicadores das certificações orgânicas e <i>Fairtrade</i> <i>International</i> com o desenvolvimento sustentável.....	45
5.3. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	45
5.3.1 A AGROFRUT e o desenvolvimento sustentável, a partir da aplicabilidade do modelo SAAC.....	49
5.3.2 DIMENSÃO ECONÔMICO.....	50
5.3.2.1 Na visão do diretor administrativo - DIR	50
5.3.2.2 Na visão dos cooperados – COOP.....	54
5.3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	57
5.3.3.1 Na visão do diretor administrativo – DIR.....	57
5.3.3.2 Na visão dos cooperados – COOP.....	61
5.3.3.3 Na visão dos 03 clientes externos – CL.....	63
5.3.4 DIMENSÃO SOCIAL.....	64
5.3.4.1 Na visão do diretor administrativo – DIR.....	574
5.3.4.2 Na visão dos cooperados – COOP.....	61
5.3.4.3 Na visão dos 03 clientes externos – CL.....	63
5.3.5 DIMENSÃO INDICADORES ESPECÍFICOS DAS COOPERATIVAS.....	70
5.3.5.1 Na visão do diretor administrativo – DIR.....	70
5.3.5.2 Na visão dos cooperados – COOP.....	71
5.3.6 DIMENSÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS.....	73
5.3.6.1 Na visão do diretor administrativo – DIR.....	73
5.3.6.2 Na visão dos 03 clientes externos – CL.....	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
7 REFERÊNCIAS	81
8 APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADO AO DIRETOR ADMINISTRATIVO DA COOPERATIVA	87
9 APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO COOPERADO	100

10	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA AOS COMPRADORES EXTERNOS.....	103
11	APÊNDICE D – DADOS DE CONTATO DA ORGANIZAÇÃO PESQUISADA.....	105
12	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	106
13	APÊNDICE F – DETALHAMENTO DA COLETA DE DADOS	111
14	APÊNDICE G – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	113
15	ANEXO A – CONJUNTO DE INDICADORES ORIENTADORES REFINADOS DO MODELO <i>SUSTAINABILITY ASSESSMENT FOR AGRICULTURE COOPERATIVES (SAAC)</i>	115
16	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP APROVANDO A PESQUISA	115
17	ANEXO C – MANUAL OPERACIONAL SCI	115

1 INTRODUÇÃO

A certificação ambiental atua como um mecanismo de tutela ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantindo eficácia das medidas preventivas e a sustentabilidade ambiental da atividade produtiva, por intermédio de supervisão e auditorias ambientais, necessária para manter o certificado.

De fato, a certificação ambiental determina a existência das empresas no mercado com seus produtos orgânicos, face às exigências realizadas pelos consumidores finais, fornecedores e órgãos de controle, sobretudo, para manter uma boa imagem e conquistar novos mercados nacionais e internacionais. E para deter esse tipo de certificação requer o cumprimento de padrões mínimos de desempenho sustentável (Vegini *et al.*, 2012).

Neste sentido, cooperativas brasileiras que almejam o manejo extrativista sustentável orgânico, além de ter sua atividade descrita no Projeto Extrativista Sustentável Orgânico, sendo o mesmo que o Plano de Manejo Orgânico, regulamentada para a produção agropecuária Orgânica, deverá possuir certificação que garanta que os seus produtos foram produzidos conforme as normas e práticas da agricultura orgânica (Brasil, 2009; Brasil, 2003).

Em vista dos benefícios que a certificação garante, a Cooperativa Agrofrutífera dos Produtores AGROFRUT, localizado em Uruará no Amazona detém a Certificação Orgânica n.º CA12907/19, concedido pela IBD Certificações e o Certificado *Fairtrade International*, FLO ID 38532, emitido por FLOCERT, a fim de produzir e comercializar o guaraná orgânico em grão torrado e em pó para alguns estados brasileiros e até mesmo para o mercado internacional, como França, Itália e Alemanha (Sistema OCB, 2020).

De acordo com Silva (2018) o certificado orgânico se destina à produção sem a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos, entre outros parâmetros que não coloquem em risco o meio ambiente. E o certificado *Fairtrade* tem apelo ético, sendo conferido às matérias-primas e produtos produzidos sob normas de comércio justo (*Fairtrade Labelling Organizations International - FLO*).

E vem sendo crescente a preocupação existente como o meio ambiente e questões relacionadas quanto à sua conservação pautada em discussões em todo o planeta. Ainda que o uso racional dos recursos naturais seja o foco da governança, é

evidente a continuidade dos danos ao meio ambiente, que reflete em um modelo de desenvolvimento insustentável e de exploração exaustiva dos recursos naturais.

Dado isso, a expressão desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez no ano de 1980, com o documento Estratégia de Conservação Mundial, elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN, e *World Wildlife Fund-WWF*, por requerimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (*World Conservation Strategy*, 1980). Nessa época, ainda não era visto como algo importante e nem embarcava o conceito atual de desenvolvimento sustentável mundialmente conhecido.

A ideia de englobar as presentes e futuras gerações só foi possível no ano de 1987, quando a Organização das Nações Unidas assumiu e considerou o relatório “Nosso Futuro Comum”, coordenado pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Veiga, 2015).

Após ter passado vários eventos internacionais, particularmente importantes que foram a gênese do Desenvolvimento Sustentável, o último foi a Agenda 2030 que assentou 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) subdivididos em 169 metas, assumido em 2015 por 193 países para o período de 2016 a 2030. E foram criados posteriormente conjunto de indicadores globais, a ser complementados por indicadores regionais e nacionais, a fim de acompanhar as suas execuções (Barbieri, 2020).

Na legislação brasileira, a defesa do meio ambiente é tratada em diversos dispositivos legais, sendo a Constituição Federal de 1988 a base para as demais normas, em especial o seu artigo 225, que trata dos direitos ao meio ambiente, os recursos naturais, que são considerados bens da União, além de definir as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto as exclusivas, quanto aquelas que concorrem entre si, que dizem respeito à responsabilidade pela gestão e preservação dos recursos naturais (Brasil, 1988).

Será evidenciado nesse trabalho o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove nos três principais pilares do Desenvolvimento Sustentável: econômico, social e ambiental, nas atividades da Cooperativa agropecuária AGROFRUT em Urucará-AM.

Neste sentido, esta pesquisa pretendeu responder as seguintes questões: A certificação orgânica e a *Fairtrade international* são instrumentos que contemplam os princípios do desenvolvimento sustentável? Em períodos de entressafra do guaraná,

as práticas sustentáveis se mantem em outras atividades agrícolas ou extrativistas? As certificações ambientais se limitam apenas a dimensão econômica, ou incorporam as dimensões ambientais e sociais e isso gera algum impacto para quem se beneficia da certificação? A certificação é vista como diferencial na hora da contratação de compra do guaraná orgânico da Cooperativa AGROFRUT? O processo de certificação promoveu uma maior consciência ambiental aos cooperados?

Posto isso, destaca-se a relevância do papel que o desenvolvimento sustentável tem de assegurar que os recursos naturais não se esgotem, e sendo possível atender às necessidades das gerações presentes e futuras, em observância as metas globais e legislações brasileiras, além do dever de estarem vinculadas as atividades agrícolas, como no presente caso, a produção do guaraná cultivado em Urucará pela única Cooperativa da região, a AGROFRUT que já está exportando o produto e gerando emprego para a comunidade local e isso refletindo nos pilares econômico, social e ambiental.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove nos três principais pilares do Desenvolvimento Sustentável: econômico, social e ambiental, nas atividades da Cooperativa agropecuária AGROFRUT em Urucará-AM.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar o vínculo do regulamento que rege a sociedade cooperativas no Brasil com a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito econômico e social;
- b) apresentar os indicadores utilizados pelas certificadoras nas auditorias das certificações orgânicas e Fairtrade international e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável; e
- c) avaliar o desenvolvimento sustentável na percepção dos cooperados, diretor administrativo e 03 maiores clientes externos da AGROFRUT, a partir da aplicabilidade do modelo de avaliação *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives - SAAC*.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Antes de abordar o que seria o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário examinar separadamente as duas noções que o sintetiza: o desenvolvimento e a sustentabilidade.

A expressão desenvolvimento estava sendo tratado como elevação da renda per capita, equivalente à produção interna per capita, ou PIB per capita, por vários economistas no ano de 1960-1970 que haviam conhecido a realidade do subdesenvolvimento (Veiga, 2015).

Para o economista Mahbud ul Haq e o indiano Amartya, só haveria desenvolvimento quando os benefícios do crescimento aumentassem as capacidades humanas, e são 4 as mais elementares para tal crescimento, a saber, pode ter uma vida longa e saudável, ser letrado, ter acesso aos recursos necessários, a fim gozar de uma vida digna e conseguir participar da vida em sociedade. E a ausência desses elementos, faria com que as oportunidades na vida fossem inacessíveis (Mahbud e Amartya citado por Veiga, 2015).

Barbieri informou que um passo importante para a entender o desenvolvimento foi a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1959 que instituiu a Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas, justamente nos períodos de 1960 a 1970, com objetivo de estimular um amplo programa de redução da pobreza nos países subdesenvolvidos (Barbieri, 2020).

A partir do ano de 1990 o PNUD e seus relatórios assimilaram a ideia de que o desenvolvimento precisava ser "sustentável" e 03 anos antes do lançamento do 1º Relatório do Desenvolvimento Humano, foi adotado pela Assembleia Geral, e sido consagrada depois, pela Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento (Veiga, 2015).

No início do Século XXI foram adotados 8 objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e somente o 7º objetivo estava relacionado a garantia a sustentabilidade ambiental, que tinha 4 metas, sendo a 1ª meta, a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. E a 2ª meta era reduzir a mortalidade de

diversidade biológica, 3ª meta minimizar a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura e esgotamento sanitário e a 4ª alcançar uma melhoria nas vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros periféricos (Veiga, 2015).

Para título de conhecimento, a Declaração do Rio, de 1992, em seu 3º princípio, menciona que “o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo que sejam atendidas equitativamente as necessidades do desenvolvimento e do meio ambiente, assim como das gerações presentes e futuras” (Veiga, 2015. p.21).

Uma das poucas decisões importantes do Rio+20 foi que substituiu os ODM pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no cenário da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, posteriormente chamada de Agenda 2030, transformando Nosso Mundo (Leff, 2009).

Foi com os ODS que ocorreu uma real aproximação das governanças do desenvolvimento e do meio ambiente, que estava distante desde o mês de junho de 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, quando foi lançado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (Veiga, 2015).

Enfatizando o termo *Sustentabilidade* Veiga (2015) afirma que foi utilizado o adjetivo “sustentável” pela primeira vez no texto “A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento”, qualificando-o em um seminário incentivado pelo PNUMA em Estocolmo no ano de 1979.

Acredita-se que a sustentabilidade poderia ser considerado um sinônimo de desenvolvimento sustentável, mas o sétimo ODM faz lembrar que ela pode ser ambiental e também “agrícola, corporativa, cultural, da construção civil, da moda, da pecuária, empresarial, financeira, geográfica, habitacional, hospitalar, humana, industrial, organizacional, política, [...]”. Quando utilizada sem qualquer acréscimo, não quer dizer que tem alguma alusão implícita ao desenvolvimento e serviu a gregos e troianos quando queriam proferir “vagas ambições de continuidade, durabilidade ou perenidade, todas remetendo ao futuro” (Veiga, 2015, p.38).

Para Leff (2009), a maioria dos discursos da sustentabilidade não estaria referenciada ao meio ambiente, todavia sim à sustentabilidade econômica, sendo esse o modelo que prevalece no discurso das políticas mundiais, pois é direcionado à produção e ao crescimento econômico-capitalista. E para ele existem 2 definições de sustentabilidade aplicada na prática, no qual estaria vinculada à racionalidade

econômica e ao desenvolvimento sustentável, ou seja, a sustentabilidade estaria bipolarizada, com o termo *sostenible* que estaria cingido à liberdade do comércio e da atuação balanceada do mercado, e do outro lado *sustentável*, ligado a democracia ambiental e participação da população no manejo dos recursos ambientais.

A sustentabilidade é algo mais abrangente, segundo Veiga, pois “envolve fenômenos erosivos ou cumulativos, como a perda de biodiversidade, ou da overdose de gases de efeito estufa na atmosfera” (Veiga, 2015, p. 44).

Leff (2009) critica as políticas sustentáveis que escondem o verdadeiro interesse, pois se apropriam de fórmulas e números para manterem o foco no mercado ao longo prazo. E o modelo de Desenvolvimento Sustentável e a crise ecológica advertiam quanto a obrigação de conter o crescimento, em consequência de uma crise.

Passado isso, abordaremos acerca do desenvolvimento sustentável que surgiu pela primeira vez no ano de 1980, por conta do documento chamado de Estratégia de Conservação Mundial, elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e WWF por requerimento do PNUMA. E Barbieri (2015) disse que a essência desse documento era predominantemente conservacionista, pois o desenvolvimento e conservação operam na mesma condição mundial.

E foi através desse relatório, que a expressão desenvolvimento sustentável, se tornou conhecida, e que trouxe em si os 3 componentes essenciais para o desenvolvimento sustentável, a saber, proteção ambiental, crescimento econômico e igualdade social (Ricardo e Silva, 2017).

Já a popularização e o ganho de públicos diversificados até o notório conhecimento em todas as classes da sociedade, que o fez considerá-lo como um movimento social, tendo em vista que reuniu grupos que impugnavam as situações de degradação ambiental e injustiça social, só foi possível no ano de 1992 através da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro, denominado como Rio – 92 (Barbieri, 2020).

A ideia de que as futuras gerações merecessem tanta atenção quanto as atuais só foram possíveis em 11/12/1987, quando a ONU assumiu. E a declaração está indicado na abertura da Resolução da 96ª reunião plenária da Assembleia Geral da ONU que considerou o relatório “Nosso Futuro Comum”, coordenado pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Veiga, 2015).

Barbieri (2020) explica que existiram vários eventos que contribuíram para a ideia do desenvolvimento sustentável, sendo uma delas a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável que aconteceu no ano de 2002 em Johannesburgo, também conhecida como Rio+10, organizada pela ONU, no qual teve por objetivo impulsionar ações para agilizar os programas da Agenda 21.

Outro momento importante foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, realizada no Rio de Janeiro no ano de 2012, cujos temas centrais era a renovação de um marco institucional para o desenvolvimento sustentável e a economia verde, com objetivo de erradicar a pobreza (Veiga, 2015).

A outra foi a Cúpula do Milênio, que estatuiu 8 objetivos de desenvolvimento que deveria ser atingido até 2015, por meio de ações governamentais, sociedade civil e empresas. Ela é conhecida como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no qual tiveram grande sucesso. E o momento mais recente, foi a Agenda 2030, que assenta os 17 ODS subdivididos em 169 metas, assumido em 2015 por 193 países para o período de 2016 a 2030. E posteriormente foram criados conjunto de indicadores globais, a ser complementados por indicadores regionais e nacionais, a fim de acompanhar as suas execuções (Barbieri, 2020).

O grupo citado foi anteriormente criado no ano de 2015 pela Comissão de Estatística, que eram compostos por 27 representantes de órgãos governamentais de estatísticas dos países-membros das Nações Unidas e o Brasil foi representado pelo IBGE. Os indicadores são instrumentos essenciais do processo de gestão. A definição de indicador global “é uma representação mensurável da condição ou estado de operações, gestão ou condicionantes” (Barbieri, 2020, p. 249).

Os 17 ODSs da Agenda 2030 aprovados por 193 países, inclusive o Brasil, são:

- 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- 2) Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4) Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos.
- 5) Alcançar a igualdade entre gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e preço acessível à energia para todos.

- 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum intergovernamental internacional primário para negociar respostas globais à mudança do clima).
- 14) Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.
- 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (Barbieri, 2020, p. 181-182).

A Agenda não trouxe nada de novo em seu conteúdo, até mesmo, pelo fato de seus assuntos estarem indicados em documentos oficiais intergovernamentais. Todavia, a diferença foi que as questões foram reduzidas em metas quantificáveis, para facilitar a sua divulgação, implementação, acompanhamento e revisão. E os eventos internacionais importantes, que foram a gênese do Desenvolvimento Sustentável, foram baseados em considerações econômicas e em outras áreas como: sociologia, ciência política, biologia, ciências da terra, educação, gestão pública e empresarial, dos quais as Nações Unidas e suas agências deram uma contribuição significativa (Veiga, 2015).

A definição de desenvolvimento sustentável mais aceita, legítima e mais conhecida é que a humanidade venha atender às suas necessidades na atualidade sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações de também poder fazê-lo. E foi através desse conceito que ele se tornou princípio orientador central de governos e instituições particulares, organizações e empresas (Veiga, 2015).

O conceito de desenvolvimento sustentável, já foi relacionado ao viés econômico, “[...] a literatura científica e dos dados empíricos acerca da degradação sistemática dos recursos naturais, legítima e legitimada por uma concepção específica da atividade econômica e pelo uso retórico do princípio da DS” (Silveira, 2014, p. 111).

A definição de desenvolvimento sustentável sugeriu uma herança eterna de uma descendência a outra, para suprir suas necessidades, a sustentabilidade agregou a

noção de manutenção e conservação instável dos recursos naturais, e o termo sustentável pode ser usado em muitas áreas de estudo, podendo significar sustentado, mantido e garantido. Além de que um negócio para ser sustentável deve ter um fluxo de recursos garantidos (Barbieri,2020).

E paralelamente nas discussões mundiais, o Brasil incorporou o desenvolvimento sustentável na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 255, que se refere ao conjunto de normas que pretendem defender a natureza das ações que provocam danos ao meio ambiente, a saber, degradação das florestas, como a poluição, aquecimento global e a extinção de animais (Silva, 2019).

De maneira geral, destacam três ideias principais que são comuns às definições de desenvolvimento sustentável: os recursos naturais são finitos e limitados; as dimensões econômica, ambiental e social devem respeitar esses limites; e existe uma necessidade de equidade dentro e entre gerações. Para Veiga (2015) os princípios presentes nas definições de desenvolvimento sustentável são: qualidade de vida, relacionada a aspectos econômicos, ambientais e sociais; justiça e equidade; participação e parcerias; cuidado e respeito com o meio ambiente; e pensamento para o futuro.

Deste modo, o desenvolvimento sustentável percorreu um longo caminho, conforme pôde vislumbrar na trajetória de suas origens com as ações da ONU para promover as gerações passadas, os presentes e as que nos sucederão o direito de ter suprido as suas próprias necessidades.

3.2 ASPECTO GERAL SOBRE A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com Bianchi (2008) o controle ambiental pode ser exercido pelo estado, mediante legislação interna, ou pela iniciativa privada, isto é, empresas, seguindo a matriz neoliberal de que o mercado se regula por si só, ficando as questões ambientais cada vez mais submetidas às regras comerciais. E por conta desse controle, existem as certificações.

A certificação concedida pela ISO vem conferindo condições aos países desenvolvidos o estabelecimento e conservação de suas hegemonias no comércio externo, em contrapartida, os países em desenvolvimento, carentes de recursos tecnológicos, e geralmente sem uma tradição de investimentos em pesquisas

científicas, vem enfrentando barreiras ecológicas presentes no comércio internacional, haja vista que não se enquadram nas regras determinadas por representantes dos respectivos países, que assumem o processo de preparação dos padrões ambientais (Bianchi, 2008).

A certificação ambiental determina a existência das empresas no mercado, face às exigências realizadas pelo cliente e fornecedores e, sobretudo, para manter uma boa imagem e conquistar novos mercados nacionais e internacionais. Nesse aspecto, a certificação, como, por exemplo: Certificação Orgânica e *Fairtrade International* requerem o cumprimento de padrões mínimos de desempenho sustentável (Vegini *et al.*, 2012).

Uma empresa certificada demonstra aos clientes, fornecedores e órgãos de controle, que as ações daquela atividade que impactam direta ou indiretamente o meio ambiente está sob controle. Ela estabelece os critérios para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, contribuindo para a organização fixar uma política que considere os aspectos legais relacionados ao meio ambiente (Jesus, Rebelo e Cunha, 2012).

Além disso, as empresas de auditorias concedem a certificação orgânica com bases na Lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003, decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e principalmente na Instrução Normativa Conjunta n.º 17, de 28 de maio de 2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento voltado ao manejo extrativista sustentável orgânico que adota práticas em observância aos princípios gerais (Brasil, 2009).

E essa concessão da certificação em produção orgânica se dará depois da avaliação da conformidade orgânica por auditores ou sistema participativo de garantia vinculado à apresentação de Projeto Extrativista Sustentável Orgânico, que é equivalente ao Plano de Manejo (Brasil, 2009).

A Cooperativa AGROFRUT detém a Certificação Orgânica n.º CA12907/19, concedido pela IBD Certificações e o Certificado *Fairtrade International*, FLO ID 38532, emitido por FLOCERT.

3.2.1 Certificação Orgânica

A empresa brasileira IBD Certificações desenvolve atividades de vistoria e certificação agropecuária, de processamento e de produtos extrativistas, orgânicos, biodinâmicos e de *Fairtrade*, conhecido mundialmente como mercado justo (IBD Certificações, 2018).

As normas aplicáveis ao processo de certificação de produtos orgânicos é Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (BR), Diretrizes para o Padrão de Qualidade Orgânico IBD (CE/EU) e *National Organic Program – NOP* (US), que será detalhada no quadro abaixo:

NORMAS APLICÁVEIS	ASSUNTO
Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (BR),	Regulamentado pela Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, o Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e as Instruções Normativas correspondentes. Permite comercializar produtos orgânicos no Brasil. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o proprietário e gestor deste esquema, e a Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) é responsável pela acreditação dos organismos de certificação.
Diretrizes para o Padrão de Qualidade Orgânico IBD (CE/EU)	Equivalência com Regulamento Europeu CE 834/2007 e 889/2008 e o padrão IFOAM. Permite comercializar produtos orgânicos na Europa. A União Europeia é o proprietário deste esquema, para o qual o IBD possui acreditação da IOAS.
<i>National Organic Program – NOP</i> (US)	Permite comercializar produtos orgânicos nos Estados Unidos. O <i>United States</i>

	<p><i>Department of Agriculture (USDA)</i> é o proprietário e gestor deste esquema, responsável pela acreditação dos organismos de certificação.</p>
--	--

Tabela 1 - Normas aplicáveis pela IBD

Fonte: Quadro elaborado pela autora adaptado pela IBD (2021)

Existe, inclusive, a Instrução Normativa Conjunta n.º 17 do MAPA-MMA, que estabeleceu princípios gerais no art. 6º, como: a conservação dos recursos naturais, a manutenção da estrutura dos ecossistemas, bem como suas funções, manutenção da diversidade biológica, desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional, o respeito à singularidade cultural dos povos e as comunidades tradicionais e agricultores familiares, e a destinação adequada dos resíduos utilizados na produção, buscando ao máximo o seu aproveitamento (Brasil, 2009).

Para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável e necessário que tais produtos se submetam a uma avaliação da conformidade orgânica realizada por meio de certificação por auditoria ou sistema participativo de garantia, vinculada à apresentação de Projeto Extrativista Sustentável Orgânico (Brasil, 2009).

O Ciclo de Certificação costuma ser anual, alcançando na emissão ou renovação do Certificado de Conformidade, quando todos os requisitos de certificação são atendidos, e tendo como ciclo de Certificação as seguintes etapas: "Supervisão, preparo da auditoria, auditoria, análise da auditoria e decisão de certificação" (IBD, 2018, p. 5).

Durante a auditoria é realizada coleta e análise laboratorial de amostras de produtos, solo, água, insumos, tecidos e outros materiais relevantes às atividades de certificação, tendo como objetivo confirmar o atendimento aos requisitos legais ou normativos, "a presença ou ausência de contaminação por agentes proibidos, ou restritos pelas normas de certificação e tomar decisões e encaminhamentos pertinentes ao resultado" (IBD, 2018. p. 5).

Em relação essa coleta e análise, a IBD informa que "são necessárias sempre que haja suspeita de uso de substâncias/métodos proibidos ou de contaminação do produto certificado por substâncias proibidas". E esse procedimento é realizado pelos

próprios auditores da empresa certificadora e analisadas por laboratórios previamente qualificados, acreditados segundo a ISO17025 (IBD, 2018, p.10-11).

Quando a avaliação de uma auditoria resulta em decisão favorável, o IBD emite ou renova o Certificado de Conformidade do cliente e essa tem validade de 12 meses a partir da data de sua emissão, com exceção do certificado para o esquema US, que continua válido até ocorrer a desistência/suspensão/cancelamento. Os dados dos clientes são atualizados no site IBD e nos bancos de dados do proprietário atualizados do esquema, caso necessário (IBD, 2018).

Já no caso de produtos orgânicos, a certificação garante que os ditos produtos foram produzidos conforme as normas e práticas da agricultura orgânica estabelecidas pelo art. 1.º da lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que informa:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Os certificados de orgânico destinam-se à produção sem a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos, entre outros parâmetros.

3.2.2 Certificado *Fairtrade International*

De acordo com Barros (2018), o comércio justo se originou devido à fragilidade do sistema capitalista perante a sociedade global, em que opções sustentáveis surgiram para tentar conter os danos causados na comunidade produtora e no meio ambiente. Ele surgiu por volta de 1940 e 1950 com o intuito de ser uma compensação ao fracasso do modelo de comércio para os agricultores.

A FLOCERT é uma empresa comercial fundada em 2003, com suporte em certificação de *Fairtrade International*, operando em 125 países que atendem mais de

6.000 clientes, desde os pequenos produtores em países em desenvolvimento até comerciantes mundiais de grande escala (Flocert, 2023).

Na certificação *Fairtrade* são avaliados os requisitos econômicos, ambientais e sociais da produção para prosseguir com a certificação à frente do critério Estândaes *Fairtrade* para Comerciantes e Produtores. E o sistema fiscaliza a compra e a venda do produto até o consumidor final, e os ditos certificados serão expedidos após confirmação, por inspeção física, de que todos os Critérios *Fairtrade* pertinentes foram cumpridos (Flocert, 2023).

Sistemas de certificação social, como o comércio justo e o comércio ético, garantem que condições trabalhistas sejam aceitáveis e que os benefícios sejam igualmente repartidos entre os envolvidos na produção e na comercialização. Tais tipos de iniciativas comerciais privilegiam as parcerias de negócios e a gestão de cadeias de fornecimento, que incluem acordos comerciais seguros e justos e apoiam a provisão de informação de mercado (Oliveira, 2011).

A norma de certificação Comércio Justo *FLO* se destinada para organizações de pequenos produtores e de trabalho contratado, no qual há 02 níveis de exigência a respeito de critérios, podendo ser mínimas exigência ou encargo de progresso. Os requisitos mínimos são aqueles que devem ser atendidos no momento da adesão da organização ao sistema certificado ou dentro de um prazo específico. Os requisitos de progresso são aqueles para os quais as organizações certificadas devem demonstrar permanente contínua (Oliveira, 2011).

Neste sentido, o *Fairtrade* oportuniza condições justas de trocas comerciais, sejam elas nacionais, internacionais ou regionais, reconhecendo a necessidade de harmonizar o comércio internacional com a independência do mercado local, o que acaba por questionar a relação subserviente e colonialista entre norte e sul. Neste sentido, torna-se importante referenciar o processo de liberalização comercial da década de 80 a 90 que provocou nos países do sul uma especialização forçada dos produtos regionais, fragilizando a economia local e em maior proporção a economia nacional (BARBOSA, 2006).

Em contrapartida, na visão de alguns autores, esse tipo de certificação é uma barreira, como, por exemplo, para o autor Oliveira (2011), o comércio justo, que tem como tradução literal *fair trade*, foi alvo de diversas críticas de alguns economistas e pensadores mais conservadores, no qual veem o comércio justo como um tipo de subsídio que dificulta o crescimento de pequenos produtores. Já segmentos da

esquerda, criticam o comércio justo, haja vista não desafiar adequadamente o atual sistema de comércio universal.

Esse tipo de certificação, que concede uma credibilidade nas atividades, detém um alto custo que muitas das vezes se torna empecilho de entrada para pequenos produtores (Mascarenhas, 2007).

E por último, o certificado com selo *Fairtrade* tem apelo ético, sendo conferido às matérias-primas e produtos produzidos sob normas de comércio justo (*Fairtrade Labelling Organizations International - FLO*).

3.3 A PRODUÇÃO DO GUARANÁ NO ESTADO DO AMAZONAS

O guaraná, cujo nome científico é *Paullinia cupana var. sorbilis*, (Mart.) Ducke, é típico da região Tapajós e Madeira, e por ser uma planta domesticada pelos *Sateré-Mawé* recebeu o nome de *Wará*. A planta é nativa do estado do Amazonas, localizado na Região Norte, e, é considerada uma espécie vegetal arbustiva e trepadeira, a qual pode atingir cerca de 10 metros de comprimento, com o fruto envolvido por uma cápsula de cor laranja, que pode ter no máximo três sementes e no mínimo uma, que possui uma cor marrom, envolvida em um arilo branco, com folhas que medem aproximadamente 20 centímetros (Souza, 2022).

O guaraná é pertencente à família das Sapindáceas, cujo nome provém do termo indígena *varana*, que significa árvore que sobe apoiada em outra. “O guaraná ainda é conhecido como guaraná-da-Amazônia, *guaranaina*, *uarana* ou *naranae*” (Souza, 2022, p.17).

O consumo de guaraná está correlacionado à longevidade de comunidades indígenas e ribeirinhas, e o fruto despertou o interesse da indústria, inicialmente de bebidas e, posteriormente, de cosméticos, aromas, alimentos e dentre outros, no início do século passado (Meneghetti *et al.* 2021).

Desde que o guaraná foi usado como um insumo da indústria de bebidas, a sua produção passou, também, a ter um caráter comercial. O uso comercial desse fruto fez com que a indústria ampliasse a demanda, que em decorrência influenciou no cultivo mais eficiente, superando a produção extrativista, e a cultura do guaraná foi de

interesse de estudos da Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (Uepae-Manaus) e a Embrapa (Meneghetti *et al.*, 2021, p. 3).

O guaranazeiro cultivado em campo, proveniente de semente, inicia sua frutificação entre o, 3.º e o 4.º ano, após a implantação, atingindo o nível de produção econômica a partir do 5.º ano. Diferente dos plantios procedentes de estacas enraizadas, que iniciam a frutificação no 2.º ano após a implantação, apresentando o nível de produção econômica a partir do 3.º ano (IDAM, 2021).

O Brasil é o único produtor comercial do mundo e em agosto de 2020, a Bahia ocupava o primeiro lugar no ranking de produção brasileira de guaraná e o Amazonas a segunda posição, mesmo diante o cenário da pandemia (CONAB, 2020).

Para Albertino *et al.* (2012), o guaranazeiro tem um potencial socioeconômico para a agricultura no Amazonas. O contingente de trabalhadores envolvido na atividade e a alta demanda pelo produto o definem como importante alternativa para os setores agrícola e industrial do estado.

É de costume o produto ser lavrado por pequenos agricultores, que já foi considerada um setor pouco interesse na capital, por conta das suas especificidades naturais e econômicas (Ramos, 2007; Mann; Dickinson, 1987).

O perfil de agricultura que tem adquirido amplo destaque social, econômico e político em nosso país é o de agricultura patronal, que pode ser chamada também de agronegócio ou agricultura empresarial (Bühler e Oliveira,2012).

Na atualidade, tornou-se uma mercadoria de alto valor comercial devido as propriedades fitoterápicas estimulantes, ao ganhar repercussão internacional, sobretudo na Europa, que incentiva o consumo de alimentos orgânicos. Tal demanda favoreceu o estímulo à produção e no Amazonas se destacam os municípios de Maués e Urucará (CONAB, 2023).

3.4 LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A SOCIEDADE COOPERATIVAS NO BRASIL

As sociedades cooperativas estão estabelecidas na lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e criou o regime

jurídico das cooperativas, sendo pessoas de natureza civil, com forma jurídica própria, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos seus associados e elas se distinguem das demais sociedades por suas características que são dotadas de princípios (Brasil, 1971).

Os princípios que regem as cooperativas, estão previstos no art. 4.º da lei n.º 5.764/1971 e são os seguintes:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (Brasil, 1971, art. 4.º).

Conforme dito acima, os princípios devem ser englobados dentro das atividades da cooperativa que abarca a filiação de forma voluntária dos cooperados, que não são obrigados a se associar, pois são prestadores de serviços, e entre outros.

Ainda acerca disso, a legislação ainda reforça que a sociedade cooperativa deverá utilizar-se também dos princípios de:

a) Ser constituída pelo número mínimo de associados, conforme previsto no art. 6.º da Lei no 5.764, de 1971, ressaltando-se que as cooperativas singulares não podem ser constituídas exclusivamente por pessoas jurídicas, nem, tampouco, por pessoa jurídica com fins lucrativos ou com objeto diverso das atividades econômicas da pessoa física;

b) Não distribuir qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuados os juros até o máximo de

doze por cento ao ano atribuído ao capital integralizado (Lei n. 5.764, de 1971, art. 24, § 3o, e RIR/1999, art. 182, § 1o);

c) Permitir o livre ingresso aos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, exceto aos comerciantes e empresários que operam no mesmo campo econômico da sociedade, cujo ingresso é vedado (Lei no 5.764, de 1971, art. 29 e §§);

d) Permitir a cada associado, nas assembleias gerais, o direito a um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes (Lei n.o 5.764, de 1971, art. 42) (Brasil, 1971, Artigos 6.º, 24.º, 29.º e 42.º).

Percebe-se o quanto é importante são os princípios que a legislação cita, pois para as atividades fluírem de forma igualitária, é importante a associação dos cooperados para que exista cooperativa.

Neste contexto, a CF/88 trata do cooperativismo em sete artigos, tendo como o mais importante deles o inserido no capítulo dos direitos e garantias individuais e coletivas, art. 5.º do inciso XVII, no qual trata da autonomia das cooperativas, que decretaram o fim da tutela estatal sobre as cooperativas, dando-lhes a liberdade de constituição e condução nas suas atividades (Wakulicz, 2015). E para Marcis (2017) as cooperativas trabalham em prol do desenvolvimento sustentável nas comunidades por meio de políticas deliberadas por seus associados.

4 METODOLOGIA

A seguir serão apresentados os principais tópicos que delineiam como essa pesquisa foi construída. Optou-se por esse estudo ter duas etapas de concretização, no qual a primeira foi análise documental, enquanto a segunda foi composta de aplicação de entrevista semiestruturadas dentro da amostra desejada. A soma das duas atribuiu os resultados que foram discutidos nesse trabalho.

4.1 Caracterização da área de estudo

O local de estudo foi a Cooperativa Agrofrutífera dos Produtores AGROFRUT, sob o C.N.P.J. 04.394.176/0001-26, localizado no Município de Uruará, a 260 quilômetros de Manaus/AM, à rua Dona Doquinha, 247-Aparecida Uruará/AM, CEP: 69130-000.

A figura 1 mostra no mapa aonde fica situado o município de Uruará, no qual, passa pelo rio Uatumã.

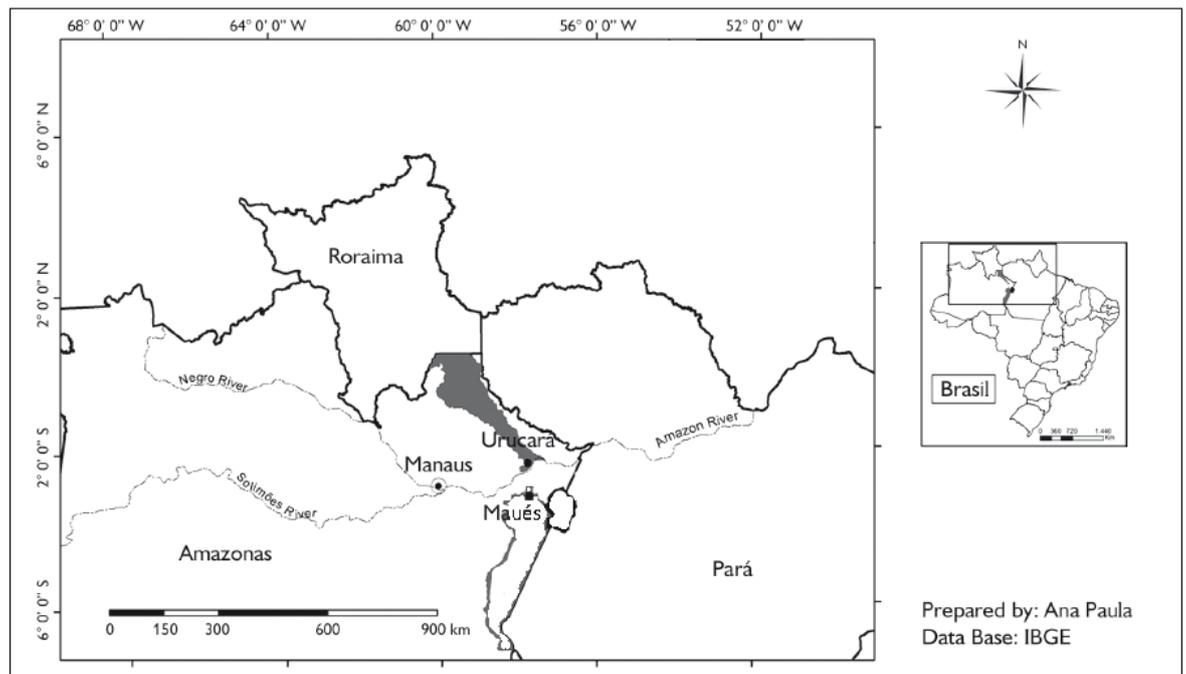


Figura 1. Localização do município de Uruará, AM.
Fonte: Adptado de Tricaud, Pinto e Pereira, 2016.

As atividades econômicas que geraram renda substancial para o município de Uruará foram o funcionalismo público, principalmente na zona urbana, o extrativismo animal e a produção do guaraná, de acordo com Marques, Serrão e Bartolli (2021).

A produção de juta representou grande relevância para a economia local na década de 1970, no entanto, com o declínio dessa atividade, predominou a territorialização da pesca seja pelo hábito cultural do consumo de peixe pelos caboclos, quanto pela valorização do pescado em outros mercados, determinando assim outras relações de poder.

Em seus estudos, Serrão (2018) destacou a produção de guaraná, a partir da década de 1970 com a influência da igreja católica instituindo formações de cooperativismo trazidas pelos missionários italianos, criando o Centro de Treinamento Rural de Uruará (CETRU), da qual resultou, posteriormente na AGROFRUT.



Figura 2. Vista aérea da cidade de Uruará no Amazonas.

Nota: Espacialização urbana típica de uma pequena cidade incrustada entre o rio e a floresta.

Fonte: Batista, 2022

A Cooperativa AGROFRUT foi consolidada em 15 de janeiro de 2001, mas, somente no ano de 2005 teve o seu C.N.P.J. criado, com a finalidade de processamento de Produtos de Origem Vegetal, que produz e comercializa para alguns estados brasileiros e internacionalmente para países como França, Itália e Alemanha (Sistema OCB, 2020).

Trata-se de uma sociedade cooperativa de primeiro grau que atua no recebimento, armazenagem e comercialização da produção de seus associados, especificamente o Guaraná em Pó e em Grãos, Insumos Agropecuários, Frutos, Legumes e Hortalíça.

A figura 3, mostra como funciona a estrutura organizacional que compõe a assembleia-geral, com 65 cooperados, conselho fiscal, diretor presidente, administrativo e financeiro, produção, setor técnico e financeiro contábil (Estatuto Social, 2019).

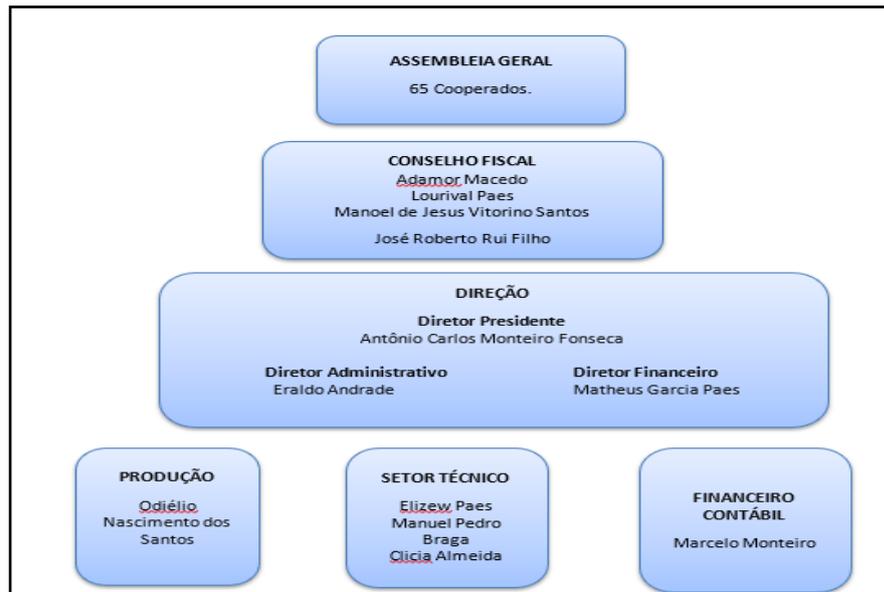


Figura 3. Organograma da estrutura organizacional da cooperativa Agrofrut.
Fonte: Elaboração própria, 2022.

Dentro da estrutura organizacional da cooperativa existe uma comissão de 5 membros que compõem o operacional do sistema de controle interno de produção orgânica vegetal e extrativa, sendo 1 Coordenador responsável pela equipe – Presidente da AGROFRUT, 1 Coordenador de produção – Gerente de Produção/processamento, 2- Técnicos para acompanhamento e orientação e 1- Técnico de inspeção, conforme consta no manual operacional SCI (ANEXO C).

Essa estrutura permitiu entender o ambiente organizacional e as atribuições da parte técnica na produção do guaraná que preenchem os relatórios de avaliações de riscos, elaboram e atualizam lista de produtores certificados e a certificar, fazem a rastreabilidade dos produtos, elaboram e atualizam o cadastro dos produtores com o Georreferenciamento das propriedades, entre outras coisas, além de inspeções internas nas propriedades dos agricultores com emissão de laudo.



Figura 4. Croqui da propriedade no Município de Urucará no Amazonas.
Fonte: Google Earth, 2019, elaborado pelo auditor.

A cooperativa focou na organização, beneficiamento e comercialização da produção camponesa, seguido da capacitação maciça dos dirigentes, colaboradores e principalmente dos produtores, no sentido de melhorar o processo produtivo e torná-los mais competitivos no mercado, (Gonçalves, 2016).

Para atender os requisitos para exportação do guaraná, a cooperativa AGROFRUT do município de Urucará, institucionalizou sua cadeia produtiva de modo a se tornar uma referência no beneficiamento do guaraná orgânico, fornecendo matéria-prima para importantes multinacionais.

Desse modo, houve uma valorização da agricultura camponesa, que ao estabelecer relações comerciais por meio do sistema de cooperação, rompeu com o monopólio das grandes empresas e criou formas de valorização econômica do produto, permitindo a melhoria da qualidade de vida dos cooperados.

Essa valorização atendeu 90 famílias locais e labora em toda cadeia produtiva para ofertar no mercado nacional e internacional do guaraná, como forma de potencializar o produto amazônico. Ela desenvolveu ações voltadas à formação de novos líderes na cooperativa, com intuito de aumentar a produtividade, a qualidade, e oferecer oportunidades para a juventude local (Sistema OCB, 2020).

Na figura 5 constou o registro dos cooperados que participaram do 1º seminário sobre produção agroquímica e orgânica do guaraná em Urucará. E nas figuras 6 e 7

constaram as plantações de guaraná de um dos cooperados associados a cooperativa Agrofrut. As plantações ficam localizados na Comunidade de São Miguel do Marajá em Uruará no Amazonas, conforme observa-se na figura 8.



Figura 5. Foto dos produtores da Agrofrut no 1º Seminário sobre produção agroquímica e orgânica do guaraná em Uruará.
Fonte: Suframa, 2011.



Figura 6. Foto da plantação do guaraná do agricultor.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 7. Foto do fruto guaraná na plantação do agricultor.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

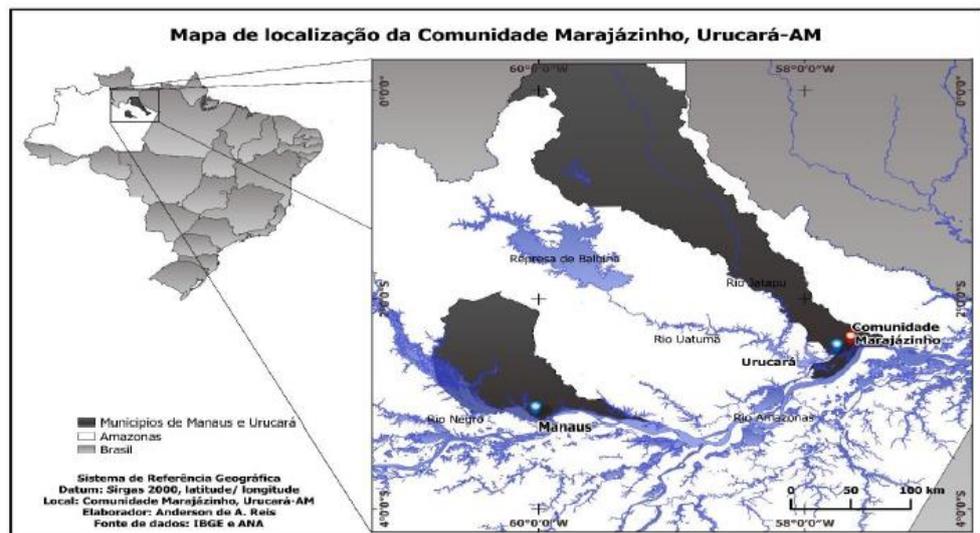


Figura 8. Localização da Comunidade de São Miguel do Marajázinho em Urucará no Amazonas.

Fonte: Paes, 2023.

4.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa sob ponto de vista da sua natureza se enquadrou como qualitativa, levando ao entendimento sobre as certificações ambientais nas atividades da cooperativa agropecuária AGROFRUT em Urucará-AM e a relação com o

desenvolvimento sustentável, em seus três principais pilares: econômico, social e ambiental, inclusive em períodos não sazonais das operações locais.

A finalidade da pesquisa foi de caráter exploratório, identificando os critérios que as empresas certificadoras utilizam para conceder certificações orgânicas à Cooperativa de Produtores e a relação com o compromisso ao desenvolvimento sustentável, além de realizar entrevista e levantamento documental internos fornecidos pelos entrevistados.

Quanto aos meios da investigação foram documentais: Relatório de inspeção do auditor da IBD, Declaração da IBD certificações, passo a passo IBD Certificações, Manual das boas práticas de processamento do guaraná da AGROFRUT, Manual operacional do sistema de controle interno de produção orgânica vegetal e extrativa (SCI) da AGROFRUT, Contrato social e balanço, Certificações orgânica e *Fairtrade International*, Serviço de controle interno laudo de inspeção individual da produção vegetal orgânica e banco de dados para verificar os 03 maiores clientes da cooperativa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e artigos publicados nos períodos de 2012 a 2023, para o melhor entendimento das definições conceituais e seleção de revisão das publicações selecionadas ao tema em questão.

4.3 DA AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA AOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS -CEP/UFAM

Como a pesquisa contou com as participações de entrevistados com mais de 18 anos de idade, foi submetido no dia 01/03/2023 ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos- CEP/UFAM, que tem como “propósito principal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa, mantendo sua integridade e dignidade, e contribuir com o desenvolvimento das pesquisas no Brasil” (CEP UFAM, 2022). E autorizado pelo CEP no dia 21 de junho de 2023 sob o número CAAE: 69203223.2.0000.5020.

Diante isso, no dia da entrevista foi informado a aprovação da pesquisa e entregue pela pesquisadora o termo de consentimento livre e esclarecido- TCLE (APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), constando o detalhamento da pesquisa, dos direitos, dos procedimentos, dos riscos e dos

benefícios em participar da pesquisa, no qual foi lido e assinado pela pesquisadora e os entrevistados em todas as páginas, e entregue a via física ao participante, depois de digitalizado.

4.4 DA TÉCNICA DE COLETA DE DADOS NA PESQUISA EM CAMPO

O banco de dados foi construído a partir da pesquisa em campo realizada no mês de julho de 2023.

Utilizou como fonte de dados as entrevistas com uso de questionário semiestruturado individual, de fácil entendimento, com 01 diretor administrativo, 18 cooperados ativos e que estiveram antes e depois da certificação ambiental, e os 03 clientes, que responderam perguntas relacionadas à atividade desenvolvida na Cooperativa, certificações ambientais e os aspectos do Desenvolvimento sustentável.

Para serem selecionados, o participante diretor deveria conhecer como funcionava internamente a cooperativa e ter sido auditado pelas certificadoras que emitiram as certificações a AGROFRUT. Já os cooperados deveriam ser homens e mulheres, maiores de 18 anos que ingressaram na cooperativa antes e depois das certificações e que ainda cultivavam e forneciam o produto para a cooperativa. E os 03 clientes deveriam ser os maiores clientes de mercados externos mais antigos da cooperativa. O perfil dos participantes está organizado em apêndice (APÊNDICE G – Perfil dos entrevistados).

E para as perguntas das entrevistas individuais foi criado um roteiro baseado no modelo de análise do Sistema de Indicadores do modelo *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives- SAAC*, apresentados nos apêndices 1, 2 e 3, voltado ao cultivo do guaraná orgânico pela Cooperativa AGROFRUT, inclusive em períodos de entressafra na produção do guaraná, onde os cooperados realizam atividades extrativistas ou agrícolas para seus sustentos.

Esse instrumento foi adequado em entrevistas para avaliar o desempenho de sustentabilidade, em seus três principais pilares: econômico, social e ambiental, das operações de cooperativas agropecuárias, já testada e validada, a partir do trabalho de mestrado desenvolvido por Marcis (2017), denominado *Sustainability Assessment For Agriculture Cooperatives-SAAC*. O modelo escolhido foi adaptado a pesquisa com inclusão de dados complementares para análise.

Neste modelo foram avaliados os componentes subdivididos em 05 dimensões, respectivamente: econômico, ambiental, social, indicadores específicos das cooperativas e relações comerciais, com um total de 78 indicadores, conforme apresenta-se na figura 8 e no Anexo 6.

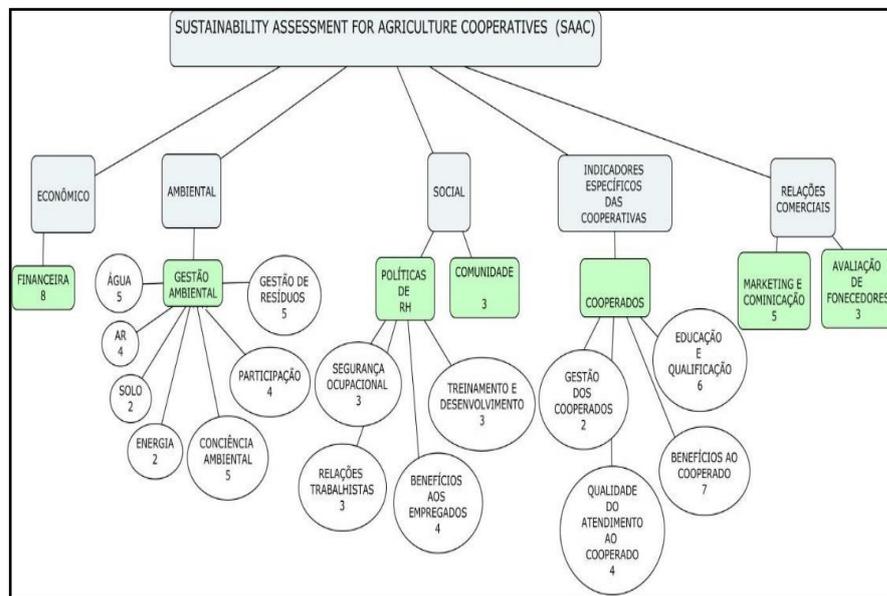


Figura 8. Modelo para avaliar o desempenho em sustentabilidade, denominado *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives*.
Fonte: Dissertação de Marcis, 2017.

A entrevista com o uso de questionário semiestruturado individual com o diretor administrativo da cooperativa para obter informações, relacionando a aplicação das certificações com a promoção do desenvolvimento sustentável, ocorreu de forma presencial, no escritório da Cooperativa, para responder as perguntas orais que foram registradas no gravador de voz no aparelho celular pessoal da pesquisadora.

Já as entrevistas com os 18 cooperados ocorreram pessoalmente na Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho, aonde residem e trabalham, nos horários da manhã e da tarde, a partir das 7h30 até às 16h00, que também foram registrados os áudios, com duração que variavam de 36 a 45 minutos.

Quanto as entrevistas com os clientes externos ocorrem de forma online, em 02 dias distintos, através de chamada de vídeo do WhatsApp com os clientes 1 e 2, e chamada de vídeo no *Microsoft teams* com o cliente 3, com duração que variavam de

25 a 35 minutos, conforme consta no detalhamento da coleta de dados (APÊNDICE F).

E também através da digitalização pessoalmente de alguns documentos internos no escritório da Cooperativa e recebimento de outros arquivos no e-mail pessoal, nos quais foram devidamente organizados no computador e convertido para pdf.

4.5 DA ANÁLISE DOS DADOS

Neste item ocorreu a pré análise, codificação e categorização. Na pré análise foram escolhidos, organizados e identificados os arquivos digitais e áudios das entrevistas junto com a definição dos objetivos para iniciar a análise de conteúdo.

Ocorreram 02 formas de análises em momentos distintos nesta pesquisa, sendo a 1ª parte, a análise da legislação e documental, e a 2ª parte análise das 22 transcrições das respostas das entrevistas.

Na 1ª parte da análise, releu-se a legislação do Cooperativismo e os aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável, para destacar dentro da legislação cooperativista os artigos relacionados aos pilares econômicos e sociais, e identificar o vínculo entre esses dois tópicos.

Já na 2ª parte da análise, os áudios gravados nas entrevistas foram transcritos em texto a partir da ferramenta Reshape¹ para análise de conteúdo das respostas das entrevistas e documentais: relatório de inspeção do auditor da IBD, Declaração da IBD certificações, passo a passo IBD Certificações, Manual das boas práticas de processamento do guaraná da AGROFRUT, Manual operacional do sistema de controle interno de produção orgânica vegetal e extrativa (SCI) da AGROFRUT, Contrato social e balanço, Certificações orgânica e *Fairtrade International*, e Serviço de controle interno laudo de inspeção individual da produção vegetal orgânica.

¹ E um software de transcrição online que converte o áudio em texto usando inteligência artificial de última geração. Disponível em: <<https://www.reshape.com.br/blog/o-que-e-reshape/#:~:text=A%20Reshape%20%C3%A9%20uma%20plataforma%20online%20com%20o%20prop%C3%B3sito%20de,formatos%20e%20abrindo%20novas%20possibilidades>>. Acesso em 15 set 2023.

E para análise dessa transcrição foi utilizado o *software* Atlas.ti, para a inclusão do formato digitalizado dos textos das entrevistas convertidas, proporcionando a codificação eficiente das informações e a gestão da quantidade grande de dados.

Os dados qualitativos coletados em campo foram divididos entre as etapas de codificação de forma dedutiva nas temáticas: certificação ambiental e desenvolvimento sustentável, categorização e avaliação da qualidade do processo de pesquisa.

Na codificação identificou e registrou trechos dos textos materiais analisados que exemplificam uma mesma ideia (Gibbs, 2009). Desta forma, a primeira leitura da transcrição das entrevistas permitiu a análise dedutiva da estrutura dos dados e a elaboração de uma lista de códigos descritivos, embasados nos aspectos identificados anteriormente na literatura.

Durante a análise observou-se que os códigos criados anteriormente tinham relações com os aspectos investigados, isto é, o impacto das certificações ambientais nos três principais pilares do Desenvolvimento Sustentável: econômico, social e ambiental, nas atividades da Cooperativa agropecuária AGROFRUT em Urucará-AM. Por isso, esses códigos foram agrupados de acordo com as dimensões identificadas anteriormente na revisão de literatura.

Após isso, foi feita a categorização, em que transformou os códigos descritivos em categorias abstratas, que expressaram vários tipos de relações conceituais. Essa categorização buscou identificar acontecimentos, atividades e explicações sobre os aspectos investigados. Como resultado deste ciclo de análise, obteve-se códigos analíticos. E por último foi feita a releitura de todas as entrevistas realizadas e a recodificação dos trechos que mais exemplificavam os códigos analíticos criados (Gibbs, 2009).

Foram demonstrados os processos de codificação descritiva e categorização com os entrevistados: clientes externos, diretor administrativo e cooperados, utilizando como exemplo os códigos criados dentro das dimensões do desenvolvimento sustentável, conectados ao problema de pesquisa e objetivos específicos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. SOCIEDADE COOPERATIVISTA NO BRASIL E SEU REGULAMENTO JURÍDICO

Em análise a legislação do Cooperativismo, lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, indicado no site do Planalto, foi observado no capítulo II, artigo 3º que as pessoas dentro da sociedade cooperativa são obrigadas a contribuir com atividades que geram economias de proveito comum, conforme pode-se ver logo a abaixo:

Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (BRASIL, 1971, Art. 3º).

Além disso foi possível observar no artigo 4º, que trata dos princípios aplicados as Cooperativas, em especial os incisos VIII e X, em que percebe-se a preocupação do legislador na constituição da pessoa jurídica em prestar serviços aos associados com assistência técnica educacional e social. Adicionalmente, no artigo 8º a lei reforçar que a pessoa jurídica deve objetivar de forma coletiva e em larga escala os serviços econômicos e assistenciais ao cooperados nas atividades exercidas.

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa (Brasil, 1971, art. 4º).

As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços (Brasil, 1971, art. 8º)

Outro artigo que merece destaque é o artigo 21, que aponta em sua redação o alcance dos objetivos sociais dentro do sistema de operação, em que deverá ser realizada pelo cooperado dentro do ramo de atuação na cooperativa, isto é, devendo

havendo essa combinação de cooperado, produção e objetivo social da cooperativa, já definido no Estatuto.

Ressalta-se que os demais artigos não destacados anteriormente, tratam apenas de questões fiscais e administrativas que regula uma sociedade cooperativistas no Brasil, sendo irrelevantes suas inclusões neste item para discursão.

Contudo, em análise conjunto dos principais pontos destacados, é possível afirmar que eles estão relacionados e buscam garantir no âmbito dos cooperados os aspectos sociais, quando o trabalho dos cooperados com a cooperativa geram uma melhora na qualidade de vida em seu meio social, e também na parte educacional.

Quanto aos aspectos econômicos, nota-se que as atividades exercidas nesse meio geram valores, que contribuem para o sustento e crescimento financeiro de ambas as partes.

A literatura acerca o cooperativismo aponta que ela funciona sob a lógica de uma racionalidade contra a soberania capitalista, tendo como um dos objetivos os modelos facultativo de produção econômica e as formas de relações sociais que advém dessa nova racionalidade produtiva, além de focar somente num ambiente sustentável (Ramos, 2022).

A partir dessa perspectiva, o cooperativismo tem sua essência fundada na cooperação mútua para buscar mitigar as questões sociais, econômicas e ambientais de seus participantes diretos, além de que os resultados advindos de suas ações sejam percebidos pela coletividade (Silva e Silva, 2020).

As sociedades cooperativistas como mecanismos centrais no processo de consecução dos desenvolvimentos sustentáveis, assumem práticas e ações que geram conscientização na sociedade acerca da importância na mudanças de hábitos e comportamentos, principalmente em virtude de que “o cooperativismo pode ser considerado como instrumento econômico e social, [...], tendo em vista o seu potencial emancipatório que serve como mecanismo de inclusão, de resgate da cidadania e, portanto, de desenvolvimento” (Silva e Silva, 2020).

Os resultados deste estudo demonstraram que a literatura destacou que nas sociedades cooperativas os membros cooperados estão acima do capital, pois a cooperativa é uma sociedade beneficente de cunho meramente cultural, mas com fim econômico que não visa ao lucro, todavia sim, à melhor remuneração para o trabalho do cooperado. Ela foi apontada na lei como desenvolvedora de uma atividade econômica com a participação dos cooperados no exercício do objeto

social e na gestão de seus interesses.

A sociedade cooperativa está regulada pela Lei nº 5.764/71, sendo aplicáveis os artigos referentes as sociedades simples e é atual nos anseios e concepções da sustentabilidade (Delgado, 2021). E ela se mostrou comprometida, isto é, tem relação com à promoção do desenvolvimento sustentável, em especial com os aspectos econômicos e social, a partir do momento que obrigou que cooperativas no brasil desenvolvesem operações que gerassem economia, logo, o cooperativismo apresentou uma crescente relevância dos aspectos sociais também, ao passo em que se observou como um facilitador de inclusão e redução de desigualdades sociais.

Portanto, as sociedades cooperativas, por meio de seus princípios e valores, foi um agente ativo no desenvolvimento de ações voltadas à comunidade e atendeu as necessidades de seus cooperados.

5.2. DOS INDICADORES UTILIZADOS NAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS

5.2.1 Da relação dos indicadores das certificações orgânicas e *Fairtrade International* com o desenvolvimento sustentável

Para a certificadora IBD, as certificações concedidas e mantidas garantem que os produtos avaliados na auditoria foram produzidos sem agrotóxicos na produção orgânica ou com uso controlado na agricultura sustentável, por conta de sistemas de gestão na certificação que ajudam as empresas a garantirem a qualidade, a segurança e conformidade de seus produtos e processos atendendo às necessidades do mercado externo e interno, tendo a sustentabilidade como principal foco (IBD Certificações, 2018).

Neste contexto ao analisar os arquivos diretrizes para o padrão de qualidade orgânica IBD e o relatório de inspeção IBD da AGROFRUT, identificou-se que os indicadores utilizados para a certificação orgânica foram as informações descritas no Plano de Manejo, que foi preenchida pela cooperativa, contendo todas as informações relevantes às suas operações, além da observação dos critérios específicos da lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007,

Instrução Normativa Conjunta n.º 17 do MAPA-MMA, Diretrizes para o Padrão de Qualidade Orgânico IBD e *National Organic Program – NOP (US)* e Plano de Auditoria (IBD, 2022; IBD, 2023).

O plano de manejo deveria conter histórico da área, culturas plantadas, adubos, manejo orgânico de pragas e doenças, manejo orgânico animal, procedimentos para processamento, envase e comercialização e aspectos que deveria ser alterado durante o período de conversão (IBD Certificações, 2018).

A legislação 10.831/03 trouxe como critérios específicos para a produção orgânica que para a comercialização deveria ocorrer a certificação por organismo reconhecido oficialmente, conforme estabelece o seu art. 3º, resguardando a qualidade de produtos e processos.

O artigo 8º da legislação obrigou as pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas que fizessem todo o processo desde produzir até armazenar os produtos orgânicos a registrar suas atividades junto aos órgãos competentes, como forma de controle. E esses critérios descritos na legislação objetivou a sustentabilidade econômica e ecológica, maximizando os benefícios social.

Já o decreto 6.323/07 estabeleceu diretrizes da agricultura orgânica em seu art. 3º, aonde incentivou a produção orgânica ao desenvolvimento local, social e econômico sustentável, além de um consumo responsável, comércio justo e solidário baseado em procedimentos éticos.

Determinou a participação de órgãos públicos para garantir a qualidade orgânica e também o credenciamento de certificadoras ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passaram por exigências técnicas e procedimentos necessários ao processo de acreditação pelo Inmetro. Até os especialistas que compuseram as equipes de auditoria passaram por uma avaliação, devendo comprovar experiência e formação profissional compatível com o escopo de atuação solicitado pelo organismo de avaliação da conformidade.

Outros indicadores utilizados pela certificadora foram os critérios específicos na IN nº 17 do MAPA-MMA, que trouxeram em seu artigo 6º adoção de práticas que respeitassem os princípios da conservação dos recursos naturais, manutenção da estrutura dos ecossistemas e suas funções, manutenção da diversidade biológica, desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional, respeito à singularidade cultural dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e destinação adequada dos resíduos de produção, buscando ao máximo o seu

aproveitamento. Percebeu que estes critérios foram relacionados com os pilares apresentados no desenvolvimento sustentável

E o Plano de Auditoria que conduz a auditoria, deveria ser realizado observando os critérios específicos das normas, em que o auditor deveria ser acompanhado por um guia designado pelo cliente na reunião de abertura. E os métodos de análise foram embasados em: entrevistas, observação de atividades, análise de documentos e registros, observação de equipamentos, áreas e instalações, comparação entradas - produção - vendas – estoque, exercício de rastreabilidade, coleta de amostra, identificação e investigação de áreas de risco e verificação da situação de não conformidades anteriores.

Além da propriedade passar pelo rigoroso procedimento de investigação das condições ambientais e de potência para a produção, foram levadas em conta o não uso de adubos químicos e agrotóxicos nos últimos dois anos, a existência de barreiras vegetais quando há vizinhos que praticam a agricultura convencional, a qualidade da água a ser utilizada na irrigação e na lavagem dos produtos, as condições de trabalho e de vida dos cooperados e trabalhadores, o cumprimento da legislação sanitária e a inexistência de lixo espalhado pelo estabelecimento (Silva, 2018).

Já os indicadores aplicados na certificação *Fairtrade International*, que é o comércio justo foram baseados, nos setes princípios propostos pela *European Fair Trade Association* (EFTA), no qual são: transparência e corresponsabilidade; treinamento e apoio; preço justo/bônus; igualdade de gêneros; adequação a legislação e norma; proteção do meio ambiente; certificação de produtos do comércio justo. Tudo isso deveria ser visto no momento que estava sendo avaliado a atividade ou produto na propriedade (Silva, 2018).

Wielechowski e Roman (2012) apontaram a *Fairtrade* como melhoria na qualidade de vida dos produtores, objetivando o desenvolvimento de boas práticas na agricultura e a promoção da sustentabilidade. Esse foco da certificação operou em comunidade de produtores que possuíam certificações baseadas em normas de produção que seja sustentável, melhoria contínua nas condições comerciais, qualidade de vida do agricultor e a sustentabilidade.

Quando um produto carrega a marca *Fairtrade* significa que os agricultores e comerciantes preencheram os requisitos das normas *Fairtrade* e Decreto n.º 7.358 brasileiro, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – Brasil, 2010, as quais tem objetivos de lidar com

o desequilíbrio de poder nas relações comerciais, mercados instáveis e injustiças do comércio convencional (Silva, 2018).

Se observarmos atentamente, as certificações orgânicas e *fairtrade*, são compostas por conjunto de princípios que abordam requisitos ambientais, sociais e econômicos, sendo os três principais pilares do desenvolvimento sustentável.

A dimensão ambiental da sustentabilidade trata da importância de valorizar os recursos naturais, não sob uma concepção individual, todavia de forma transindividual, assegurando a criação de condições que tornem viável a vida no planeta. Práticas necessárias devem ser feitas, como: redução da quantidade de resíduos e poluição, através da conservação e reciclagem de energia e recurso; a determinação de regras para proteção ambiental, e conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos para assegurar o cumprimento das regras. (Ricardo e Silva, 2017).

Já a dimensão social da sustentabilidade traz em sua essência o desenvolvimento de ações socialmente sustentáveis, que requer um ambiente que motive a criação de oportunidades de empregos legítimas e saudáveis, desenvolvimento pessoal e coletivo dos envolvidos, combate à exclusão social e equidade na distribuição de renda (Barbieri, 2020).

A dimensão econômica da sustentabilidade visa a capacidade de consumir, produzir, distribuir e fornecer os produtos ou serviços de forma que estabeleça uma relação competitiva justa com outros concorrentes do mercado. Logo, a miséria e a pobreza não são sustentáveis, e a riqueza deve ser redistribuída globalmente (Veiga, 2015).

De acordo com Silva (2018), o desenvolvimento sustentável é alcançado por meio da certificação ambiental, que contribuiu para o desenvolvimento da cadeia produtiva e agregar valor ao produto. O cultivo de guaraná orgânico sustentável foi além de responder às necessidades da comunidade por produtos e serviços ambientais, econômicos e sociais.

Portanto, acerca dos indicadores descritos anteriormente nas 02 certificações, observou que para adquirir tais certificações foi preciso haver a adequação da produção, respeitando e mantendo os índices apresentados nos parágrafos anteriores. E os principais indicadores da sustentabilidade aplicados são aqueles que se relacionam com as certificações de orgânico, destinado à produção sem utilização

de fertilizante químicos, agrotóxicos e antibióticos. E o Comércio Justo (*Fairtrade*), garantindo que as matérias-primas sejam produzidas sob normas de Comercio Justo.

No caso da cooperativa Agrofrut ela é detentora das 02 certificações, tendo a certificação orgânica desde junho de 2013, aplicadas as práticas no cultivo no guaraná orgânico, vinha mostrando a diferenciação do produto em busca de melhores preços e condições de venda, pois este mercado era muito diferente do mercado tradicional.

Os indicadores utilizados pelas certificadoras se mostram seguros para a concessão da certificação

5.3 Do desenvolvimento sustentável na percepção dos entrevistados

5.3.1 A AGROFRUT e o desenvolvimento sustentável, a partir da aplicabilidade do modelo SAAC

Na análise do desenvolvimento sustentável a partir da aplicação do modelo *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives-SAAC*, as informações da implementação das certificações orgânica e *Fairtrade international*, e as dimensões: econômica, ambiental, social, indicadores específicos das cooperativas e relações comerciais foram avaliados pelo diretor administrativo da cooperativa, onde buscou-se identificar o entendimento da percepção o desenvolvimento sustentável na produção e comercialização do guaraná orgânico, sob a organização da cooperativa agropecuária AGROFRUT em Uruará-AM, ora certificada.

Em relação aos 18 cooperados, foram avaliados apenas os aspectos econômico, ambiental, social e indicadores específicos das cooperativas.

Quanto aos 03 clientes externos, foram avaliadas as dimensões: ambiental e relações comerciais.

5.3.2 Dimensão econômico

5.3.2.1 Na visão do diretor administrativo - DIR

Neste tópico analisou os aspectos gerais da dimensão econômica, que avaliou as subcategorias financeira, na visão do DIR1 da cooperativa através da entrevista e da mensuração por meio da observação do contrato social e registros de venda do produto.

O entrevistado DIR1 explicou que para a obtenção das certificações, os cooperados juntamente com a cooperativa tiveram que seguir padrões de organização na propriedade aonde eram produzidos o guaraná orgânico. Esses padrões eram compostos por 12 etapas descritas no manual de boas práticas que foram entregues a cada produtor (2022).

As etapas são: 1- Higiene ambiental na propriedade, 2- Colheita, 3- Transporte da propriedade, 4- Fermentação, 5- Despulpamento, 6- Lavagem, 7- Transporte dos grãos após a lavagem, 8- Preparação do ambiente e utensílios para torrefação, 9- Limpeza e preparo do forno, 10- Torrefação, 11- Armazenamento dos grãos torrados e 12- Transporte do produto para agroindústria.

Além dos princípios das boas práticas, como higiene pessoal, ambiental, operacional, procedimentos de limpeza e desinfecção, e controle integrado de pragas, (Manual de boas práticas de produção de guaraná, 2022).

Na época da implementação das certificações, a cooperativa se deparou com o desafio dos próprios cooperados se adequarem as normativas IBD embasada na lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003, decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e principalmente na Instrução Normativa Conjunta n.º 17, de 28 de maio de 2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e CE/EU, determinada pela certificadora.

E em algumas auditorias foram observadas não conformidade da inspeção, conforme constam na declaração IBD (2022) e relatório de inspeção cooperativa (2023). E tais certificações trouxeram vantagens para os cooperados que se destacaram no mercado internacional e nacional.

Segunda informação do próprio DIR1, o custo total com as certificações foi em torno de R\$ 17.000,00, além de mais R\$15.000,00, pelo acompanhamento e

adequações das próprias auditoras para inspeções regulares nas produções. Optaram pelas certificações por auditorias privadas credenciadas pelo MAPA, pois na época só tinha essa modalidade.

Os autores Bolandini, Cezar e Pereira (2023) afirmaram que a certificação *fairtrade*, conhecida como comércio justo, buscou trabalhar no meio dos produtores o desenvolvimento local, pautando melhoria nas condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas daqueles que não tiveram acesso direto aos grandes mercados, estimulando a cooperação entre eles.

E para assegurar o comércio justo, foi preciso a criação de rigorosas práticas com a implementação de selos de certificações, como a *fairtrade* instituída pela *Fairtrade Labelling Organization (FLO)*, sendo necessário o vínculo do produtor com algum empreendimento com perfil democrático no processo de tomada de decisões. E ela tem como princípios normas auditáveis, voltadas para ações que preservem o meio ambiente e assegurem a sustentabilidade ambiental das atividades (FLOCERT, 2021).

Já em relação a questão econômica, foi analisado o balanço patrimonial (2022) da cooperativa feito pelo contador dos períodos 2021 e 2022, no qual foram observados o ativo circulante, ativo não circulante o total do ativo, passivo circulante e não circulante, patrimônio líquido e demonstração de sobras ou perdas do exercício.

O saldo demonstrado na conta de participações em outras empresas no valor de R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) e R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais) remanescente do exercício de 2020, conforme explicação da diretoria.

E os valores foi investido numa empresa do agronegócio no ano de 2018 e a sociedade está aguardando a empresa fazer a devolução do recurso empreendido. E o valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) é referente a adesão da cooperativa na Centalcoop.

No balanço foi possível notar que era mantido o fluxo de caixa, no qual estava indicado as entradas e saídas de dinheiro daquele período, como receitas de vendas, pagamentos dos fornecedores, despesas operacionais, investimentos e empréstimos para melhor gerenciar a parte financeira da Cooperativa.

A liquidez geral era composta pelo ativo circulante com a realizável ao longo prazo que era dividido pelo passivo circulante com o passível exigível ao longo prazo, com o índice constando na figura 9 abaixo. O endividamento geral era composto por

passivo circulante com o exigível a longo prazo dividido pelo ativo total, no qual indicava a endividamento geral (Balanço Patrimonial, 2022).

ÍNDICE DE LIQUIDEZ		
LG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL		
<u>ATIVO CIRCULANTE + REALIZ. A LONGO PRAZO (NC)</u>	<u>2.893.241,91</u>	1,03
PASSIVO CIRCULANTE + EXIG. A LONGO PRAZO (NC)	2.816.784,63	
EG = ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL		
<u>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>	<u>2.816.784,63</u>	0,91
ATIVO TOTAL	3.098.971,17	

Figura 9. Índices de liquidez geral e de endividamento geral extraídos do balanço patrimonial da Cooperativa.

Fonte: Balanço Patrimonial, 2022.

Segundo Ritzel (2024), O índice de endividamento foi uma medida utilizada para avaliar o quanto uma empresa estava endividado em relação ao seu patrimônio líquido, sendo dividindo o total da dívida pelo o patrimônio líquido e depois multiplicado por cem, e quanto menor for o índice de endividamento, melhor seria a situação financeira da sociedade.

Na imagem anterior verificou que o índice de endividamento geral, também conhecido pela sigla “EG”, serviu para averiguar a situação financeira da instituição, levando em conta todo o ativo da empresa, estava em 0,91, no qual significa que 91% do faturamento da cooperativa estava comprometida pelas dívidas. Logo compreendeu que a Agrofrut estaria com o seu ativo comprometido.

A literatura informou que a sustentabilidade econômica, significava a realização do potencial econômico que contemplava de forma prioritária a distribuição de riqueza e renda vinculadas a uma redução de externalidades socioambientais, no qual buscou resultados positivos que abarcava toda a sociedade (Silva *et al.*, 2012).

A economia não deveria ser vista pela sociedade como algo negativo e nem mesmo como a responsável pela degradação ambiental, tendo em vista que o

mercado econômico buscou se alinhar com os objetivos do desenvolvimento sustentável e dos princípios econômicos exibidos no quadro abaixo (Briedis, 2023).

*PRINCÍPIOS DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA
SUSTENTABILIDADE*

<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ter coerência com a economia local.</i> • <i>Favorecer do desenvolvimento econômico local. Gerar renda e melhoria das condições econômicas locais.</i> • <i>Dar liberdade para participar dos mercados e intercâmbio econômico.</i> • <i>Indivíduos como agentes de seu desenvolvimento.</i> • <i>Satisfazer demandas através de sistemas de produtos e serviços.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição adequada de recursos = políticas de redução de impactos. • Valorizar modelos econômicos promissores (mercado justo). • Gerar fluxo permanente de investimentos públicos e privados (principalmente cooperativismo). • Manejo eficiente dos recursos. • Absorção dos custos ambientais pela empresa. • Ser endógeno: manter-se sem dependência externa.
--	--

Tabela 2 - Princípios da dimensão econômica da sustentabilidade.
Fonte: Quadro elaborado pela autora adaptado de Briedis (2023)

Portanto, o desenvolvimento econômico foi um dos poderosos impulsionadores do desenvolvimento sustentável, tendo em vista ser uma das três dimensões tradicionais da sustentabilidade e seus princípios tratou de forma geral sobre geração de renda e satisfação de demandas com os produtos e serviços.

Justamente o que a cooperativa Agrofrut contemplou quando apresenta a economia local com a produção do guaraná orgânico através de seus cooperados e a venda dos produtos aos clientes nacionais e internacionais, promovendo um comércio justo e livre para o desenvolvimento da economia. Logo atendendo as necessidades básicas para os mais vulneráveis ter uma vida melhor, com a geração de renda.

5.3.2.2 Na visão dos cooperados – COOP

Inicialmente foi questionado aos 18 cooperados o motivo da associação junto a cooperativa AGROFRUT e de forma unânime foi dito que através dela o guaraná era mais vendido, valorizado e bem pago por conta dos clientes no exterior, diferentemente da venda feita para atravessadores, como era antigamente.

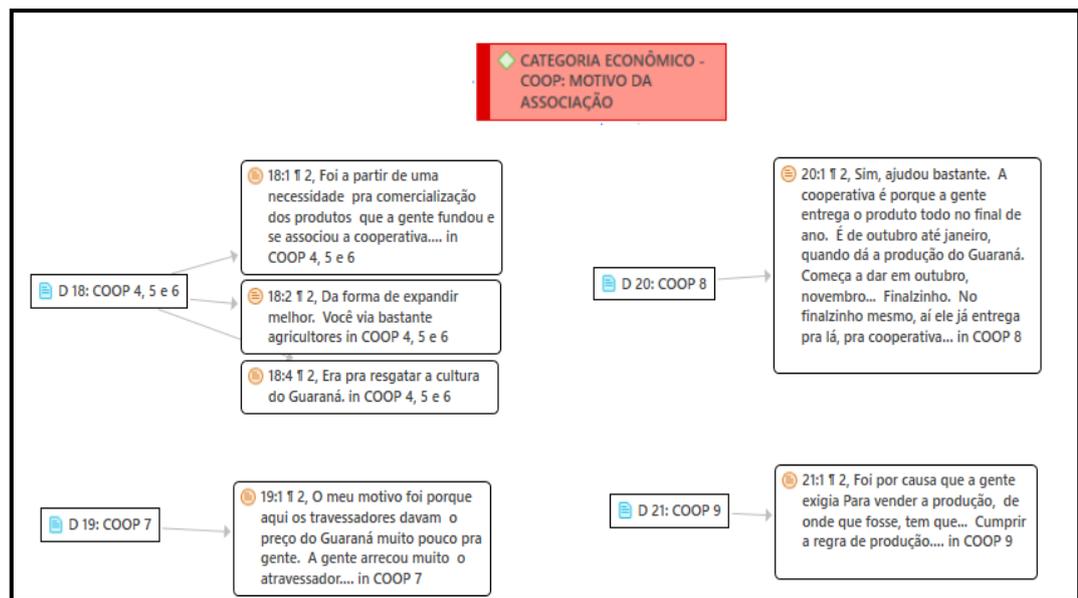


Figura 11 – Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto motivo da associação. Os números na caixa de texto representam em que tempo a fala da entrevista se encontra. Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Desse modo, a associação trouxe uma melhora na vida financeira dos cooperados, pois conseguiram vender todos os seus produtos orgânicos para clientes internos e externos que estavam interessados nesse tipo de produção.

Diante da melhora, além deles compraram objetos pessoais e puderam construir/reformar suas casas. Para os COOP 9, 11 e 14, tiveram poucas melhoras, pois as produções deles não eram bastantes como os demais, por conta do adubo, no qual precisava ser comprado e isso representava um custo extra na produção desses cooperados.

A comercialização do guaraná orgânico foi o produto principal dos 18 cooperados e através da cooperativa AGROFRUT tiveram clientes no exterior comprando todos os anos, pelo fato de ser orgânico e ter a certificação.

Quando os COOP trabalhavam na produção do guaraná, por conta do período de entressafra, uns plantavam mandioca para fazer e vender farinha, produziam polpas de frutas, trabalhavam como carpinteiro, faziam tapioca, plantavam feijão, banana, pescavam, trabalhavam com meliponicultura, criavam animais e outros viviam da aposentadoria que recebiam do Regime Geral da Previdência Social.

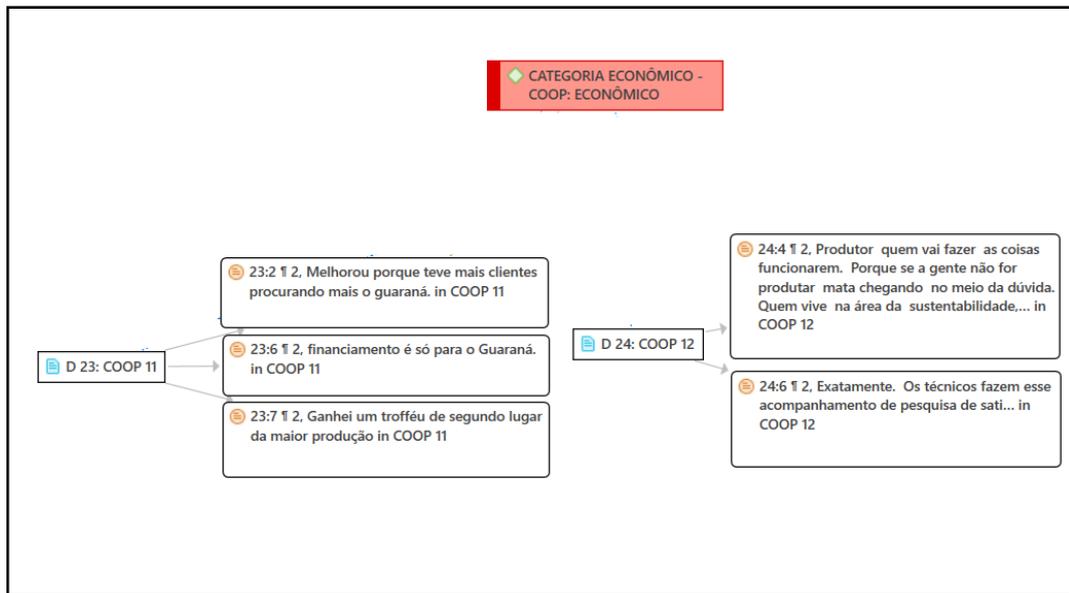


Figura 12 – Trechos das respostas nas entrevistas de alguns cooperados no contexto econômico- parte 1.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Os COOP 12 e 13 trabalhavam como prestadores de serviços no órgão municipal da região e recebiam uma renda extra. Os valores recebidos pelos órgãos públicos equivaliam ao salário mínimo. E os COOP 2 e 15 labutavam de forma autônoma.

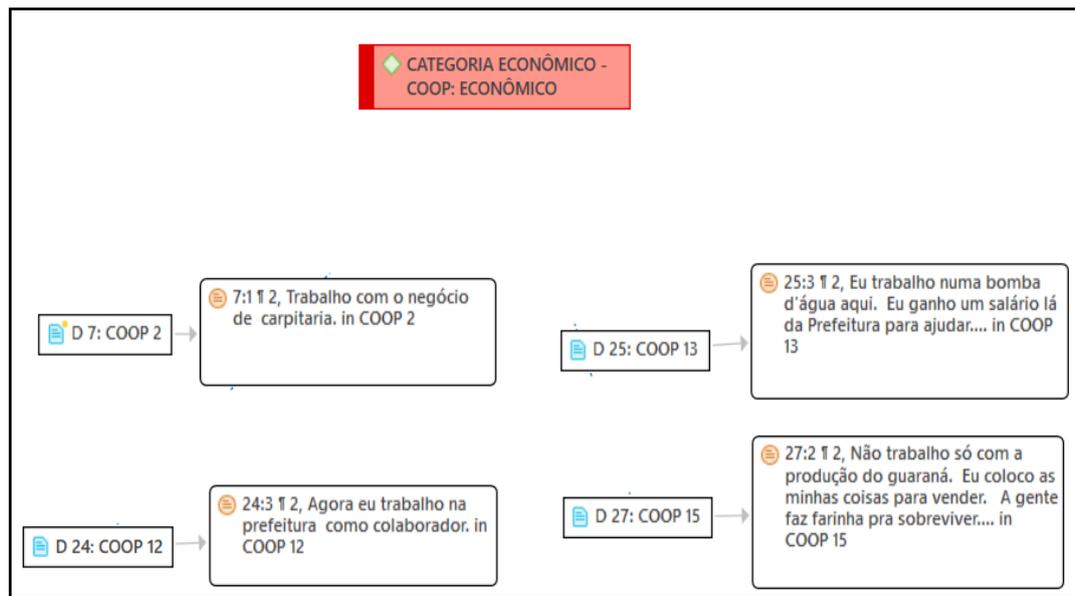


Figura 13 – Trechos das respostas nas entrevistas de alguns cooperados no contexto econômico- parte 2.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Quanto a dimensão econômica, Briedis (2023) ressaltou que ocorria quando o processo criativo de produção fosse dinamicamente harmonizado com a preservação de sua tradução e a necessidade de produzir bens e serviços comercializáveis desejado pela demanda dos consumidores.

E essa dimensão tem como princípios de destaques o favorecimento do desenvolvimento local, geração de renda e melhoria das condições econômicas e satisfação das demandas através do sistema de produtos (Briedis, 2023). O qual foram plenamente confirmados quando os cooperados alegaram a melhoria na vida financeira com as vendas, mesmo para aqueles que tiveram poucas melhoras, por conta do investimento, pois tinham demandas dos clientes nacionais e internacionais por produtos orgânicos.

Vislumbrou também que as atividades externas à propriedade realizadas pelos cooperados durante o período de entressafra não geraram impactos negativos ao meio ambiente, pois não ocorreram práticas não sustentáveis, como desmatamentos, utilização de agrotóxicos, queimadas, desperdício de água e poluição de rios, isto é, não ocorreu esgotamento dos recursos naturais. E tais práticas diversificadas fora consideradas uma segunda profissão pelos cooperados, que gerou renda e o sustento deles, se classificando como atividades econômicas produtivas (Paes, 2023).

Isso demonstrou que diante esse desafio, já que o principal cultivo e venda era o guaraná orgânico para o mercado interno e externo, sendo o responsável pela maior parte da renda dos agricultores, tinham que aproveitar as oportunidades da região para sobreviver com outras atividades na comunidade e diversidade de espécies cultivadas, que também geravam renda como o extrativismo, meliponicultura, criação de pequenos animais, por meio de venda direta para comunidade e comercializado para cooperativa local, serviço público e aposentadoria.

5.3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

5.3.3.1 Na visão do diretor administrativo – DIR

Na dimensão ambiental foram analisadas as variáveis: entendimento sobre categoria gestão ambiental, ligadas a água, ar, solo, energia, consciência ambiental, participações da cooperativa em eventos e gestão de resíduos.

O entrevistado DIR informou que na prática a cooperativa costumava preservar a fonte da água, no qual, depois da certificação, começaram com um projeto de parceria e financiado pelo cliente CL2 em que, em vez de jorrar a água usada pelos cooperados na lavagem do guaraná diretamente na terra, como era feito antigamente, utilizavam tanques de contenção. E ele não recordava o valor do investimento para essa técnica de preservação de fontes de água.

A cooperativa não tinha a prática de reutilizar a água da chuva. Havia na sede e nas propriedades a utilização do poço, aonde eram cavadas e instaladas tubulações de poços. E não trabalhavam com projetos para redução da água. E foi questionado se a cooperativa tinha projetos de reflorestamento, no qual foi informado que em algumas partes eram plantadas mudas de cumaru. Ele não soube dizer qual era o faturamento bruto nesse tipo de ação. Tais trechos das respostas foram descritos na figura 14.

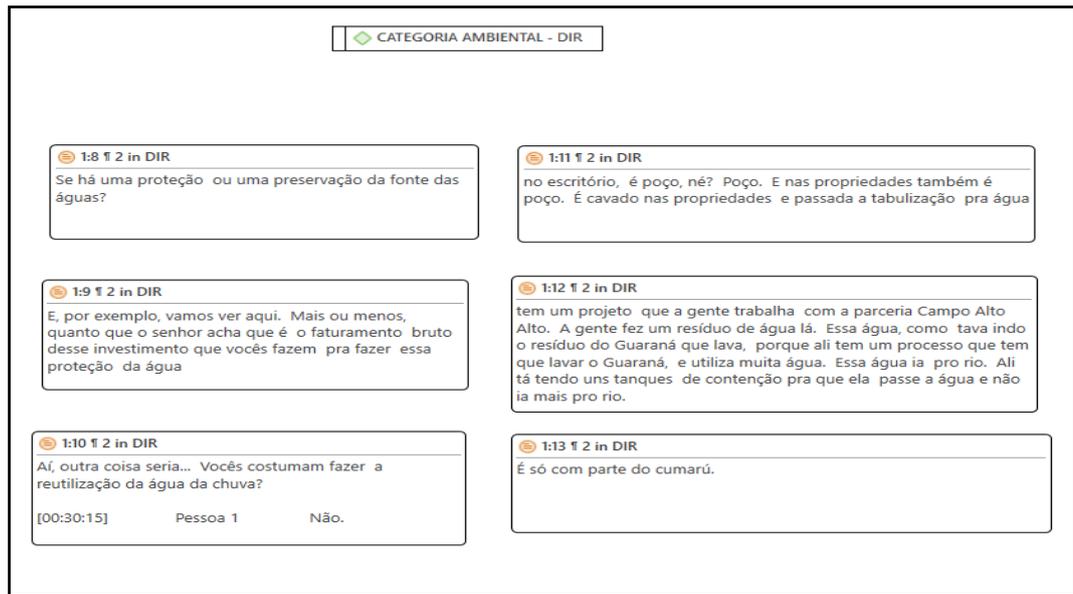


Figura 14 – Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto ambiental parte 01. Os números na caixa de texto representam em que tempo a fala da entrevista se encontra.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

A cooperativa possuía frotas de veículos, como uma S10 e um caminhão baú, sendo esse último, utilizado no transporte da produção do guaraná orgânico, todos com idade média de 5 anos. E possuíam também uma lancha, que era utilizado para assistência técnica das atividades. O caminhão e a lancha foram doados pelo Governo Estadual do Amazonas. Todos eles eram biocombustíveis.

Sobre as coletas de embalagens tóxicas, a Cooperativa não tinha a cultura de dar um destino as embalagens de óleos, pilhas e baterias. Na auditoria eles foram notificados para organizar essa destinação. Quando foi no ano de 2008 providenciaram umas bombonas de plásticos e colocaram dentro de uma casinha e todas as embalagens foram colocadas lá dentro e a cada 02 anos pegavam essas embalagens da Comunidade, aonde viviam os cooperados, e traziam para a sede da cooperativa e até o momento não foi dado um destino final nas embalagens.

Dos 63 cooperados ativos, apenas na faixa de 50 a 56 costumavam participar de campanhas ambientais sobre o uso de agroquímicos. A cooperativa contou com parceiros, a saber, Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, para realizar as campanhas e capacitação local dos cooperados e dos funcionários da cooperativa.

A Agrofrut estava com as seguintes plantações orgânicas: o guaraná, o açaí e cumaru. E na visão deles o que classificou como orgânico foi a não utilização dos

agrotóxicos no plantio e também a própria certificação ambiental. Tais trechos das respostas foram descritos na figura 15.

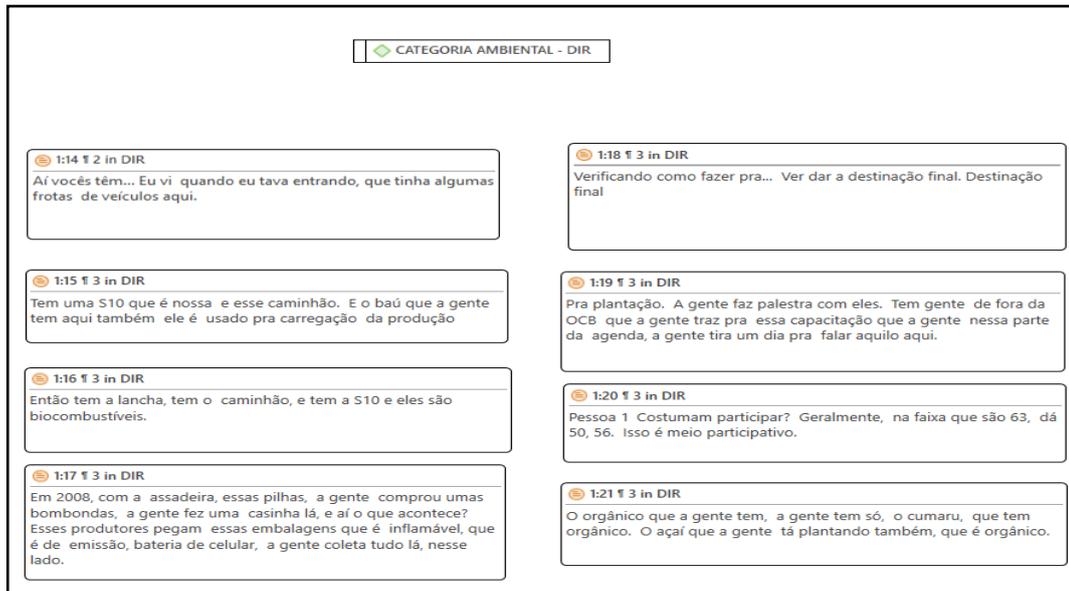


Figura 15 – Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto ambiental parte 2. Os números na caixa de texto representam em que tempo a fala da entrevista se encontra.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023

O controle de pragas foi feito de forma natural com a utilização da formiga taxi ainda no período de floração, aonde os insetos tripses costumavam atacar, conhecimento esse compartilhado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo. Foram entregues mudas dos guaranzeiros aos cooperados, através do barco ou do caminhão, e essas mudas foram produzidas no viveiro localizado na sede da cooperativa.

Quanto a energia renovável a cooperativa não utilizava. Era fornecido energia elétrica através da concessionária de luz. Não tinha conhecimento sobre redução de consumo de energia elétrica.

Segundo informação do DIR, a cooperativa possuía apenas as certificações orgânica e a *fairtrade*. E antes de serem certificada, recebiam autuações ambientais leves, pois não eram instruídos e as práticas adotadas vinham somente da agricultura. Mas depois da certificação, houve a redução dessas autuações, pois trabalharam com mais orientações de engenheiros florestais, agrônomos e técnicos para atuarem com mais consciência e manter a recertificação.

O conselho fiscal, direção, setor técnico e financeiro contábil da cooperativa participavam de conferências e capacitações sobre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social aplicado pelos parceiros OCB e também pelo CETAM, além de reuniões com outras cooperativas. Alguns deles fizeram faculdade pelo parceiro de forma online e com provas presenciais. Atualmente 03 deles estavam fazendo um curso superior de tecnologia em gestão ambiental ofertado pela UFAM.

Já ganharam premiações da OCB de excelência em gestão ambiental. Fizeram parcerias com outras cooperativas locais ofertando gratuitamente serviços básicos para as comunidades e cooperados.

Sobre a gestão dos resíduos, foi informado que reduziram o consumo de corpos descartáveis e papel A4 para impressões, que na maioria das vezes eram utilizados arquivos digitais. A cooperativa não realizava nenhuma reciclagem de produtos e não reutilizava materiais. Tais trechos das respostas foram descritos na figura 16.

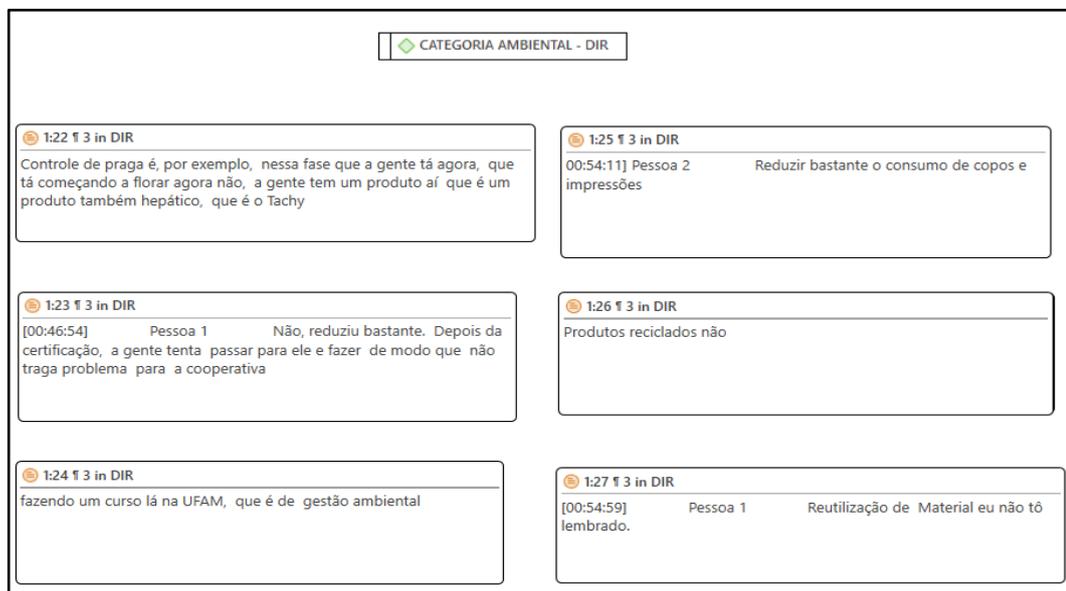


Figura 16 – Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto ambiental parte 03. Os números na caixa de texto representam em que tempo a fala da entrevista se encontra.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023

Ricardo e Silva (2017) haviam falado que na dimensão ambiental ocorria a valorização aos Recursos naturais de forma transindividual que assegurou a criação de condições que tornou viável a vida no planeta. E práticas responsáveis como redução da quantidade de resíduos e poluição, conservação e reciclagem de energia e recurso; proteção ambiental, e conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos deveriam ser feitas

A partir dos resultados obtidos, pode-se observar que práticas necessárias visando o equilíbrio ao meio ambiente foi realizado, como o caso dos tanques de contenção para lavar os guaranás, reflorestamento com mudas de cumaru, não utilização de agrotóxicos no plantio, controle de pragas de forma natural e redução de consumo de copos descartáveis e papéis, sendo ações positivas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Mas também, certas ações deveriam ter sido colocadas em exercícios, como destinação final das embalagens coletadas durante 02 anos, reciclagem e reutilização de materiais. A Cooperativa deveria gerenciar adequadamente os resíduos perigosos e não perigosos gerados na atividade, quantificando, monitorando e adotando medidas para minimização da sua geração.

5.3.3.2 Na visão dos cooperados – COOP

Na dimensão ambiental foi analisada a variável: Inter-relação entre a certificação e desenvolvimento sustentável. Inicialmente os entrevistados responderam sobre o entendimento de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. A maioria dos COOP responderam que desenvolvimento sustentável era algo positivo que visava a proteção do meio ambiente e a responsabilidade social era a preocupação e cuidado dos cooperados que cultivavam a plantação do guaraná.

Os COOPs 2, 8, 9,13 e 15 não souberam explicar a parte conceitual, mas disseram que já ouviram falar, pois participaram de algumas reuniões e palestras que falaram a respeito.

Todos os cooperados informaram que nunca borrifaram nenhum produto químico na plantação. Antes mesmo da 1ª certificação da cooperativa e até mesmo depois de se associarem, não tinham essa prática de colocar agrotóxico na produção orgânica. Sempre cultivaram o guaraná de forma orgânica. Utilizavam a formiga taxi, que era fornecido por uns dos clientes, para ser um repelente de isentos e melhorar o plantio.

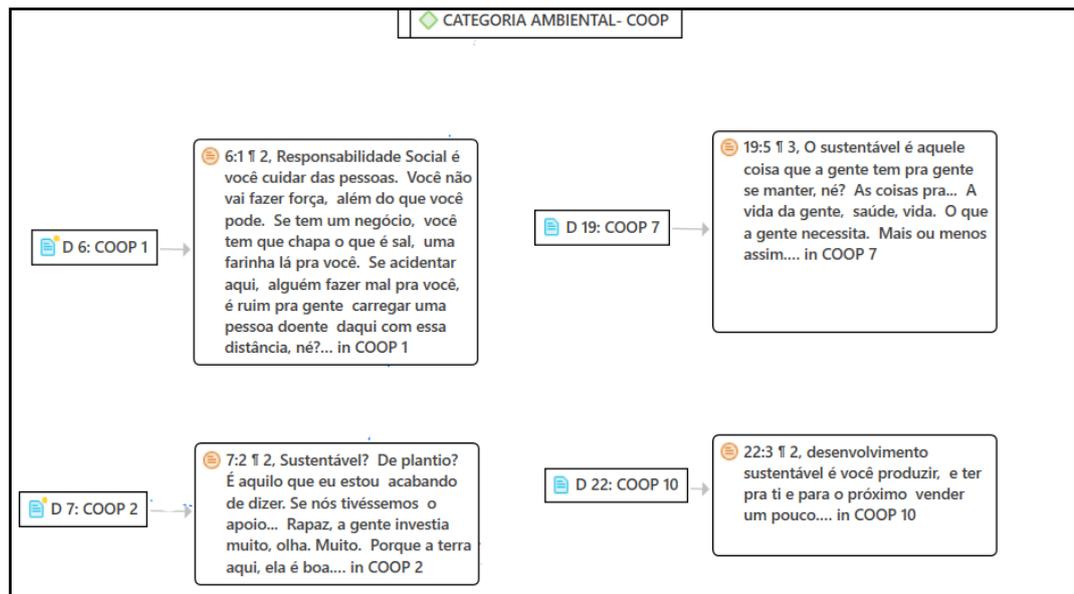


Figura 17 – Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto ambiental.
Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Lima (2018) explicou que as bases da sustentabilidade estavam no tripé econômico, social e ambiental, que se relacionavam, interagiam e se sobrepuseram, afetando-se e condicionando-se mutuamente. E defendeu que a sustentabilidade constituiu em uma definição dinâmica que internaliza as crescentes necessidades das populações humanas.

Houve uma série de definições para o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da agregação de várias disciplinas e essa discussão é mais madura que o próprio conceito de sustentabilidade, todavia, pouco precisa nos aspectos que envolveram o desenvolvimento sustentável (Veiga,2015).

Em análise percebeu que apesar de poucos não saberem o conceito, mas já ouviram falar e a maioria souberam explicar, além deles terem conhecimento do cuidado que deveriam ter com o meio ambiente, como por exemplo, o não uso de produtos agrotóxicos para matar insetos e fungos no cultivo do produto orgânico, com a utilização da formiga taxi.

5.3.3.3 Na visão dos 03 clientes externos – CL

Na dimensão ambiental foi analisada a variável: entendimento sobre desenvolvimento sustentável.

No que se refere a compreensão do desenvolvimento sustentável observado entres os CL1, CL2 e CL3, salienta-se que o CL1 explicou que era a promoção de aumentar a capacidade produtiva das áreas plantadas, em vez de desmatar para aumentar o plantio. E o CL2 declarou que era uma exploração de atividade econômica de recursos renováveis ou não renováveis de forma otimizada que possa ao longo do tempo existir.

Diferentemente das respostas anteriores, a afirmação do CL3, classificado na categorização como “não tem conhecimento”, disse que desenvolvimento sustentável era uma expressão não usada e sem sentido diante as práticas *greenwash*, que eram uma falsa sensação ecológica utilizada para ocultar as agressões à natureza. Por isso, ele impôs um senso crítico para responder o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme constou na figura 18.

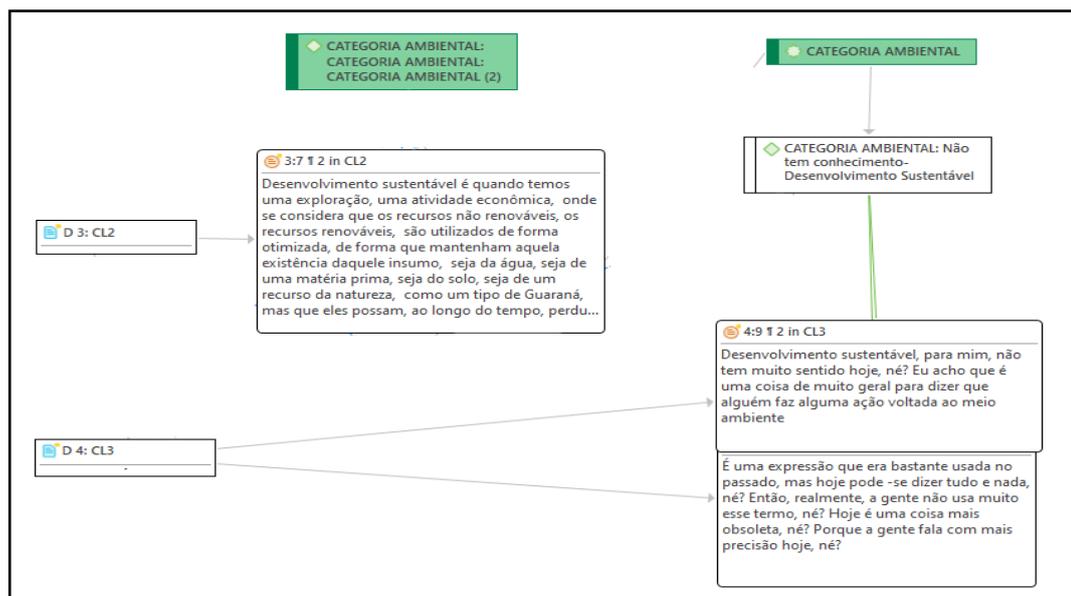


Figura 18 – Trechos das respostas nas entrevistas dos CL2 e CL3 no contexto desenvolvimento sustentáveis. Os números na caixa de texto representam em que tempo a fala da entrevista se encontra.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Apesar da literatura ter apresentado diversas conceituações em torno do tema desenvolvimento sustentável, o termo mais utilizado e proposto pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no documento *Nosso Futuro Comum* ou, como é conhecido, Relatório *Brundtland*, é o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Veiga, 2015).

Veiga (2015) descreveu que desenvolvimento sustentável era que a humanidade vinha atender às suas necessidades na atualidade sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de também poder fazê-lo. O conceito de desenvolvimento sustentável tratou de um novo olhar sobre a maneira da sociedade se relacionar com o ambiente, garantindo a continuidade da vida no planeta indefinidamente.

Desse modo, os resultados dentro da dimensão ambiental apresentaram que o desenvolvimento sustentável na percepção dos clientes entrevistados, não deveriam ser vistos como algo puramente econômico, com intuito da exploração dos recursos sem limites para enriquecimento próprio, mas sim, deveria haver benefícios a sociedade e a preocupação com o bem comum também, que é o meio ambiente.

E apenas um cliente entrevistado ressaltou que não vislumbrava o desenvolvimento sustentável dentro do aspecto ambiental, pois significava que não ocorria a valorização dos recursos naturais com o objetivo de proteger e adotar práticas que assegure a criação de condições viável a vida no planeta. Em sua visão a categoria economia ainda se sobrepõe, havendo um desequilíbrio de ecossistemas.

Deveria haver a produtividade econômica que conseguisse manter, vender e oferecer um bom produto e a qualidade ambiental vinculada à proteção ambiental.

5.3.4 DIMENSÃO SOCIAL

5.3.4.1 Na visão do diretor administrativo – DIR

Em relação a segurança ocupacional, o DIR informou que 03 funcionários da cooperativa tinham formação técnica em segurança do trabalho, faziam a fiscalização no local e orientavam os agricultores para evitar acidentes. Mas antigamente, quando não acontecia essas orientações, ocorriam acidentes com a lâmina da máquina

roçadeira na hora do uso, pois quebrava. Hoje em dia, para evitar acidentes, utilizam uma lâmina indicada pelo fabricante, no qual não tem o risco de quebrar quando está sendo utilizada.

Foi questionado se a cooperativa recebeu ações trabalhista, e foi dito que nunca foram processados. Devido à baixa produtividade na cooperativa tiveram que desligar 01 funcionário regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, mas pagaram toda a indenização. Atualmente tem 02 funcionários CLT no escritório que cuidam da parte administrativa.

A pesquisa de satisfação era feita de forma verbal em reuniões. Ainda será formalizado o documento para ser entregue aos empregados.

A cooperativa não pagava plano de saúde aos empregados, que são apenas 02. Eles foram orientados a usar o serviço de exames médicos da clínica parceira em Manaus/AM. Bem como não tem plano de previdência privada e seguro de vida. Como eles tem carteira de trabalho assinada, é recolhido todos os meses a contribuição da Previdência Social.

A cooperativa tinha parceiros como, CETAM e OCB, para realizar treinamentos e aplicar cursos técnicos aos empregados e cooperados 01 vez por ano, sendo obrigatório a participação. E até os filhos dos cooperados participavam, pois iriam ser os sucessores dos pais. Ademais, a cooperativa não patrocinava cursos de ensino superior e nem pós-graduação.

Em relação a projetos sociais ela fazia junto com outras cooperativas para atender a comunidade local. E os projetos culturais e esportivos a cooperativa tinha custo com a logística do barco para os participantes irem para Manaus, aonde ocorriam alguns eventos esportivos. O parceiro OCB patrocina, hotel, ônibus e alimentação. Em torno de 70 pessoas participam desses projetos esportivo de dama, futebol, futsal, queimada, handebol e dominó.

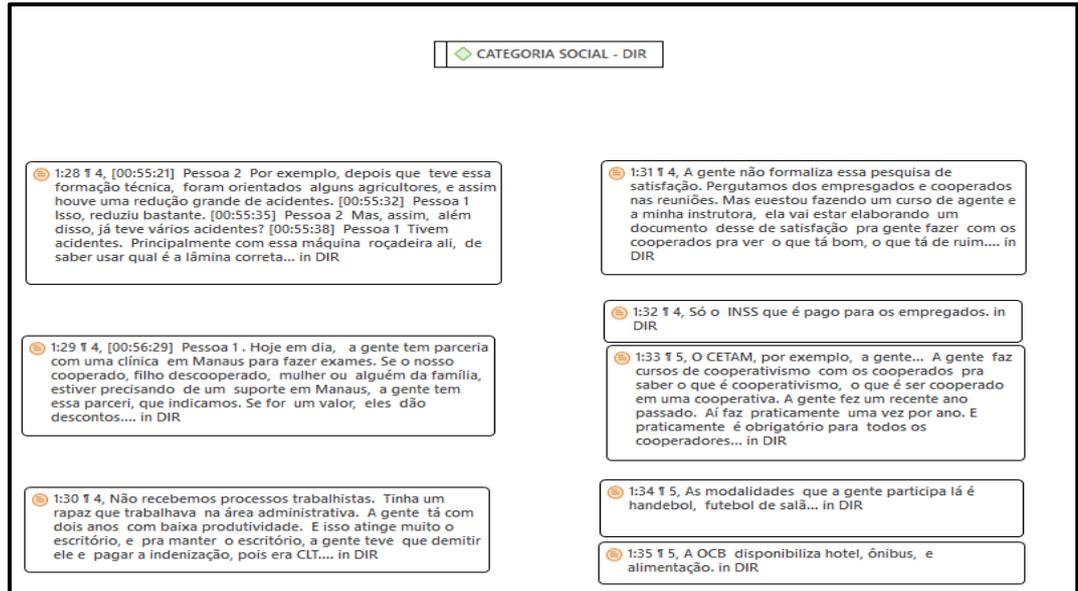


Figura 19 – Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto dimensão social.
Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Segundo Barbieri (2020) a dimensão social da sustentabilidade trouxe em sua essência o desenvolvimento de ações socialmente sustentáveis, que requeria um ambiente que motivasse a criação de oportunidades de empregos legítimas e saudáveis, desenvolvimento pessoal e coletivo dos envolvidos, combatendo à exclusão social e equidade na distribuição de renda.

A dimensão social deveria considerar os outros indivíduos em suas ações, favorecendo e propiciando melhoria nas condições de vida para todos, auxiliando no combate à pobreza, violência e injustiça, e contribuindo para melhoria na educação, saúde, trabalho e os direitos humanos (Tiozo e Bertolini, 2021).

Com as definições descritas anteriormente teve uma ideia do que contemplava a dimensão social, pois ocorreu a união da cooperativa Agrofrut com os cooperados, para comercialização dos produtos orgânicos, trazendo uma relação mais forte e duradoura, considerando-a uma ajuda mútua.

As cooperativas foram entendidas como facilitadoras das práticas sustentáveis sociais para a agricultura, tendo em vista que forneceram suporte e conhecimentos que os cooperados possivelmente não teriam acesso caso não tivessem o apoio dela, logo, sendo uma peça fundamental (Silva e Torres, 2020).

5.3.4.2 Na visão dos cooperados – COOP

Foi avaliado dentro da dimensão social as subcategorias relações trabalhistas, treinamento e desenvolvimento e categoria comunidade. Os 18 cooperados entrevistados não tinham relação trabalhista com a cooperativa. Eles eram prestadores de serviços.

Segundo Singer (2004) o prestador de serviços é um profissional autônomo, que não mantinha nenhum vínculo empregatício regido pela CLT com a empresa que contrata seus serviços, todavia que realiza suas atividades de forma autônoma.

Durante o período que os cooperados estavam vinculados a AGROFRUT não foi realizado de forma escrita uma pesquisa de satisfação, mas durante as reuniões que eram realizadas, até mesmo por técnicos, no qual tem um que é especializado em água e o outro floresta, foram questionados quais os problemas presentes e o que deveriam ser melhorados. Essa pesquisa era feita verbalmente.

O COOP 7 informou que em umas das reuniões foi reclamado acerca da lixeira na comunidade, onde era coletadas embalagens de óleos, baterias, pilhas, que já estavam há 02 anos e a cooperativa ainda não tinha dado uma destinação final.

Os entrevistados disseram que eram realizadas capacitação técnica com os próprios profissionais da cooperativa e até mesmo através da OCB. E o COOP 17 informou que essa capacitação ofertada era por conta da certificação, pois a certificadora cobrava isso em auditorias.

E a OCB era a mais indicada para realizar esses treinamentos, pois os palestrantes eram especializados, não tinha custo para os cooperados, somente de transportes caso precisassem se deslocar para um município distante para realizar alguma prova aplicada por ela. O COOP 10 disse que tais capacitações aconteciam no máximo 4 vezes por ano.

Quanto a questão de fazer uma faculdade e até mesmo pós-graduação não receberam nenhuma informação. E muitos deles preferiam que os próprios filhos estudassem e fizessem faculdade, pois já tinham certa idade e não tinham mais interesse nisso. Apenas os COOPS 1,4,5 e 6 possuíam ensino superior na área administrativa e o COOP 9 ensino técnico em agricultura.

Os 18 COOPS estavam sempre envolvidos em projetos e atividades culturais, principalmente os homens e os filhos dos cooperados. Participavam de campeonatos desenvolvidos pela cooperativa, aonde reuniam toda a comunidade local, valendo

premiações, que ocorriam no final do mês de julho, conforme informações dos cooperados. Já participaram de campeonatos até em Manaus, representando Uruará nas modalidades de vôlei, futebol e futsal.

Um dos bons projetos desenvolvido pela Cooperativa foi a “Jovem liderança”, no qual tinha cursos voltado a agricultura, técnicos, capacitação e estímulo profissional. Alguns dos filhos dos cooperados participaram e já trabalhavam e faziam faculdade em outros municípios vizinhos.

Os cooperados apenas tinham custo com o frete do barco, saindo de Uruará até Itapiranga, no qual todos se ajudavam, inclusive a cooperativa Agrofrut. Já as despesas com ônibus, hotel e alimentação, a Cooperativa contava com o suporte do parceiro OCB.

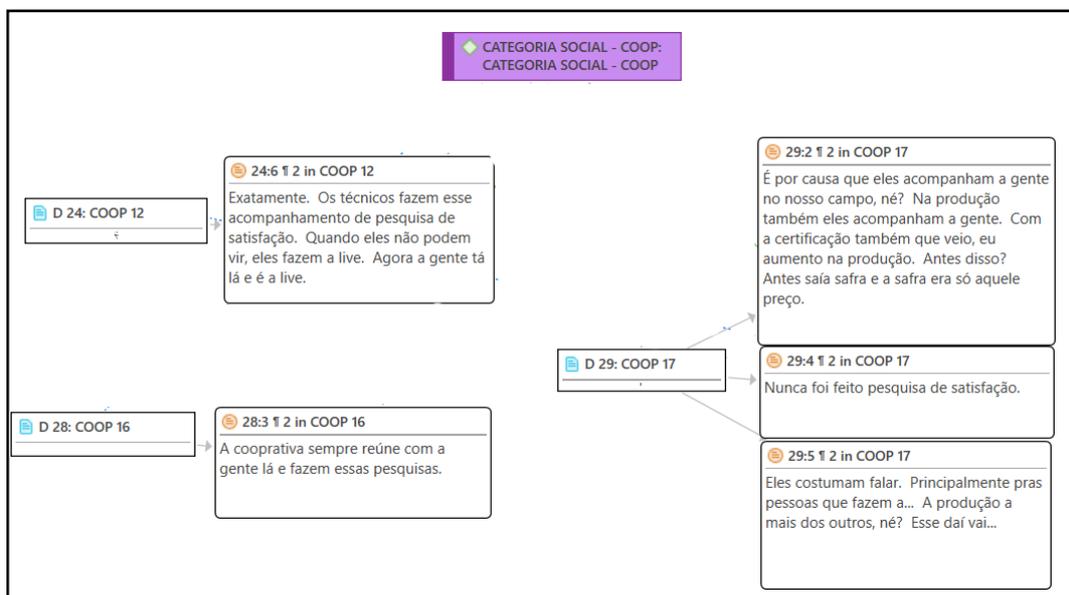


Figura 20 – Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto dimensão social.
Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Na dimensão social da sustentabilidade deveria ocorrer uma melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, com distribuições mais justas, como a distribuição da renda, oportunidades de emprego e melhoria no acesso aos recursos e serviços sociais. A preocupação com os impactos sociais das atividades nas comunidades humanas dentro e fora da organização deveria ocorrer também (Barbieri, 2020).

Neste tópico foram apresentadas questões envolvendo a situação social dos cooperadores, embora eles não tivessem uma relação trabalhista, eles tinham o

suporte necessário para cultivar e comercializar os produtos orgânicos para os clientes nacionais e internacionais. A possibilidade de se associarem a cooperativa gerou oportunidades e melhoria para todos os envolvidos.

Dentro dessa relação foi possível vislumbrar o envolvimento social entre os cooperados, equidade de gênero na participação nas cooperativas, incentivando a participação de mulheres, fortalecimento no incentivo dos jovens continuarem no campo, colaborando para a sucessão familiar, conhecimento e comercialização, fazendo com que os agricultores permanecessem ativos na produção e venda de forma justa (Tiozo e Bertolini, 2021).

5.3.4.3 Na visão dos 03 clientes externos – CL

Na dimensão social foi analisada a variável: entendimento sobre responsabilidade social.

Em relação a responsabilidade social, o CL1 mencionou que era preciso ter uma educação de qualidade e só se tem quando há um trabalho que permite ter uma vida digna, incluindo a família. Já o CL2 salientou que era a atividade do homem observando as normas legais para exploração e ocupação do meio ambiente. O CL3 disse que caracteriza tal responsabilidade a partir do momento que o produtor era devidamente pago pelos produtos vendidos, conforme consta na figura 21.

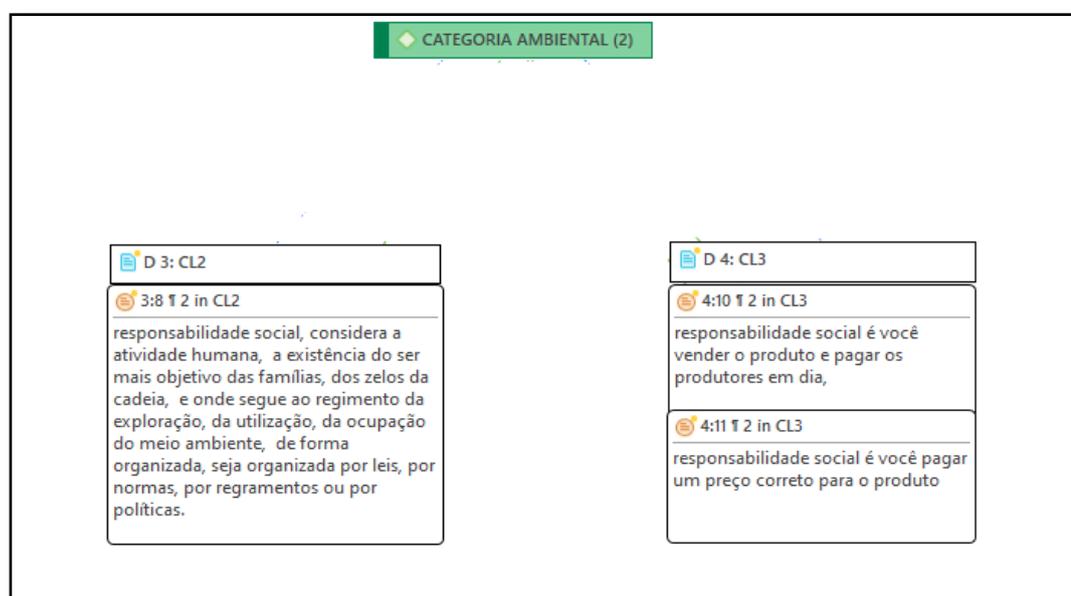


Figura 21 – Trechos das respostas nas entrevistas dos CL2 e CL3 no contexto responsabilidade social.

Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

Para Silveira (2017), responsabilidade social poderia ser conceituada como geração de lucro para o acionista, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém relações. A prática responsabilidade social requer um compromisso mais amplo do que simplesmente cuidar do meio ambiente. Consiste em minimizar a exclusão social, gerando emprego e renda.

Para a literatura, uma organização socialmente responsável, é optar por políticas de responsabilidade social em seu planejamento estratégico, além de buscar processos produtivos mais limpos, cuidar do descarte de resíduos através da logística reversa, ter programas educacionais de conscientização da população para o consumo consciente e tratar os funcionários sem preconceitos (Silveira, 2017).

Desse modo, os resultados dentro da dimensão social analisada apresentavam de forma detalhada que a responsabilidade social na percepção dos clientes entrevistados, deveriam abarcar a equidade social no momento que a mão de obra fosse valorizada e os cooperados recebessem por isso, tendo seus direitos respeitados dentro do comércio justo.

5.3.5 DIMENSÃO INDICADORES ESPECÍFICOS DAS COOPERATIVAS

5.3.5.1 Na visão do diretor administrativo – DIR

Em relação a categoria cooperados o DIR informou que depois da certificação ingressaram mais 15 cooperados na cooperativa, isto é, tiveram um aumento. E por conta do episódio COVID-19 e do preenchimento dos requisitos para aposentadoria, ocorreram a saída de alguns cooperados. Somente nesse ano 4 se aposentaram.

Os cooperados tinham conhecimento das certificações orgânica e *fairtrade*. E diante essa certificação, tiveram que criar um grupo de auditores internos formados por alguns técnicos da cooperativa para ver a documentação interna, treinar e orientar os cooperados, conforme consta no manual operacional SCI (ANEXO C).

E um dos benefícios da cooperativa ser certificadas era que bons clientes contrataram seus serviços e a demanda pelos produtos aumentaram, logo, melhorando os rendimentos financeiros aos cooperados.

Por orientação da certificadora, a cooperativa tinha um livro em que se registrava as reclamações realizadas pelos clientes e os cooperados. Das reclamações feitas, as mais solucionadas eram as dos clientes, principalmente quando o produto necessitava passar pelo controle de qualidade. Eles costumavam receber visitas técnicas, 01 vez ano das Empresas Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa e Imaflora. As pesquisas de satisfação eram realizadas de forma verbal nas reuniões com os cooperados.

Os cooperados eram prestadores de serviços. Sendo assim, a cooperativa não tinha obrigação de pagar assistência médica, previdência privada e seguro de vida. Mas eram orientados através de reuniões sobre aposentadoria por idade rural.

A OCB era um dos principais parceiros da cooperativa para aplicar treinamentos e cursos aos cooperados voltado a questão ambiental e financeira. São poucos cooperados que ingressavam no ensino superior por universidades estaduais/federais e privadas. Geralmente são mais os filhos deles.

De acordo com Tiozo e Bertolini (2021) as cooperativas contribuíram para o envolvimento social e solidário entre os cooperados, envolvendo-os na tomada de decisões, desempenhando um papel relevante na sucessão familiar, evidenciando a relevância de buscar a equidade de gênero em suas atividades. Portanto, transmitindo o significado à participação dos agricultores, o que os torna mais pertencentes ao grupo e ao local em que vivem.

A cooperativa influenciou positivamente juntamente com os cooperados da Agrofrut, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, combatendo a pobreza, fortalecendo a agricultura, melhorando a qualidade de vida dos cooperados, através das certificações dos produtos orgânicos.

5.3.5.2 Na visão dos cooperados – COOP

Todos os entrevistados disseram que não possuíam uma assistência médica e utilizavam o sistema de saúde da prefeitura local, e até mesmo de Manaus. O COOP 7 disse que quando ele precisa viajar de barco para Manaus para consulta médica e

não tinha dinheiro ele ia na cooperativa pedir ajuda financeira para patrocinar, quando eles tinham o valor faziam a doação.

O COOP 14 também solicitou ajuda financeira para poder acompanhar o tratamento de saúde de um familiar. Já o COOP 1 disse que recebeu uma orientação da cooperativa para procurar o médico particular em Manaus que ele daria desconto, pois a clínica teria parceria com a cooperativa.

Todos informaram que não tinham previdência privada. Quando estavam próximos de se aposentar, procuravam a cooperativa que organiza a documentação e orientava como deveria ser solicitada a aposentadoria junto ao INSS.

Somente 15 cooperados realizavam financiamento através de uma linha de crédito junto ao Governo através da cooperativa para comprar equipamentos utilizados no cultivo do guaraná. Os outros 3 cooperados não fizeram, pois para ter essa linha de crédito aprovada era necessário mostrar que estava produzindo o guaraná em certa quantidade. O valor do investimento era feito com base na quantidade de hectares.

Dos cooperados que já receberam premiação de valorização e reconhecimento pelo trabalho foram os COOP 1, 2, 3, 8, 11, 12, 13, 14, 16, e 17. O COOP 14 informou que antigamente a cooperativa premiava os 10 melhores cooperados com a maior produtividade de guaraná orgânico e hoje em dia não teria mais. Já o COOP 15 nunca recebeu premiação.

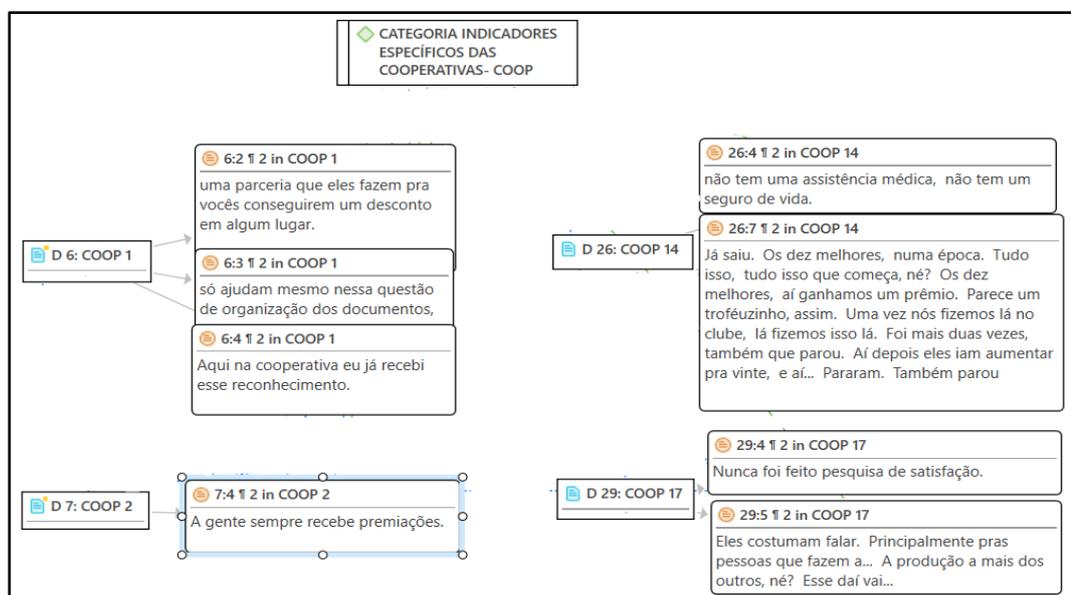


Figura 22 – Trechos das respostas nas entrevistas dos COOP no contexto específicos das cooperativas.

Fonte: Elaborado pela Autora através do sistema ATLAS.ti, 2023.

A ligação com as cooperativas foi principalmente baseada em fatores econômicos, no entanto, foi essencial considerar os aspectos sociais, uma vez que são os mais beneficiados positivamente pelos cooperados. Isso demonstrou que a participação em uma cooperativa traz vantagens para a sustentabilidade (Tiozo e Bertolini, 2021).

Verificou que a cooperativa facilitava o acesso à informação para os cooperados, incentivando a busca pelo conhecimento, favorecendo a adoção de práticas de gestão e linha de crédito para aumentarem e ajudarem na produção do guaraná orgânico, além de oferecerem premiações de valorização e reconhecimento pelo trabalho.

5.3.6 DIMENSÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS

5.3.6.1 Na visão do diretor administrativo – DIR

No que se refere as questões de marketing e comunicação junto a cooperativa, o DIR disse que a demanda do produto principal, que era o guaraná, teria sido forte na Europa por empresas farmacêuticas, através de um cliente francês. Mas isso não significa que o mercado era superior em relação ao produto. Não se tinha conhecimento sobre o faturamento bruto investido em comunicação e marketing. Mas era pago um valor mensal para OCB dar um suporte nas publicações.

O marketing dos produtos era realizado através das plataformas sociais, como: *facebook, instagram e whatsapp*. Atualmente o DIR estaria fazendo um curso pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop para divulgar os produtos da AGROFRUT a outras cooperativas, a fim de conhecerem o que estaria sendo ofertado.

As pesquisas de satisfação com os clientes eram realizadas via ligação ou WhatsApp e depois registradas num livro que eles possuíam. Até o momento não tiveram nenhum problema com a entrega dos produtos no destino final, tendo em vista que a produção passou pelo controle de qualidade da cooperativa, antes de irem para o cliente. Todos os produtos dos fornecedores deveriam passar pela avaliação de qualidade.

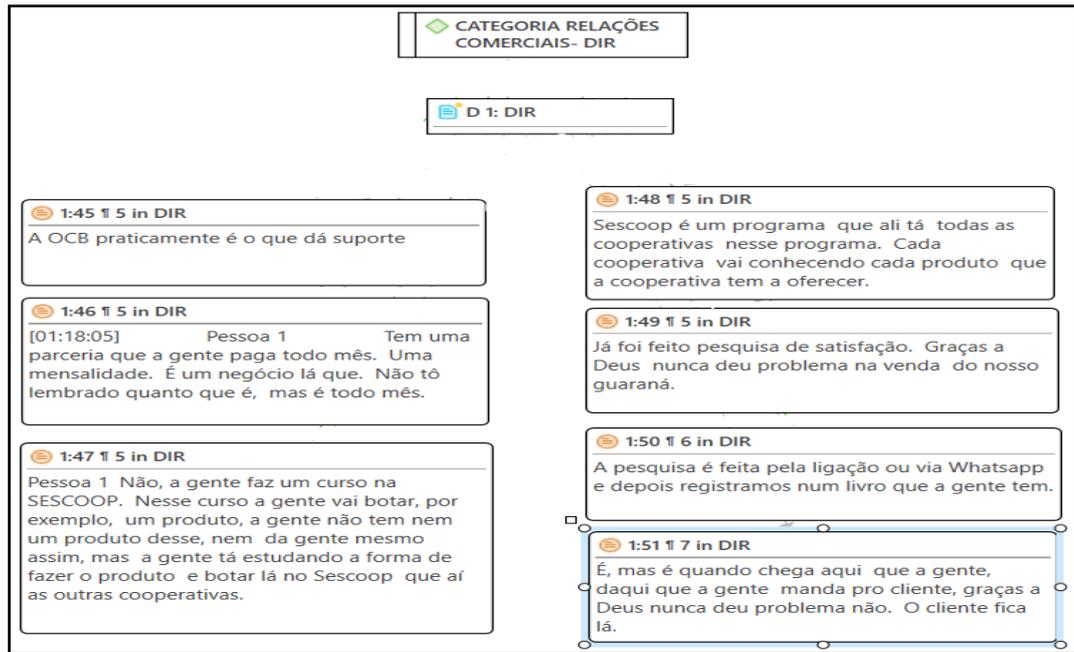


Figura 23 – Trechos das respostas nas entrevistas do DIR no contexto relações comerciais.
Fonte: Elaborado pela Autora no sistema ATLAS.ti, 2023.

A legislação Lei nº 5.764/71, previu princípios e diretrizes que visavam garantir a cooperação mútua entre os membros, promovendo não apenas a prosperidade financeira, mas também a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento educacional das comunidades envolvidas.

Elas foram reconhecidas como instrumentos de inclusão social e resgate da cidadania, destacando-se por sua ênfase na participação dos cooperados na gestão e nos resultados econômicos, demonstrando assim uma relevância contemporânea alinhada aos ideais de sustentabilidade. Portanto foi muito importante o trabalho das relações comerciais pela cooperativa, a fim de mostrar ao mercado externo os produtos cultivados, gerando assim, economia.

5.3.6.2 Na visão dos 03 clientes externos – CL

Na dimensão das relações comerciais foram analisadas as variáveis: marketing e comunicação, e avaliação de fornecedores.

Acerca do marketing e comunicação, o entrevistado CL1 explica que conheceram a Cooperativa Agrofrut em Uruará através do mapeamento que fizeram

em Municípios vizinhos de Maués e o seu representante foi pessoalmente na cooperativa para confirmar se ela tinha atividades que respeitava a sustentabilidade ambiental e social, pois assim era a política do cliente externo.

Analisando as variáveis avaliação de fornecedores, o participante CL1 informou que como eles trabalhavam com a produção do extrato do guaraná e possuíam a certificação orgânica e a internacional.

O entrevistado não soube informar com exatidão quais certificações nacional ou internacional a cooperativa detinha, apenas disse que como eles exportavam o produto, logo, deveria ter a alguma certificação. Ele acreditava que pelo fato de a cooperativa deter certificações, ela conseguiria vender os seus produtos no mercado externo e com isso receberiam em moedas estrangeiras, como por exemplo, em dólar, aumentando o faturamento e pagando melhor os cooperados, logo, vislumbrando a vantagem econômica da certificação.

Foi questionado se a seleção da cooperativa para fornecer produtos ao CL1 era uma escolha para a atividade comercial ou uma condição necessária, em resposta foi dito que ela era única cooperativa naquela região que tinha como associados pequenos produtores que forneciam grãos.

O entrevistado CL1 informou que por ter uma cadeia produtiva orgânica, buscava produtores certificados que trabalhavam com guaraná orgânico, e disse que o guaraná comprado da cooperativa era o convencional e não orgânico. Um dos motivos que ter relação comercial com a cooperativa era por conta de ser um bom parceiro que se preocupava com os seus produtores e sua aposentadoria. Observou a sustentabilidade e a qualidade dos cooperados, logo mostrou uma eficiência da extração dos produtos.

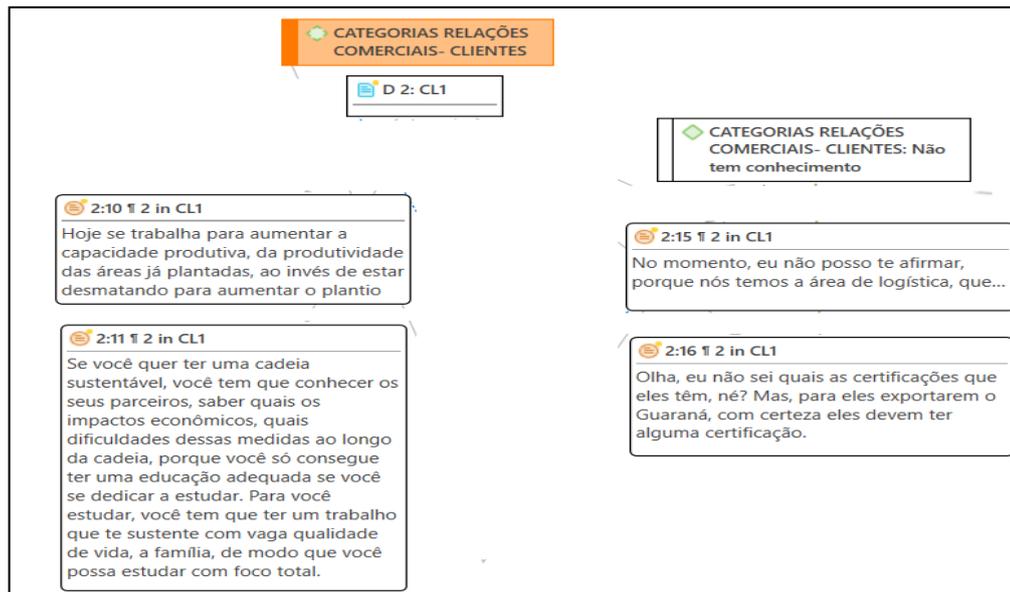


Figura 24 – Trechos da entrevista do cliente CL1 no contexto relações comerciais.
Fonte: Elaborado pela Autora no ATLAS.ti, 2023.
Notas: Códigos descritivos e categorização que emergiram da resposta do CL1.

O entrevistado CL2, acerca do marketing e comunicação, respondeu que na sua chegada a empresa, a cooperativa tinha parceria com o cliente e não tinha conhecimento se era realizado alguma pesquisa de satisfação. Mas soube dizer que a Agrofrut era certificada, detendo a certificação orgânica e a *fairtrade*.

Analisando as variáveis avaliação de fornecedores, o CL2 informou que o cliente possuía as certificações ISSO, FSC e laboratorial. Essas certificações possuem padrões internacionais que asseguram uma boa relação com seus clientes, no qual traziam vantagens econômicas. E não havia uma obrigatoriedade da cooperativa Agrofrut continuar com a certificação para manter a do cliente, todavia essa certificação era importante para ela por conta do mercado interno e externo, e o cliente ganharia indiretamente com isso.

O entrevistado CL2 salientou que as principais vantagens em ter escolhido a cooperativa foi por conta da gestão, do planejamento, aporte técnico e da visão de mercado que eles possuíam.

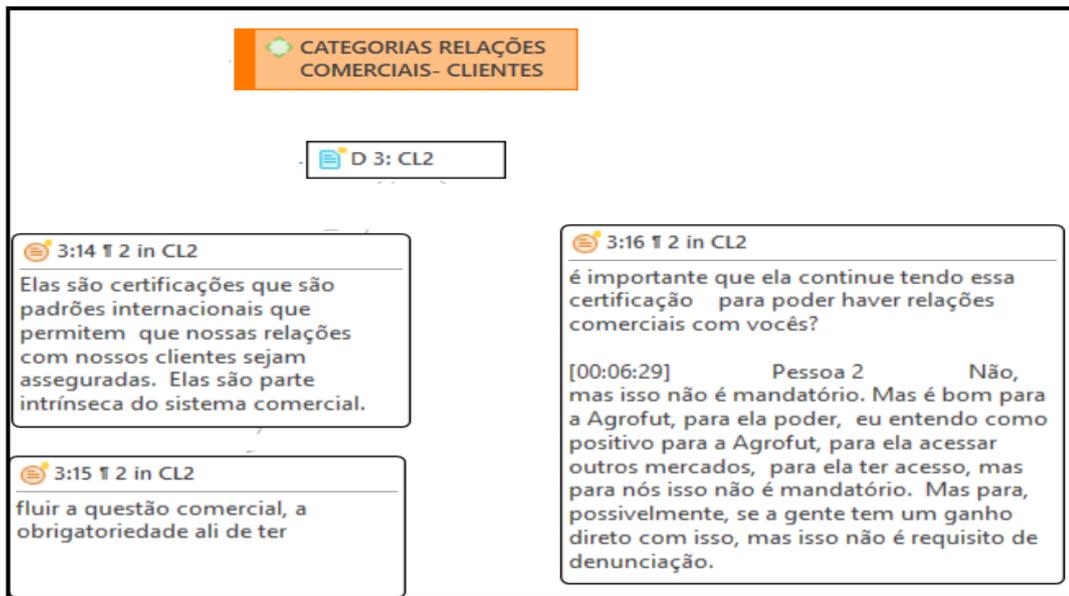


Figura 25 – Trechos da entrevista com o cliente CL2 no contexto relações comerciais.

Fonte: Elaborado pela Autora no ATLAS.ti, 2023.

Notas: Códigos descritivos e categorização que emergiram da resposta do CL2.

Acerca do marketing e comunicação, o entrevistado CL3 conheceu a cooperativa pessoalmente e ela era conhecida na região por seguir as regras de produção orgânica. Durante o período que teve serviços prestados nunca se deparou com alguma pesquisa de satisfação, mas acreditou que como acontece as auditorias internas anualmente e acesso ao relatório de certificação, logo teria esse retorno através do auditor.

Analisando as variáveis avaliação de fornecedores, o CL3 tinha conhecimento que a cooperativa obtinha a certificação orgânica da IBD e internacional *Flow*. E essas certificações traziam vantagens econômicas, pois permitia manter o valor competitivo do mercado interno. E o CL3 também possuíam certificações orgânica, *Flow*, *Fair* e ISSO 22000 que permitiram se manter no mercado interno.

As principais vantagens em ter escolhido a cooperativa era que eles tinham a capacidade de adequar os produtos no mercado internacional, além do fato da empresa do CL3 possuir certificações era importante que a Agrofut mantivesse a certificação para que sua empresa conseguisse vender os produtos orgânicos no exterior. E sem essa certificação eles não conseguiriam manter a relação de negócios.

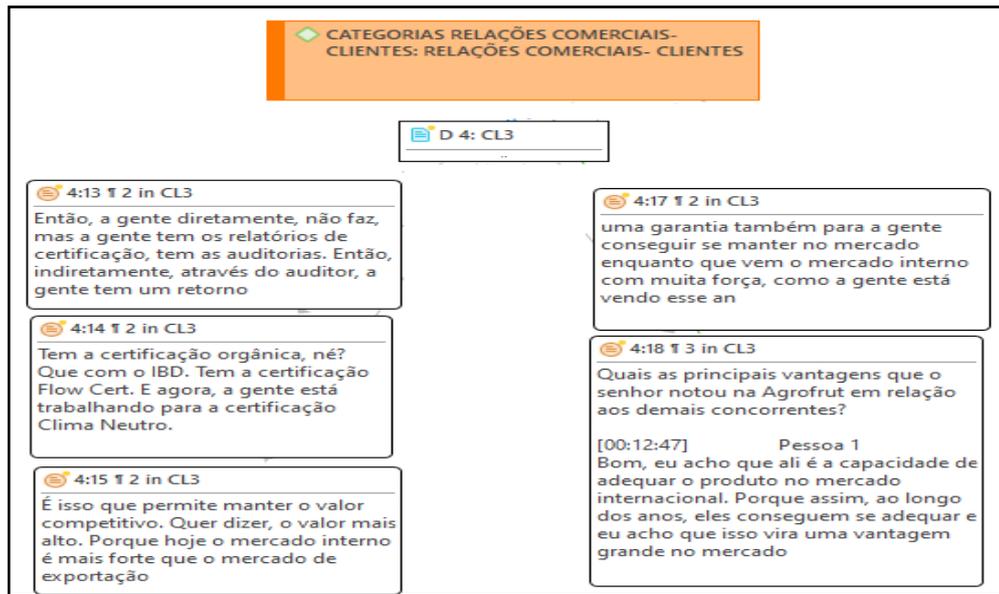


Figura 26 – Trechos da entrevista do cliente CL3 no contexto relações comerciais.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

Nota: Códigos descritivos e categorização que emergiram da resposta do CL3.

Para a literatura, a certificação ambiental tem um destaque especial, tendo em vista que para algumas empresas se manterem no mercado interno e externo, haveria necessidade da certificação, que se adquirisse somente após cumprir requisitos mínimos de padrões de desempenho de sustentabilidade (Vegini *et al.*, 2012). Muitas das vezes essa exigência da certificação parte dos clientes, fornecedores e do estado.

Portanto, os resultados desta pesquisa permitiram identificar que a escolha pela Cooperativa Agrofrut foi feita com cautela e que preenchiam as necessidades dos clientes, já que ela executadas atividades que observava a sustentabilidade em seus 03 pilares, social, econômico e ambiental, além de ser certificada, já que pelo fato dos clientes serem certificados e terem mais tempo no mercado, buscavam um fornecedor que também fosse certificado, principalmente dos guaranáis orgânicos.

Essa necessidade da certificação, para alguns clientes parte do pressuposto de que isso garantisse uma boa relação de negócios, trazendo vantagens econômicas principalmente no exterior, justamente confirmado o que a literatura aponta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação refletida na Lei nº 5.764/71, estabeleceu princípios e diretrizes que visavam garantir a cooperação mútua entre os membros, promovendo não apenas a

prosperidade financeira, mas também a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento educacional das comunidades envolvidas. Além disso, as cooperativas foram reconhecidas como instrumentos de inclusão social e resgate da cidadania, destacando-se por sua ênfase na participação dos cooperados na gestão e nos resultados econômicos, demonstrando assim uma relevância contemporânea alinhada aos ideais de sustentabilidade.

A certificação defende a sustentabilidade na sua formulação teórica e trouxe benefícios em inúmeros aspectos, garantindo práticas agrícolas sustentáveis, promovendo o bem-estar ambiental, social e econômico. Além disso, o rigor nos critérios de certificação, a ênfase nos princípios do desenvolvimento sustentável, os benefícios para os produtores e consumidores, a contribuição para a sustentabilidade, evidenciam a importância da certificação para construção de um sistema agrícola mais equitativo, resiliente e sustentável.

Aplicação do modelo *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives* (SAAC) na análise do desenvolvimento sustentável da AGROFRUT, permitiu uma avaliação abrangente das dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável da cooperativa AGROFRUT, sendo um modelo adequado a ser replicado. Do ponto de vista econômico, foi possível identificar por meio dos relatos impactos positivos da cooperativa AGROFRUT, refletidos no balanço patrimonial, no fluxo de caixa mantido e na geração de renda para os cooperados. A participação em outras empresas e a adesão a associações cooperativas foram citadas como estratégias para fortalecer a posição econômica da cooperativa.

Na visão dos cooperados, a associação à cooperativa AGROFRUT trouxe melhorias significativas na vida financeira, preços mais valorizados, em comparação com as transações realizadas anteriormente com atravessadores. Houve também melhorias na diversificação da fonte de renda, principalmente associado aos períodos de entressafra do guaraná. Eles também evidenciam promoção no desenvolvimento sustentável e maior consciência ambiental.

Considerando a dimensão ambiental, foi possível observar que a certificação impactou positivamente em transformações sociais e dos meios produtivos, garantindo a sustentabilidade, evidenciado, por exemplo pela economia de utilização dos recursos hídricos.

Outro destaque que pode ser observado é que obtenção das certificações orgânica e *fairtrade* pela cooperativa resultou em uma redução significativa das

autuações ambientais, demonstrando um maior compromisso e conformidade com as práticas ambientais regulatórias.

O impacto ambiental das certificações vai além da produção do guaraná, uma vez que a cooperativa expandiu sua produção para incluir açaí e cumaru, ampliando sua oferta de produtos orgânicos e fortalecendo seu compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Por outro lado, do ponto de vista comercial, as respostas dos clientes externos revelam diferentes níveis de compreensão e interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável. Enquanto alguns reconhecem sua importância e associam à proteção ambiental e à produtividade econômica equilibrada, outros expressam ceticismo e preocupação com a predominância dos interesses econômicos sobre a preservação ambiental.

Quanto a óptica social, a implementação de certificações traz impacto direto principalmente nas relações de trabalho, com a cooperativa demonstrando preocupação na segurança e bem estar dos trabalhadores, incentivando a realização de cursos de capacitação, mas não se limita a estas, com participação comunitária e em projetos sociais. Além disso, os clientes externos demonstram uma compreensão diversificada sobre responsabilidade social, destacando a importância do pagamento justo aos produtores, educação de qualidade e respeito às normas legais.

A AGROFRUT, ao operar dentro dos princípios da sustentabilidade econômica, promove o desenvolvimento local, gerando renda para os cooperados e contribuindo para a melhoria das condições econômicas da comunidade. A produção e venda de guaraná orgânico não apenas beneficiam os envolvidos diretamente na cooperativa, mas também têm impactos positivos mais amplos na economia local.

7 REFERÊNCIAS

ALBERTINO, S. M. F., *et al.* **Enraizamento de estacas de cultivares de guaranazeiro com adubação de plantas matrizes**. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pab/a/K9zFZzLpXz3Zx863mS53ZKp/?lang=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL, 2022. Junta Comercial do Estado do Amazonas. Registro sob o n.º 1006656 15/08/2022 da empresa Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores de Uruará- AGROFRUT,

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável**: Das origens à agenda 2030. Editora Vozes. Edição do Kindle. 27 abril 2020. P. 264. ISBN-10: 8532663095. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e atualizada. Edições 70; 1ª edição. ISBN-10: 9724415066. 2015.

BARROS, M. **Impacto gerado pela adoção da certificação fairtrade para produtores de café**: uma análise sobre a ótica econômica e social / Marina de Barros. – 2018.

BARBOSA, Karla Christine Tavares de Sant`ana Braga. **Mercado justo e solidário como contribuição ao desenvolvimento sustentável**: um estudo das representações econômico-sociais do comércio do açaí pelo município de Codajás. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

BIANCHI, P. N. L. **Meio Ambiente - Certificações Ambientais e Comércio Internacional**. 2ª Edição - Revista e Atualizada. 2008. P. 232. ISBN: 978853622032-1.

BRASIL. **Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. **Lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6323.htm#:~:text=DECRETA%3A-,Art.,qualidade%20dos%20produtos%20e%20processos.>. Acesso em: 1 fev. 2022.

_____. **Instrução Normativa Conjunta n. 17**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 28 de maio de 2009. Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-conjunta-mapa-mma-no-17-de-28-de-maio-de-2009-extrativismo-sustentavel-organico.pdf/view>>. Acesso em: 29 jan 2022.

_____. **Decreto n.º 7.358, de 17 de novembro de 2010.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm>. Acesso em: 12 de dez de 2023.

Bolandini, A., Carlos Cezar, L., & Carolina Dias Pereira, A. (2023). **Afinal, Quais Benefícios o Fairtrade traz?** Compreendendo a influência da certificação para o desenvolvimento de organizações produtivas. REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade, 13(2), 19-39. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i2.1480>

BRIEDIS, F. de C. **Artesanato indígena brasileiro: análise da dimensão econômica da sustentabilidade.** 2023. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2023.

BÜHLER, E. A. e OLIVEIRA, V. L. **Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural.** Uberlândia-MG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: BRUNO, Regina. Bancada Ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro MDA/IICA/GPAC, 25 pp, 2016 (no prelo).

CEP/UFAM.**TCLE.** 2022. Disponível em: <<https://www.cep.ufam.edu.br/tcle.html>>. Acesso em: 10 fev 2024.

CONAB. **Histórico mensal guaraná.** 2020. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-guarana>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. **Análise mensal Guaraná abril de 2023.** 2023. Disponível em: <<file:///C:/Users/Jeysila/Downloads/Guarana-Analise-Mensal-Abril-2023.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DELGADO, B. S. **As sociedades cooperativas e seu regime jurídico no estado democrático de direito.** 2021. CONPEDI. ISBN 978-85-7840-152-8.

ESTATUTO SOCIAL. Junta Comercial do Estado do Amazonas. Registro sob o n.º 1006656- 15/08/2019 da empresa Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores de Uruará- AGROFRUT.

FLOCERT. (2021). A FLOCERT apoia negócios sustentáveis e está tornando o comércio global mais justo. 2021. Disponível <<https://www.flocert.net/pt/>>. Acesso em: 10 jan 2024.

FLOCERT. **Garantia Fairtrade** – Regras e Diretrizes (Versão Pública). 2023. Disponível em: <<https://www.flocert.net/app/uploads/2023/08/Garantia-Fairtrade-Regras-Diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2023.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, Artmed; 2009.

GONÇALVES, C. F. **Trabalho rural e cooperativismo: análise das condições de vida dos produtores de guaraná da comunidade São Miguel do Marajzinho em Urucará-Am**. 2016. 92 f. (Monografia), graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Universidade Federal do Amazonas. Parintins, 2016.

IBD CERTIFICAÇÕES. **Certificação de produtos orgânicos**. Passo a passo. 04ª Edição – doc. 10_4_1 - Data Junho 2018. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ibd.com.br/wp-content/uploads/2019/09/10_4_1_Passo-a-passo-Certifica%C3%A7%C3%A3oOrganicos_Pt_08062018_V.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

IBD. **Diretrizes para o Padrão de Qualidade Orgânica IBD**. Diretrizes “Orgânico IBD” – 32ª Edição – doc. 8_1_2 – janeiro.2023.

IDAM. **CULTIVO DO GUARANAZEIRO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO AMAZONAS**. BOAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS | GUARANÁ. 2021. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Guaran%C3%A1_compressed.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

de Jesus, C. M. F., Rebelo, L. P., & Cunha, R. R. R. S. B. (2012). **DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL** – UM ESTUDO DE CASO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE NATAL/RN. Revista Internacional De Ciências, 2(1), 50–66. <https://doi.org/10.12957/ric.2012.4128>

LEFF, E. 2009. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petropolis: Vozes, 2009.

LIMA, L. M. **A prática do desenvolvimento sustentável por meio das certificações ambientais: uma proposta metodológica para certificação ambiental urbana**. 2018. tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco.

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO DE GUARANÁ. AGROFRUT. 2022.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. “**Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista**” In Literatura Econômica, v. 9, n. 1, fevereiro, Rio de Janeiro: IPEA, p. 7-26.

MARQUES, R. O.; SERRÃO, A. M.; BARTOLI, E. **Ciclos econômicos, morfologia urbana e sistemas territoriais em Urucará (AM)**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 25, e30, p. 1-31, 2021. DOI 10.5902/2236499453316. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/2236499453316>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MARCIS, J. **PROPOSTA DE MODELO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EM SUSTENTABILIDADE DAS OPERAÇÕES DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**/Jaqueline Marcis. 2017. 131 f.:il.: 30cm. Dissertação (mestrado)-Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

MASCARENHAS, G. C. C. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. Rio de Janeiro, 2007. Tese (doutorado em ciências em Desenvolvimento, agricultura e Sociedade). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

MENEGHETTI, Gilmar Antonio. *et al.*, **Elementos para reflexão e análise das condições de produção do guaraná no Amazonas**. v. 4 n. 1 (2021). ISSN 2595-573X. Disponível: <

<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJAER/article/view/24019>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana Ikeda de. **Certificação da castanha-do-brasil e o desenvolvimento sustentável: análise de programas de certificação e de sua aplicação em empreendimentos castanheiros amazônicos**. 2011. 137 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PAES, Fernanda Guimarães. **Transição do sistema convencional ao agroecológico do cultivo do guaraná (Paullinia cupana) na comunidade são Miguel do Marajázinho** (Urucará, Am). 2023.78 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos) - Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara (AM), 2023.

RAMOS, P. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: NEAD-MDA 2007.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO. QIMAIBD. AGROFRUT. 2023.

RICARDO, Filipe Rocha; SILVA, Patrícia da. **Socioambientalismo: a análise de Enrique Leff sobre o discurso do desenvolvimento sustentável**. Temas de direito socioambiental na sociedade de consumo: estudo ético e jurídico. EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul. 2017. ISBN 978-85-7061-890-0.

RITZEL, C. **Índice de endividamento: saiba como calcular e evitar dívidas em sua franquia**. Central do franqueador. 28 de fevereiro 2024. Disponível em: <<https://centraldofranqueado.com.br/gestao-de-franquias/indice-de-endividamento/#:~:text=Em%20geral%2C%20um%20%C3%ADndice%20de,pr%C3%B3prio%20e%20metade%20com%20empr%C3%A9stimos.>>. Acessado em: 11 de abr. de 2024

SERRÃO, A. M. **Colônias agrícolas e campesinato: raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-AM**. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus

SILVA, Adriana Reis de Andrade. **Avaliação da qualidade de amêndoas de cacau da região Transamazônica-Pará/Brasil produzidas por métodos mais sustentáveis** (orgânico e fair trade). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1092750>. Campinas, SP: [s.n], 2018.

SILVA, A.J.H. SILVA, A.H. **Protagonismo das Cooperativas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** Reflexões Teóricas e Agenda de Pesquisa. Revista Desenvolvimento em Questão Editora Unijuí. ISSN 2237- 6453, Ano 16 n. 45 out./dez. 2018 Desenvolvimento em Questão Ano 19 n. 54

SILVA, Antônio Sergio da. *et al.*, **A SUSTENTABILIDADE E SUAS DIMENSÕES COMO FUNDAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.22-42.

SILVA, José Afonso da. **Direito Constitucional**/José Afonso da Silva. – 11. Ed., atual. – São Paulo: Malheiros, p. 376. 2019.

SILVEIRA, Clóvis Eduardo Maliverni da. **Risco ecológico abusivo: a tutela do patrimônio ambiental nos processos coletivos em face do risco socioambientalmente intolerável**. Caxias do Sul: EducS, 2014.

SILVEIRA, José Henrique Porto. **Sustentabilidade e responsabilidade social**. Belo Horizonte: Poisson, v. 3, 2017.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho**. Disponível em: <https://mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cooperativas-detrabalho_paul-singer.pdf>. Acesso: em 26 dez 2023.

SISTEMA OCB. **Histórias de Cooperação** - 366 Cooperativas Brasileiras que constroem um mundo melhor. Organização das Cooperativas Brasileiras. 2020. Disponível:<<chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sistemaocemg.coop.br/wp-content/uploads/2020/02/ocemg-publicacoes-historias-da-cooperacao.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Tiozo, E.; Rogis Flor Bertolini, G. **Percepções de cooperados e não cooperados em relação à dimensão social da sustentabilidade de uma cooperativa leiteira da agricultura familiar**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 15, núm. 2, 2021, -Junio, pp. 159-180 Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.47661>.

TRICAUD. Solène. *et al.*, **Saberes e práticas locais dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana Kunth var. sorbilis*) do médio Amazonas: duas organizações locais frente à inovação**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 1, p. 33-53, jan.-abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000100004>.

VEIGA, José Eli da. 1948. **PARA ENTENDER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. São Paulo: Editora 34, 2015 (1ª edição) 232p. ISBN 978-85-7326-612-2.

VEGINI, D. *et al.* **Sistema de controle interno ambiental: estudo realizado em um hospital público.** Enfoque: Reflexão Contábil, v. 31, n.1, p. 83-99, 2012.

WIELOCHOWSKI, M.: ROMAN, M. **The essence or Fair Trade and its importance in the world economy.** Act ScientiarumPolonorum. Oeconomia, v. 11, n. 4, p. 47-57, 2012.

WAKULICZ, Gilberto. **Legislação cooperativista** / Gilberto Wakulicz, João Telmo de Oliveira Filho. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2015.

WORLD CONSERVATION STRATEGY. **Living Resource Conservation for Sustainable Development.** IUCN-UNEP-WWF.1980. ISBN 2-88032-104-2 (Bound).

8 APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADO AO DIRETOR ADMINISTRATIVO DA COOPERATIVA

1. CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA	
Quando foi implantada?	
Quais foram os principais motivadores para a obtenção da certificação?	
Quais os requisitos necessários para o deferimento dessa certificação?	
Quais são os maiores desafios na implementação de práticas orgânicas?	
Com que frequência a cooperativa é auditada?	
Como se preparou para as auditorias inicial e de recertificação?	
Antes e depois da certificação quais as principais mudanças que contemplou?	
Além do cultivo do guaraná quais são as principais culturas	

que os cooperados produzem?	
Quais cooperados apresentam as maiores produções?	
A certificação orgânica trouxe vantagens econômicas? Como?	

2. CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE INTERNATIONAL

Quando foi adquirida?	
Quais foram os principais motivadores para a obtenção da certificação?	
Quais os requisitos necessários para o deferimento dessa certificação?	
Quais são os maiores desafios na implementação de práticas orgânicas?	
Com que frequência a cooperativa é auditada?	
Como se preparou para as auditorias inicial e de recertificação?	
Antes e depois da certificação quais as principais mudanças que contemplou?	

A certificação <i>fairtrade</i> trouxe vantagens econômicas para cooperativa? quais?	
--	--

3. DIMENSÃO ECONÔMICA – CATEGORIA FINANCEIRA	
Quanto é o retorno sobre o Ativo?	
Quanto é o retorno sobre o Investimento?	
É mantido o controle sobre fluxo de caixa? Caso não, por qual motivo.	
Quanto é a liquidez geral?	
Quanto é o endividamento geral?	
Depois da certificação recebeu algum investimento financeiro nos 02 últimos anos? se sim, de quem e quanto?	
Ocorreu alguma mudança na contabilidade para atender as certificações adquiridas?	

4. DIMENSÃO AMBIENTAL	
4.1 Categoria Gestão Ambiental	
Subcategoria – Água	
Há investimento em proteção e preservação de fontes de água? Qual é a porcentagem do faturamento bruto nesse investimento?	
Qual a porcentagem do faturamento bruto	

investido em reuso de água?	
Qual a porcentagem de utilização de Água da chuva em relação à quantidade consumida?	
Tem faturamento bruto investido no tratamento de efluentes? Qual a porcentagem desse investimento?	
Teve redução do m ³ do consumo de água em relação aos últimos dois anos e qual sua porcentagem?	
Subcategoria - Ar	
Ocorre investimento em reflorestamento e qual o grau de faturamento bruto nele?	
Ocorre tratamento de emissões de poluentes atmosféricos e qual a porcentagem do faturamento bruto investido?	
Tem frotas de veículos de carga e qual a idade média dela?	
Possuem veículos biocombustíveis?	

Subcategoria – Solo	
Existe coleta de embalagens tóxicas vazias? Se sim, como ocorre?	
Qual quantidade de cooperados que participaram de campanhas ambientais sobre o uso de agroquímicos em relação à quantidade total de cooperados?	
Tem plantações de produtos orgânicos? Quais?	

O que caracteriza seus produtos ou plantações como orgânicas?	
Quais práticas aplicaram para controlar as pragas nas plantações?	
Como ocorre o manejo de plantas espontâneas em guaranazeiro?	
Subcategoria - Energia	
Qual a porcentagem de utilização de energia renovável: oriundas do sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica, na unidade da cooperativa em comparação à quantidade consumida?	
Qual o percentual de redução do KWh no consumo de energia elétrica em relação aos últimos dois anos?	

Subcategoria - Consciência ambiental	
Possui outras certificações ambientais, além da orgânica e <i>fairtrade</i> ?	
Quais as autuações ambientais: leves, graves, gravíssimas, que foram recebidas durante toda a existência da cooperativa?	
Das autuações ambientais leves quantas foram convertidas em multas?	
Das autuações ambientais graves quantas foram convertidas em multas?	

Das autuações ambientais gravíssimas quantas foram convertidas em multas?	

Subcategoria - Participações	
Houve participação em reuniões e conferências sobre o Desenvolvimento sustentável?	
Ocorreram participações em reuniões e conferências sobre Responsabilidade Social?	
Já ganharam prêmios de excelência em gestão ambiental recebidos?	
Já tiveram projetos de cooperação com outras organizações locais/municipais, para ações de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial?	
Subcategoria - Gestão De Resíduos	
Existe gestão dos resíduos? Como é feita?	
Qual o percentual de materiais reduzidos na produção, empacotamento de produtos?	
Qual o percentual de redução de consumo de copos de plástico nos últimos dois exercícios?	
Qual o percentual de redução de consumo de	

papéis gastos com fotocópias e impressões nos últimos dois exercícios?	
Qual o percentual de materiais reciclados utilizados para produzir, empacotar produtos e ou prestar serviços, nos últimos dois exercícios?	
Qual o percentual de materiais reutilizados que são utilizados para produzir, empacotar produtos e ou prestar serviços, nos últimos dois exercícios.	

5. DIMENSÃO SOCIAL

5.1 Categoria de Políticas de RH

Subcategoria – Segurança ocupacional

A cooperativa detém certificações de boas práticas de Higiene Segurança e Saúde no Trabalho?

Qual o percentual de acidentes de trabalho com afastamento do último exercício em relação a quantidade total de cooperados?

Investiram em segurança e medicina do trabalho no local de produção e sede da cooperativa?

Subcategoria – Relações trabalhistas

Qual a quantidade de ações trabalhistas em relação à quantidade de empregados?

Qual o índice de rotatividade dos cooperados?	
Aplicou pesquisa de Satisfação aos empregados em relação a Cooperativa?	
Subcategoria – Benefícios aos empregados	
Qual o percentual do faturamento bruto direcionado aos incentivos e prêmios aos cooperados?	
Quantidade de empregados que possuem assistência médica através da cooperativa em relação à quantidade total de empregados no último exercício?	
Quantos empregados possuem plano de previdência privada através da cooperativa em relação à quantidade total de empregados no último exercício?	
Qual a porcentagem de empregados que possuem seguro vida através da cooperativa em relação à quantidade total de empregados no último exercício?	
Subcategoria – Treinamento e desenvolvimento	
Qual o percentual do faturamento bruto investido em educação treinamento e desenvolvimento, cursos de ensino	

superior e pós-graduação para empregados no último exercício?	
Qual a porcentagem de empregados que participaram de capacitação técnica, treinamentos, cursos de até 40h custeados pela cooperativa (último exercício)?	
Qual a porcentagem de empregados que participaram de capacitação em cursos de ensino superior e pós-graduação custeados pela cooperativa em relação a quantidade total empregados (último exercício)?	

5.2 Categoria Comunidade

Qual a porcentagem do faturamento bruto investidos em Projetos sociais desenvolvidos pela cooperativa (último exercício)?	
Qual o percentual do faturamento bruto investidos em projetos culturais desenvolvidos pela cooperativa (último exercício)?	
Qual a porcentagem do faturamento bruto investidos em Projetos esportivos desenvolvidos pela cooperativa (último exercício)?	

--	--

6 DIMENSÃO INDICADORES ESPECÍFICOS DAS COOPERATIVAS	
6.1 Categoria Cooperados	
Subcategoria – Gestão dos cooperados	
Qual a quantidade de entrada de cooperados depois da certificação em relação a quantidade total de cooperados?	
Qual a quantidade de saída de cooperados depois da certificação em relação a quantidade total de cooperados?	
Com a implementação dos certificados houve alguma mudança significativa na gestão da cooperativa para atender ao certificado?	
Os cooperados tem conhecimento das certificações?	
As certificações trouxeram alguma mudança pessoal e profissional aos cooperados que influenciam em seu dia a dia ou somente benefícios para a comercialização?	
Subcategoria – Qualidade do atendimento ao cooperado	
Existem reclamações solucionadas em relação a quantidade total de reclamações obtidas dos cooperados?	
Foram realizadas visitas técnicas na propriedade de cada um dos cooperados?	

Qual a estimativa de custo e rentabilidade de produção aos cooperados?	
Foram realizadas pesquisas de Satisfação com os cooperados?	

Subcategoria – Benefícios ao cooperado	
Os cooperados possuem assistência médica através da cooperativa? Caso sim, qual a quantidade?	
Os cooperados possuem plano de previdência privada através da cooperativa?	
Os cooperados possuem seguro de vida através da cooperativa?	
Tem conhecimento se os cooperados fizeram financiamentos pela cooperativa?	
Foram entregues prêmios de valorização e reconhecimento para os cooperados?	
Subcategoria – Educação e qualificação	
Houve investimento em educação, treinamento e desenvolvimento, cursos de ensino superior e pós-graduação, para os cooperados?	

Qual a quantidade de cooperados que participaram de cursos de ensino superior e pós-graduação em relação à quantidade total de cooperados?	
Os cooperados participaram de cursos sobre planejamento da sucessão familiar ?	
Os cooperados participaram de cursos sobre educação financeira da família rural?	
Os cooperados participaram dos eventos e treinamentos operacionais?	
Já realizaram ações: como palestras, reuniões, etc., de medicina preventiva com os cooperados?	

7. DIMENSÃO DE RELAÇÕES COMERCIAIS

7.1 Categoria de *Marketing* e Comunicação

Qual o percentual de mercado que a cooperativa detém em relação ao seu produto principal?	
Qual o percentual do faturamento bruto direcionado a comunicação de marketing (publicidade, promoção, etc.) no último exercício?	

Já foi realizada pesquisa de Satisfação dos clientes não cooperados?	
A cooperativa detém certificações de qualidade de produtos e serviços?	

7.2 Categoria avaliação de fornecedores	
Quantidade de fornecedores sujeitos a avaliações de impacto ambiental em relação à quantidade total de fornecedores?	
Qual a quantidade de fornecedores sujeitos a avaliações de qualidade em relação à quantidade total de fornecedores?	
Qual a quantidade de fornecedores sujeitos a avaliações de características solidárias?	

9 APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO COOPERADO

1. DADOS DO COOPERADO	
Nome completo	
Ano de ingresso e função	
Idade	
Motivo da associação na Cooperativa	

2. DIMENSÃO ECONÔMICA – CATEGORIA FINANCEIRA	
A vida financeira do cooperado é a mesma/melhor/pior após o ingresso na cooperativa?	
A vida financeira do cooperado após a produção vegetal orgânica é igual/melhor/pior?	
Quando não está trabalhando na cooperativa com a produção e comercialização do guaraná, você exerce outra atividade*? Informar Atividade, local e período. * Pedreiro, carpinteiro, pintor, servidor público, empregado rural, artesã, entre outros.	
Quando não estava trabalhando na cooperativa com a produção do guaraná recebeu alguma renda da Prefeitura ou até mesmo da Previdência	

Social? Informar o valor da renda que recebeu.	
--	--

3. DIMENSÃO AMBIENTAL	
Inter-relação entre a certificação e desenvolvimento sustentável (equilíbrio encontrado na exploração dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente)	
O que entende sobre desenvolvimento sustentável?	
Sabe o que é responsabilidade social?	
Em sua atividade na cooperativa aplicou algum produto químico/caseiro no cultivo do guaraná ou de outra produção vegetal? Se sim, poderia informar?	

4. DIMENSÃO SOCIAL	
4.1 Categoria de Políticas de RH	
Subcategoria – Relações trabalhistas	
Alguém já realizou alguma pesquisa de satisfação da cooperativa sobre as atividades realizadas?	
Subcategoria – Treinamento e desenvolvimento	
Recebeu treinamento e desenvolvimento para cursos de ensino superior e pós-graduação por parte da cooperativa?	
Participou de capacitação técnica, treinamentos, cursos de	

até 40h custeados pela cooperativa?	
-------------------------------------	--

4.2 Categoria Comunidade	
Participou de projetos sociais desenvolvidos pela cooperativa?	
Gosta de atividade cultural e já participou de alguma desenvolvida pela cooperativa?	
Gosta de esporte e já participou de algum desenvolvido pela cooperativa?	

5 DIMENSÃO INDICADORES ESPECÍFICOS DAS COOPERATIVAS	
5.1 Categoria Cooperados	
Subcategoria – Benefícios ao cooperado	
Possui assistência médica através da cooperativa?	
Possui plano de previdência privada através da cooperativa?	
Possui seguro de vida através da cooperativa?	
Fez algum financiamento pela cooperativa? Caso sim, qual?	
Já recebeu algum prêmio de valorização e reconhecimento do trabalho pela cooperativa?	

**10 APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
APLICADA AOS COMPRADORES EXTERNOS**

1. DADOS DO COMPRADOR	
Nome empresarial	
Endereço	
Ramo de atividade	
Início da contratação do serviço da Cooperativa AGROFRUT	

2. DIMENSÃO AMBIENTAL	
O que entende sobre desenvolvimento sustentável?	
Sabe o que é responsabilidade social?	

3. DIMENSÃO DE RELAÇÕES COMERCIAIS	
3.1 Categoria de <i>Marketing</i> e Comunicação	
Conheceu a cooperativa por meio da comunicação de marketing (publicidade, promoção, etc.)? caso não, por qual ferramenta tomou conhecimento?	
Foi realizada alguma pesquisa de satisfação em relação aos serviços prestados pela cooperativa?	
A cooperativa detém certificações nacionais ou internacionais de qualidade de produtos e serviços? Se sim, quais?	

3.2 Categoria avaliação de fornecedores	
A empresa entrevistada possui alguma certificação nacional ou internacional?	
A certificação trouxe vantagens econômicas para a empresa entrevistada?	
A certificação da Agrofrut trouxe vantagens econômicas?	
A cooperativa Agrofrut é uma escolha para atividade comercial da sua empresa ou uma condição necessária?	
É importante ter fornecedor como Agrofrut certificada para a manutenção do certificado de vossa empresa?	
Quais as principais vantagens são notadas na Agrofrut em relação aos demais concorrentes?	

11 APÊNDICE D – DADOS DE CONTATO DA ORGANIZAÇÃO PESQUISADA

Organização: Cooperativa Agrofrutíferas Dos Produtores de Uruará

Representante: Antônio Carlos Monteiro Fonseca Função: Presidente

Fone: (92) 9201-4528/ (92) 9251-2548

E-mail: agrofrut1@gmail.com

12 APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação
Faculdade de Ciências Agrárias
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Florestais e Ambientais – PPGCIFA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa sobre: **CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DE GUARANÁ EM UMA COOPERATIVA NO AMAZONAS**, cuja pesquisadora responsável é a mestrande Jeysila Edieny Rabelo Pereira de matrícula 2210726, do Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais – PPGCIFA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), orientanda do Prof. Dr. João Victor Figueiredo Cardoso Rodrigues.

O objetivo geral do projeto é investigar o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove nos três principais pilares do Desenvolvimento Sustentável: econômico, social e ambiental, nas atividades da Cooperativa agropecuária AGROFRUT em Uruará-AM. E os específicos são 1. Identificar o vínculo do regulamento que rege a sociedade cooperativas no Brasil com a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito econômico e social; 2. Apresentar os indicadores utilizados pelas certificadoras nas auditorias das certificações orgânicas e *Fairtrade International* e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável; e 3. Avaliar o desenvolvimento sustentável na percepção dos 18 cooperados, diretor administrativo e 03 maiores clientes externos da AGROFRUT, a partir da aplicabilidade do modelo de avaliação *Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives – SAAC*.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que como a pesquisa será feito junto a Cooperativa AGROFRUT, seus cooperados e clientes externos, e o(a) senhor(a) integra a tal classificação, faz-se necessário a seleção de alguns participantes vinculados a Cooperativa para realizar o estudo.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe na pesquisa a ser feita no escritório da Cooperativa com o 01 diretor administrativo, na Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho com os 18 cooperados e com os 03 maiores clientes de mercados externos acontecerá na modalidade assíncrona/síncrona.

Caso aceite, sua participação consiste em **conceder uma entrevista semi-estruturadas, e responder perguntas abertas sobre desempenho da sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental, social, indicadores específicos das cooperativas e relações comerciais. Para alguns entrevistados: cooperados e clientes, serão feitas algumas perguntas selecionando apenas algumas dimensões, diferentemente da entrevista ao diretor administrativo que abará todas elas. A entrevista acontecerá de forma presencial com o diretor administrativo e cooperados. Já com os clientes externos, acontecerá por meio de videoconferência no computador/celular com a ferramenta *Skype, Google meet, zoom, ou google hangouts*, com duração de até 40 minutos ou através do e-mail e/ou *WhatsApp*, enviando as perguntas e concedendo um prazo de 02 dias para o retorno. E toda a entrevista será gravada em áudio e vídeo, esse último, com os clientes externos, para que a pesquisadora possa ter acesso integral e fiel a fonte dos dados coletados.**

A pesquisadora se responsabiliza pela guarda e confidencialidade de todos os dados coletados nas entrevistas e imagens ou áudio dos participantes, no qual será a única que terá acesso aos dados e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo das informações e proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

Todas as informações colhidas nas entrevistas serão analisadas em caráter estritamente científico. Os dados da sua entrevista serão utilizados apenas para essa pesquisa e ficarão armazenados por pelo menos 3 anos no computador, de posse da

pesquisadora responsável, podendo ser deletado e incinerados (papel com assinatura). Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos e desconfortos para o(a) Sr.(a) são:

- Cansaço ao responder a entrevista;
- Desconforto ou constrangimento durante as gravações de áudio e/ou vídeo das entrevistas;
- Descontentamento com pedido de envio por e-mail de documentos internos da cooperativa necessários para as análises na pesquisa;
- Outro risco inerente à pesquisa, é a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que de forma involuntária e não intencional. Como exemplo: a perda ou roubo de documentos, computadores ou pen drive, e acesso de terceiros aos dados por meio de invasão digital .

Embora esta pesquisa não lhe ofereça benefícios diretos e imediatos, ao participar você estará contribuindo para a ampliação de conhecimentos na área das ciências florestais e ambientais. Sua participação vai ajudar a construir conhecimento científico sobre o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove no desenvolvimento sustentável em atividades da cooperativa e também no acervo para a comunidade acadêmica da área.

Se julgar necessário, o (a) Sr. (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você não vai receber compensação financeira relacionada a sua participação.

Garantimos ao (à) Sr. (a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente, tais como transporte, alimentação, cópias de documentos e outras, ligadas direta ou indiretamente, no qual será restituído os valores gastos em espécie ou em conta bancária.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao (à) Sr (a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

O (A) Sr (a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer tempo para informação adicional no endereço:

Contato da pesquisadora:

- Pesquisadora responsável: Orientanda de mestrado Jeysila Edieny Rabelo Pereira
Telefone: 92-994751351 e e-mail: jeysila.life@hotmail.com

Contato orientador: Professor orientador João Victor Figueiredo Cardoso Rodrigues
Telefone: 92 8819-8225 e e-mail: joao.ufam@gmail.com

Endereço universitário: UFAM- Av. General Rodrigo Octávio, 6200 - Bairro Coroado I
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco FCA/ICB (Pós-Graduação), 2º andar - Telefone: (92) (92) 99128-6254, CEP 69080-900 Manaus/AM
- ppgcifa@ufam.edu.br

O (A) Sr. (a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, e-mail: cep@ufam.edu.br.

O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr. (a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Urucará/AM , ____/____/____

As assinaturas
devem ficar na
mesma página
– Formatar

Assinatura do Participante

Se necessário



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisadora)

Página 05 de 05

13 APÊNDICE F – DETALHAMENTO DA COLETA DE DADOS

ENTREVISTAS			DOCUMENTOS		
Entrevistados	Data	Forma			
Diretor administrativo		Presencial	Contrato Social, balanço, certificados ambientais e Serviço de controle interno laudo de inspeção individual da produção vegetal orgânica.		
DIR1	17/07/2023		Manual das boas práticas de processamento do guaraná e lista dos 03 maiores clientes externos. Manual operacional do sistema de controle interno de produção orgânica vegetal e extrativa (SCI).		
Cooperados					
COOP1	20/07/2023	Presencial			
COOP2	20/07/2023	Presencial			
COOP3	20/07/2023	Presencial			
COOP4	20/07/2023	Presencial			
COOP5	20/07/2023	Presencial			
COOP6	20/07/2023	Presencial			
COOP7	20/07/2023	Presencial			
COOP8	20/07/2023	Presencial			
COOP9	20/07/2023	Presencial			
COOP10	20/07/2023	Presencial			
COOP11	20/07/2023	Presencial			
COOP12	20/07/2023	Presencial			

COOP13	20/07/2023	Presencial			
COOP14	20/07/2023	Presencial			
COOP15	20/07/2023	Presencial			
COOP16	20/07/2023	Presencial			
COOP17	20/07/2023	Presencial			
COOP18	20/07/2023	Presencial			
Cientes externos					
CL1	15/08/2023	Vídeo no Microsoft Teams			
CL2	02/09/2023	Vídeo WhatsApp			
CL3	02/09/2023	Vídeo WhatsApp			

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

14 APÊNDICE G – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Gênero	Ingresso ano	Idade	Estado civil	Nível de educação	Local de residência
COOP 1	Masc.	2017	54	Casado	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 2	Fem.	2001	66	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 3	Masc.	2007	43	Solteiro	Ensino técnico	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 4	Masc.	2001	67	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 5	Fem.	2007	49	Casada	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 6	Masc.	2000	63	Casado	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 7	Masc.	2000	65	Solteiro	Ensino fundamental completo	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 8	Fem.	2015	52	Casada	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 9	Fem.	2005	59	Solteira	Ensino médio incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 10	Fem.	2006	66	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do

					o	Marajázinho
COOP 11	Masc.	2011	38	União Estável	Ensino técnico	Urucará/AM
COOP 12	Masc.	2018	47	União Estável	Ensino médio incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 13	Fem.	2018	31	União Estável	Ensino médio completo	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 14	Masc.	2016	29	Solteiro	Ensino técnico	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 15	Masc.	2001	67	Casado	Ensino médio incompleto	Comunidade São Miguel - Lago do Marajázinho
COOP 16	Masc.	2005	48	Casado	Ensino técnico	Urucará/AM
COOP 17	Masc.	2007	53	Casado	Ensino técnico	Urucará/AM
COOP 18	Masc.	2001	67	Solteiro	Ensino médio incompleto	Urucará/AM
DIR	Masc.	2016	46	Casado	Ensino superior completo	Urucará/AM
CL1	Masc.	2002	40	Solteiro	Ensino superior completo	Manaus/AM
CL2	Masc.	2012	45	Solteiro	Ensino superior completo	Maués/AM
CL3	Masc.	2005	52	Solteiro	Ensino superior completo	França

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

15 ANEXO A – CONJUNTO DE INDICADORES ORIENTADORES REFINADOS DO MODELO SUSTAINABILITY ASSESSMENT FOR AGRICULTURE COOPERATIVES (SAAC)

<i>Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives (SAAC)</i>		
Econômico	CATEGORIA FINANCEIRA	N.º
	ROA (Retorno sobre o Ativo)	1
	ROI (Retorno sobre o Investimento)	2
	ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido)	3
	Mantém controle sobre fluxo de caixa	4
	Liquidez corrente	5
	Liquidez geral	6
	Ebtida	7
	Endividamento geral	8
Ambiental	CATEGORIA GESTÃO AMBIENTAL	
	Subcategoria – Água	
	% do faturamento bruto investido em proteção e preservação de fontes de água (último exercício)	9
	% do faturamento bruto investido em reuso de água (último exercício)	10
	% de utilização de Água da chuva em relação à quantidade consumida (último exercício)	11
	% do faturamento bruto investido no tratamento de efluentes (último exercício)	12
	% de redução do m³ do consumo de água em relação aos últimos dois anos	13
	Subcategoria – Ar	
	% do faturamento bruto investido em reflorestamento (último exercício)	14
	% do faturamento bruto investido no tratamento de emissões de poluentes atmosféricos (último exercício)	15
	Idade média da frota de veículos de carga	16
	% de veículos biocombustíveis em relação à quantidade total de veículos utilizados pela cooperativa	17
	Subcategoria – Solo	
	Disponibilidade de Coleta de embalagens tóxicas vazias	18
	% de cooperados que participaram de campanhas ambientais sobre o uso de agroquímicos em relação à quantidade total de cooperados (último exercício)	19
	Subcategoria – Energia	
	% de utilização de energia renovável (oriundas do sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica) nas unidades da cooperativa em relação à quantidade consumida (último exercício)	20
	% de redução do KWh no consumo de energia elétrica em relação aos últimos dois anos	21
	Subcategoria - Consciência ambiental	

Certificação ambiental da cooperativa	22
Autuações ambientais (leves, graves, gravíssimas) recebidas durante toda a existência da cooperativa	23
Das Autuações ambientais quantidade convertidas em multas (leves)	24
Das Autuações ambientais quantidade convertidas em multas (graves)	25

	Das Autuações ambientais quantidade convertidas em multas (gravíssimas)	26
	Subcategoria - Participações	
	Participações em reuniões e conferências sobre o Desenvolvimento sustentável (último exercício)	27
	Participações em reuniões e conferências sobre Responsabilidade Social (último exercício)	28
	Prêmios de excelência em gestão ambiental recebidos (último exercício)	29
	Projetos de cooperação com outras organizações, para ações de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial	30
	Subcategoria - Gestão De Resíduos	
	% de materiais reduzidos na produção, empacotamento de produtos e ou prestação de serviços (últimos dois exercícios)	31
	% de redução de consumo de copos de plástico (últimos dois exercícios)	32
	% de redução de consumo de papéis gastos com fotocópias e impressões (últimos dois exercícios)	33
	% de materiais reciclados utilizados para produzir, empacotar produtos e ou prestar serviços (últimos dois exercícios)	34
	% de materiais reutilizados que são utilizados para produzir, empacotar produtos e ou prestar serviços (últimos dois exercícios)	35
S o	CATEGORIA DE POLÍTICAS DE RH	
	Subcategoria - Segurança ocupacional	
	Certificações de boas práticas de Higiene Segurança e Saúde no Trabalho da cooperativa	36
	% de acidentes de trabalho com afastamento do último exercício em relação a quantidade total de empregados	37
	% do faturamento bruto Investidos em segurança e medicina do trabalho (último exercício)	38
	Subcategoria - Relações trabalhistas	
	Número de ações trabalhistas em relação à quantidade de empregados (último exercício)	39
	Índice de rotatividade de pessoal (último exercício)	40
	Pesquisa de Satisfação dos empregados	41
	Subcategoria - Benefícios aos empregados	
	% do faturamento bruto direcionado a incentivos e prêmios aos empregados	42
	% empregados que possuem assistência médica através da cooperativa em relação à quantidade total de empregados (último exercício)	43
	% empregados que possuem plano de previdência privada através da cooperativa em relação à quantidade total de empregados (último exercício)	44
	% empregados que possuem seguro vida através da cooperativa em relação à quantidade total de empregados (último exercício)	45
	Subcategoria - Treinamento e desenvolvimento	

% do faturamento bruto investido em educação treinamento e desenvolvimento, cursos de ensino superior e pós-graduação para empregados (último exercício)	46
% de empregados que participaram de capacitação técnica, treinamentos, cursos de até 40h custeados pela cooperativa (último exercício)	47
% de empregados que participaram de capacitação em cursos de ensino superior e pós-graduação custeados pela cooperativa em relação a quantidade total empregados (último exercício)	48
CATEGORIA COMUNIDADE	
% do faturamento bruto investidos em Projetos sociais desenvolvidos pela cooperativa (último exercício)	49
% do faturamento bruto investidos em Projetos culturais desenvolvidos pela cooperativa (último exercício)	50

	% do faturamento bruto investidos em Projetos esportivos desenvolvidos pela cooperativa (último exercício)	51
Indicadores específicos das cooperativas	CATEGORIA COOPERADOS	
	Subcategoria - Gestão dos cooperados	
	% de entrada de cooperados no último exercício em relação a quantidade total de cooperados	52
	% de saída de cooperados no último exercício em relação a quantidade total de cooperados	53
	Subcategoria - Qualidade do atendimento ao cooperado	
	% reclamações solucionadas no último exercício em relação a quantidade total de reclamações obtidas dos cooperados	54
	Visitas técnicas realizadas a propriedade cada um dos cooperados (último exercício)	55
	Disponibilidade de Estimativas de custo e rentabilidade de produção aos cooperados	56
	Realiza pesquisa de Satisfação dos cooperados	57
	Subcategoria - Benefícios ao cooperado	
	% cooperados que possuem assistência médica através da cooperativa em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	58
	% cooperados que possuem plano de previdência privada através da cooperativa em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	59
	% cooperados que possuem seguro de vida através da cooperativa em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	60
	% de cooperados que fizeram financiamentos pela cooperativa em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	61
	% de cooperados que fizeram seguro de sua produção pela cooperativa em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	62
	% Distribuição de sobras por cooperados (último exercício)	63
	Prêmios de valorização e reconhecimento para os cooperados	64
	Subcategoria - Educação e qualificação	
	% do faturamento bruto investido em educação, treinamento e desenvolvimento, cursos de ensino superior e pós-graduação, para os cooperados (último exercício)	65
	% de cooperados que participaram de cursos de ensino superior e pós-graduação em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	66
% cooperados que participaram dos cursos sobre planejamento da sucessão familiar rural em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	67	
% de cooperados que participaram dos cursos sobre educação financeira da família rural em relação a quantidade total de cooperados (último exercício)	68	

	% de cooperados que participaram dos eventos e treinamentos operacionais em relação à quantidade total de cooperados (último exercício)	69
	Ações (palestras, reuniões, etc.) de medicina preventiva realizadas	70
Relações comerciais	MARKETING E COMUNICAÇÃO	
	Mensura o % de mercado que cooperativa detêm em relação ao seu produto principal	71
	% do faturamento bruto direcionado a comunicação de marketing (publicidade, promoção, etc.) no último exercício	72
	% de fornecedores (insumos, equipamentos, etc.) que pertencem à localidade da matriz da cooperativa em relação à quantidade total de fornecedores da cooperativa	73
	Realiza pesquisa de Satisfação dos clientes não cooperados	74
	Certificações de qualidade de produtos e serviços da cooperativa	75
	AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES	
	% de fornecedores sujeitos a avaliações de impacto ambiental em relação à quantidade total de fornecedores (último exercício)	76
	% de fornecedores sujeitos a avaliações de qualidade em relação à quantidade total de fornecedores (último exercício)	77
	% de fornecedores sujeitos a avaliações de características solidárias (último exercício)	78

16 ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP APROVANDO A PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DE GUARANÁ EM UMA COOPERATIVA NO AMAZONAS

Pesquisador: JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69203223.2.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.132.483

Apresentação do Projeto:

A certificação ambiental visa atuar como um mecanismo de tutela ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a fim de garantir eficácia das medidas preventivas e a sustentabilidade ambiental da atividade produtiva, por intermédio de supervisão e auditorias ambientais, necessária para manter o certificado. A cooperativa brasileira que almejam o manejo extrativista sustentável orgânico, deverá ter essa atividade descrita no Projeto Extrativista Sustentável Orgânico, sendo o mesmo que Plano de Manejo Orgânico, regulamentada para a produção agropecuária Orgânica, deverá deter essa certificação que garante que os seus produtos foram produzidos conforme as normas e práticas da agricultura orgânica até mesmo para exportar os seus produtos (BRASIL, 2009; BRASIL, 2003). Em vista de tais benefícios a Cooperativa Agrofrutífera dos Produtores AGROFRUT, localizado em Uruará no Amazona detém a Certificação Orgânica n.º CA12907/19, concedido pela IBD Certificações e o Certificado Fairtrade International, FLO ID 38532, emitido por FLOCERT, a fim de trabalhar com a produção e a comercialização de guaraná orgânico em grão torrado e em pó para alguns estados brasileiros e até mesmo em mercado internacional como França, Itália

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.132.483

e Alemanha. A pesquisa tem como objetivo geral investigar o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove nos três principais pilares do Desenvolvimento Sustentável: econômico, social e ambiental, nas atividades da Cooperativa agropecuária AGROFRUT em Uruará-AM. E objetivos específicos: 1. Identificar o vínculo do regulamento que rege a sociedade cooperativas no Brasil com a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito econômico e social; 2. Apresentar os indicadores utilizados pelas certificadoras nas auditorias das certificações orgânicas e Fairtrade International e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável; e 3. Avaliar o desenvolvimento sustentável na percepção dos cooperados, coordenador e 03 maiores clientes externos da AGROFRUT, a partir da aplicabilidade do modelo de avaliação Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives-SAAC. A pesquisa quanto a sua natureza é puramente qualitativa e utilizará como fonte de dados a entrevistas semi-estruturadas, de fácil entendimento, com a participação de 01 coordenador, 14 cooperados e os 03 maiores clientes de mercados externos dessa organização no Município de Uruará.

Hipótese:

A certificação ambiental promove o desenvolvimento sustentável de pequenos produtores em sistema de cooperativa no âmbito social, econômico e ambiental.

Metodologia Proposta:

4.2 Natureza da pesquisa

A pesquisa quanto a sua natureza é puramente qualitativa, levando ao entendimento sobre as certificações ambientais nas atividades da cooperativa agropecuária AGROFRUT em Uruará-AM e a relação com o desenvolvimento sustentável, em seus três principais pilares: econômico, social e ambiental, inclusive em períodos não sazonais das operações locais.

Utilizará como fonte de dados a entrevistas semi-estruturadas, de fácil entendimento, com a participação de 01 coordenador, 14 cooperados e os 03 maiores clientes de mercados externos dessa organização no Município de Uruará, que responderão mais de 10 perguntas relacionadas à atividade desenvolvida na Cooperativa, certificações ambientais e os aspectos do Desenvolvimento

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.132.483

sustentável.

Sobre as perguntas da entrevista semi-estruturada será criado um roteiro baseado no modelo de análise do Sistema de Indicadores do modelo

Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives- SAAC, voltado ao cultivo do guaraná orgânico pela Cooperativa AGROFRUT, inclusive em

períodos de entressafra na produção do guaraná, onde os cooperados necessitam realizar atividades extrativistas ou agrícolas para seus sustentos,

apresentados nos apêndices 1, 2 e 3.

A finalidade da pesquisa será de caráter exploratório, identificando os critérios que as empresas certificadoras utilizam para conceder certificações

orgânicas à Cooperativa de Produtores e a relação com o compromisso ao desenvolvimento sustentável, além de realizar entrevista e levantamento

documental internos fornecidos pelos entrevistados e/ou acessado na internet. Como também, de forma descritiva, pois propiciará conhecer como é

criada e organizada a cooperativa de produtores, descrevendo suas características e os sistemas de gerenciamento que possibilita exercer suas

atividades com o cultivo orgânico.

Quanto aos meios da investigação será documental, a saber, plano de manejo orgânico da Cooperativa, formulário das empresas certificadoras para

analisar os índices aplicáveis, contrato social e balanço, Serviço de Controle Interno (SCI) laudo de inspeção individual da produção vegetal

orgânica, manual das boas práticas de produção do guaraná e banco de dados de clientes da cooperativa.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, realizar-se-á levantamento em livros com critérios de inclusão dos artigos publicados nos períodos de

2012 a 2022, para o melhor entendimento das definições conceituais e levantamento de revisão das publicações selecionadas ao tema em questão.

E não menos importante, antes de desenvolver a pesquisa, ela será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEP da

UFAM.

Tamanho da amostra: 18

Cronograma detalhado: Apresentado no arquivo revisado: carta_resposta.pdf. Previsão da pesquisa de campo: julho

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 6.132.483

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove nos três principais pilares do Desenvolvimento Sustentável: econômico, social e ambiental, nas atividades da Cooperativa agropecuária AGROFRUT em Uruará-AM.

Objetivo Secundário:

1. Identificar o vínculo do regulamento que rege a sociedade cooperativas no Brasil com a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito econômico e social;
2. Apresentar os indicadores utilizados pelas certificadoras nas auditorias das certificações orgânicas e Fairtrade International e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável; e
3. Avaliar o desenvolvimento sustentável na percepção dos cooperados, coordenador e 03 maiores clientes externos da AGROFRUT, a partir da aplicabilidade do modelo de avaliação Sustainability Assessment for Agriculture Cooperatives-SAAC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora responsável pela pesquisa, os riscos e benefícios, são:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos e desconfortos para o(a) Sr.(a) são:

- Cansaço ao responder a entrevista;
- Desconforto ou constrangimento durante as gravações de áudio e/ou vídeo das entrevistas;
- Descontentamento com pedido de envio por e-mail de documentos internos da cooperativa necessários para as análises na pesquisa;
- Outro risco inerente à pesquisa, é a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que de forma involuntária e não intencional. Como exemplo:

a perda ou roubo de documentos, computadores ou pen drive, e acesso de terceiros aos dados por meio de invasão digital .

Benefícios:

Embora esta pesquisa não lhe ofereça benefícios diretos e imediatos, ao participar você estará contribuindo para o impacto que a aplicação das certificações ambientais promove no

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.132.483

desenvolvimento sustentável em atividades da cooperativa e também no acervo para a comunidade acadêmica da área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de pesquisa de 2ª versão sob a coordenação da pesquisadora Jeysila Edieny Rabelo Pereira.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados foram:

Cronograma: Adequado. Apresentado no arquivo Cronograma_revisado.pdf 09/06/2023 23:19:56

Carta-resposta: Adequado. Apresentado no arquivo carta_resposta.pdf 09/06/2023 23:17:55

TCLE: Adequado. Apresentado no arquivo MODELO_TCLE_Jeysila.pdf 03/03/2023 18:37:27

Folha de rosto: Adequado. Apresentado no arquivo Folha_de_Rosto_assinado.pdf

Projeto detalhado: Adequado. Apresentado no arquivo Pesquisa_revisado_Jeysila.pdf 03/03/2023 18:35:22

Termo de anuência: Adequado. Apresentado no arquivo Termo_de_Anuencia_AGROFRUT.pdf 01/03/2023 23:17:18

Orçamento: Adequado. Apresentado no arquivo ORCAMENTO.pdf 01/03/2023 02:45:54

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A Pesquisadora fez as adequações solicitada pelo parecerista e apresentou a resposta na Carta e anexou ao protocolo o documento revisado:

carta_resposta.pdf

O(A) pesquisador(a) deve enviar por Notificação os relatórios parciais e final. (item XI.d. da Res 466/2012-CNS), por meio da Plataforma Brasil e manter seu cronograma atualizado, solicitando por Emenda eventuais alterações antes da finalização do prazo inicialmente previsto.

ATENDIDO

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.132.483

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2096181.pdf	09/06/2023 23:20:40		Aceito
Cronograma	Cronograma_revisado.pdf	09/06/2023 23:19:56	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito
Cronograma	carta_resposta.pdf	09/06/2023 23:17:55	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	MODELO_TCLE_Jeysila.pdf	03/03/2023 18:37:27	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinado.pdf	03/03/2023 18:36:38	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa_revisado_Jeysila.pdf	03/03/2023 18:35:22	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_AGROFRUT.pdf	01/03/2023 23:17:18	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	01/03/2023 02:45:54	JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 21 de Junho de 2023

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

17 ANEXO C – MANUAL OPERACIONAL SCI

	<p align="center">MANUAL OPERACIONAL SCI Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Uruará/AM. CEP 69.130-000 CNPJ: 04.394.176/0001-26</p>	<p>Página 1 de 6 Data: 19/07/2023 Versão: 001</p>
---	---	---

**MANUAL OPERACIONAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DE PRODUÇÃO
 ORGANICA VEGETAL E EXTRATIVA**

EMPRESA: Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará- AGROFRUT

ORGANORAMA DE ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Constituído por uma comissão de 5 membros:

1 - Coordenador responsável pela equipe – Presidente da AGROFRUT;



1 - Coordenador de produção – Gerente de Produção/processamento;



2- Técnicos para acompanhamento e orientação;



1- Técnico de inspeção;



ÁREA DE ATUAÇÃO



Membros do SCI:

Marcio Rodrigues de Freitas (Técnico Agrícola e Inspetor Interno do SCI) e Antônio Carlos Monteiro Fonseca (Coordenador da equipe e membro do SCI) Elizew Paes da Silva (Técnico Agrícola, membro do SCI), Rodrigo Batalha dos Anjos (técnico agrícola), Odiélio Nascimento dos Santos (gerente de produção)

Procedimentos	ATRIBUIÇÕES
1. Atribuição do coordenador	1.1. O coordenador, é responsável pela equipe, com a função de atuar na articulação da AGROFRUT junto a Certificadora para receber, processar, repassar e responder todas as informações de interesse da comissão e de todo o Sistema de Certificação; 1.3 O coordenador de produção tem a função de fazer os registros e garantir a qualidade e rastreabilidade dos produtos
2. Função da equipe técnica	2.1 Acompanhamento técnico 2.2 Preencher relatórios de avaliação de riscos 2.3 Preencher PMOs 2.4 Implementar as decisões dos responsáveis pelo SCI: acompanhar tratamento de não conformidade, 2.5 Elaborar, manter atualizado a Lista de Produtores Certificados e a certificar; 2.6. Elaborar e atualizar cadastros dos produtores com o Georreferenciamento das propriedades; 2.7. Fornecer as informações necessárias sobre Agricultura orgânica ao processo de certificação, a todos os envolvidos.

Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará
 Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Uruará/AM. CEP 69.130-000
 CNPJ: 04.394.176/0001-26

	MANUAL OPERACIONAL SCI Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Uruará/AM. CEP 69.130-000 CNPJ: 04.394.176/0001-26	Página 2 de 6 Data: 19/07/2023 Versão: 001
---	--	--

	<p>2.8. Implantar e fazer cumprir os requisitos de certificação, transcritas no Manual de Boas Práticas incluindo a implementações.</p> <p>2.9. Garantir o cumprimento das diretrizes da Agricultura Orgânica conforme legislação e demais Instruções Normativas e Decretos vigentes), respeitando as tradições e a cultura de comunidades locais. Avaliar, alterar e deliberar os procedimentos do manual de Boas Práticas conforme estabelecido.</p> <p>3.0. Garantir a adequada compreensão e cumprimento dos regulamentos técnicos por todas as unidades de produção do grupo.</p> <p>3.1. Manter os Procedimentos e formulários atualizados sempre a disposição do SCI e da Certificadora.</p>
3. Função dos responsáveis pelo SCI	<p style="text-align: center;">PROCEDIMENTOS PARA ATUAÇÃO DO SCI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decidir com base nas análises de risco: inclusão ou exclusão de produtores - Decidir com base no laudo de inspetor interno - Aplicar sanções: advertências, suspensões e exclusão - Decidir sobre tratamento de não conformidades - Decidir sobre as ações corretivas e preventivas - Decidir sobre a classificação final dos produtores do Grupo (C1, BR, CE, US, etc.) - Possuir e manter os seguintes documentos disponíveis e atualizados: - Realizar visitas de controle interno em todas as unidades de produção, no mínimo 01 (uma) vez ao ano sempre antes da auditoria. - Avaliar as ações corretivas das não conformidades apontadas pelo SCI ou Auditoria da Certificadora em decorrência das inspeções. - Disponibilizar todos os recursos operacionais necessários para viabilizar os expedientes para certificação. - Exercer as atividades de avaliação e aprovação de cada unidade certificada de forma imparcial, identificando. - Notificar a propriedade e o proprietário da unidade das não conformidades e o risco de penalidade. - Notificar a penalidade quando aplicada, suspensão periódica ou exclusão. <ol style="list-style-type: none"> 1. Diretrizes "Orgânico IBD" – 26ª Edição – doc. B_1_2 - Revisão Outubro 2017. 2. Regulamento (CE) N.834/2007 Do Conselho de 28 de junho de 2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos. 3. Lista de produtores certificados e a Certificar. 4. Croqui das unidades de produção. 5. Cadastro ou Ficha com histórico das parcelas, no mínimo, dos últimos 03 (três) anos. 6. Declaração ou Termo de compromisso de cada produtor. 7. Laudo da visita de inspeção para o controle interno de cada produtor. 8. Manual de Boas Práticas no Processamento de Guaraná.

	MANUAL OPERACIONAL SCI Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Urucará Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Urucará/AM. CEP 69.130-000 CNPJ: 04.394.176/0001-26	Página 3 de 6 Data: 19/07/2023 Versão: 001
---	--	--

	<p>9. Manual de Boas Práticas de Procedimentos na Produção vegetal e coleta extrativa.</p> <p>10. Tabela de certificação especificando status por talhão por produtor.</p> <p>11. Planilha de Fluxos de cada safra</p> <p>12. Reunir Semestralmente sempre ou sempre que necessário;</p>
<p>4. Função do Inspetor interno SCI</p>	<p>1.1 Vistoria para conferir se PMO está sendo implementado pelo produtor e se as normas do orgânicos estão sendo seguidas;</p> <p>1.2 Emitir laudo de inspeção interna com parecer sobre o produtor visitado.</p>
<p>5. Procedimentos para evitar conflitos de interesse por parte dos inspetores internos e equipe de assistência técnica.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os inspetores internos não são produtores da cooperativa. 2. Para evitar conflitos de interesse entre equipe técnica e inspetor interno, a pessoa que realizar assistência técnica a um produtor não pode realizar a auditoria interna para este mesmo produtor. 3. Todos os documentos e informações do SCI são sigilosos e somente usados para o processo de certificação; 4. Os inspetores internos não fazem parte das tomadas de decisão.
<p>6. Procedimento para assegurar que as normas de produção e certificação orgânica, e suas atualizações, sejam transmitidas aos produtores.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. As normas de produção orgânica e suas atualizações serão repassadas aos produtores através de reuniões mensais, laudo de inspeção e assistência técnica.
<p>7. Quem avalia as não conformidades levantadas pelo SCI</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Por uma equipe: Coordenador do SCI (Antônio Carlos), e técnicos (Elizew Paes, Rodrigo Batalha) e Odiélio Nascimento dos Santos 2. Essa equipe também avalia as constatações levantadas pelo inspetor da certificadora.
<p>8. Quem é responsável pela eventual aplicação de sanções inclusive pela suspensão / exclusão dos produtores</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O senhor Antônio Carlos Monteiro Fonseca é a pessoa responsável pela eventual aplicação de sanções, suspensão ou exclusão do fornecedor do grupo, e retirada do produto não conforme do lote a ser comercializado, se o mesmo apresentar procedimentos proibidos a pratica de produção orgânica em sua propriedade. (Procedimentos descrito mais abaixo). 2. Por ser uma associação, a decisão será tomada e repassada ao grupo através de assembleias ou reuniões extraordinárias.

	MANUAL OPERACIONAL SCI Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Uruará/AM. CEP 69.130-000 CNPJ: 04.394.176/0001-26	Página 4 de 6 Data: 19/07/2023 Versão: 001
---	---	--

09. Quantas inspeções internas são realizadas por ano, em cada propriedade	<ol style="list-style-type: none"> No mínimo 1 visita ao ano, além de visitas surpresas do auditor interno em produtores de maior risco
10. Em que época do ano são realizadas as inspeções internas	<ol style="list-style-type: none"> As auditorias internas serão realizadas anual, e será realizada 3 meses antes da auditoria realizada pela certificadora.
11. Regras procedimentos de participação no grupo.	<ol style="list-style-type: none"> O produtor passa um ano acompanhando o grupo e participando de todas as atividades do grupo, como treinamentos e palestras. Só depois disso o produtor será aceito como membro do projeto. Os produtores/coletadores devem fazer registros de campo, dos manejos e práticas adotadas na área de coleta ou produção vegetal. O produtor passa a fazer parte do grupo após a primeira inspeção interna.
12. Procedimento de Revisão da documentação adotada no processo de certificação	<ol style="list-style-type: none"> Os documentos serão revisados baseados na legislação da norma, e no regimento interno das certificadoras.
13. Procedimentos "proibidos" as práticas e produtos não permitidos nos programas de certificação	<ol style="list-style-type: none"> Queimadas sistemáticas; Desmatamentos ou destruição da vegetação natural protetora de mananciais e beira de rios; Uso de inseticidas, herbicidas, fungicidas, formicidas, nematocidas e insumos de síntese química; Tratamento de sementes e mudas com produtos químicos; Esterco, restos vegetais ou outro material contaminado por agrotóxico; Uso de organismos geneticamente modificados / transgênicos;
14. Os membros se comprometem a	<ol style="list-style-type: none"> Respeitar as regras de produção orgânica e as exigências que se aplicam a sua atividade; Aceitar e respeitar as regras de funcionamento do grupo; Aceitar as sanções que possam ser aplicadas pelo grupo, e implementar as melhorias necessárias; Declarar ao responsável do grupo os insumos utilizados na produção a certificação orgânica; Declarar ao responsável do grupo toda contaminação, intencional ou não, da produção destinada a certificação orgânica por um produto ou prática de manejo não autorizado pelos regulamentos aplicáveis;
15. Sanções a serem aplicadas aos membros do grupo	<ol style="list-style-type: none"> As sanções constituem-se de advertências comunicadas ao membro do Grupo por escrito; As sanções afetaram, o Grupo como um todo, apenas se houver omissão ou conivência. Caso o produtor tenha agido de má-fé e o grupo tenha se manifestado contrário, a sanção recairá apenas sobre o produtor; Caso a visita de verificação ateste alguma não conformidade que não ponha em risco a qualidade do produto orgânico (não preenchimento de dados administrativos, práticas de manejo orgânico implantadas parcialmente, e outros); a decisão sobre as medidas corretivas serão recomendadas, caso não haja o cumprimento, o produtor terá seu produto descartado;

	MANUAL OPERACIONAL SCI Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Uruará/AM. CEP 69.130-000 CNPJ: 04.394.176/0001-26	Página 5 de 6 Data: 19/07/2023 Versão: 001
---	---	--

	<p>4. Caso a visita de verificação ateste alguma não-conformidade que ponha em risco a qualidade do produto orgânico, a venda de produtos relacionada a esta não conformidade deve ser suspensa imediatamente e apenas liberada novamente após avaliação;</p>
16. Tratamento de reclamações sobre o produto certificado	<p>1. Registradas em livro próprio de reclamações da Cooperativa.</p>
17. Lista de insumos permitido na produção orgânica	<p>1. Calcário, Esterco Curtido, Compostagem, Biofertilizante, homeopatia, Álcool hidratado, Sabão neutro(Fabricado pelo próprios produtores)</p>
18. Procedimentos de uma inspeção	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparo da inspeção (fase 01) 2. Reunião de abertura 3. Inspeção 4. Reunião de encerramento 5. Entrega do relatório
19. Ameaças a integridade do produto orgânico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Processamento nas casas de torrefação a nível de produtor; 2. Esterco, restos vegetais ou outro material contaminado por agrotóxico; 3. Plantio de novas plantas com mudas convencionais em aéreas já certificadas; 4. Mistura de produto certificado com o produto não certificado do vizinho; 5. Se o produtor, processador, embalador, armazém ou Trader tiver qualquer razão para suspeitar que o produto sob sua responsabilidade não esteja em conformidade com este padrão de produção orgânica, ele deverá ter procedimentos para: <ol style="list-style-type: none"> a) avisar o IBD CERTIFICAÇÕES e as autoridades competentes; b) suspender a venda ou processamento ou apresentação deste produto como orgânico, até que seja comprovado que a qualidade orgânica do produto permanece íntegra; c) caso fique comprovado que o produto não tem qualidade orgânica de acordo com este padrão, encaminhar definitivamente este produto como convencional; d) caso já tenha sido vendido / processado / embarcado um produto que comprovadamente perdeu sua qualidade orgânica, recolher o produto e/ou notificar os clientes.
20. Os métodos de análise de riscos são embasados em:	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas; • Observação de atividades; • Análise de documentos e registros; • Observação de equipamentos, áreas e instalações; • Comparação entradas - produção - vendas - estoque; • Exercício de rastreabilidade; • Coleta de amostra (se aplicável); • Identificação e investigação de áreas de risco; • Verificação da situação de não conformidades anteriores; • Análise crítica das reclamações recebidas e correspondentes ações corretivas.
21. Etapas para realização de uma Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação; • Análise crítica da solicitação; • Proposta Comercial; • Contrato de certificação; • Preparo da auditoria; • Auditoria;

	<p align="center">MANUAL OPERACIONAL SCI Cooperativa agrofrutíferas dos produtores de Uruará Rua dona doquinha, 247, bairro aparecida Uruará/AM. CEP 69.130-000 CNPJ: 04.394.176/0001-26</p>	<p align="right">Página 6 de 6 Data: 19/07/2023 Versão: 001</p>
---	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do relatório e Decisão de Certificação; • Concessão da certificação; • Manutenção da certificação / Supervisão; • Recusa da certificação; • Suspensão / Cancelamento da certificação; • Extensão ou redução de escopo; • Uso de marcas de conformidade e de acreditação; • Reclamações e apelações; • Coleta de amostras, (caso necessário); • Avaliação dos serviços prestados.
<p>22. Procedimento para sigilo dos documentos e informações SCI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os documentos e informações do SCI são sigilosos e somente usados para o processo de certificação.